



# **História do Amazonas**

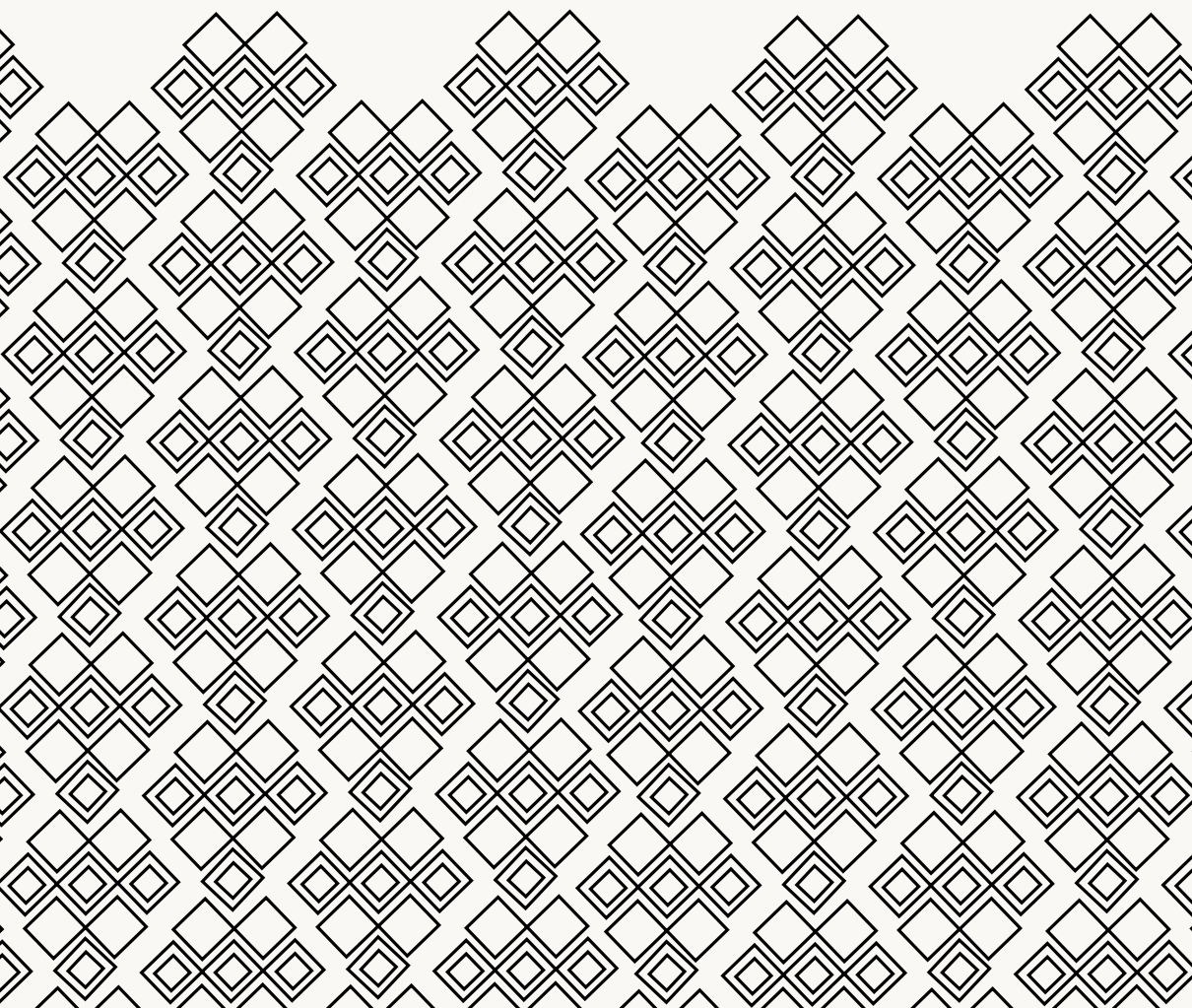
cultura, economia e sociedade

Evelyn Marcele Campos Ramos  
Robert Alves Pinho  
(orgs.)

# **História do Amazonas**

cultura, economia e sociedade

Evelyn Marcele Campos Ramos  
Robert Alves Pinho  
(orgs.)



Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima  
**Governador**

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib  
**Reitor**

Kátia do Nascimento Couceiro  
**Vice-Reitora**

*editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann  
**Diretora**

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas  
**Gerente**

Wesley Sá  
**Editor Executivo**

Raquel Maciel  
**Produtora Editorial**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann (Presidente)

Adriana Távora de Albuquerque Taveira

Carlos Mauricio Seródio Figueiredo

Gislaine Regina Pozzetti

Josefina Diosdada Barrera Khalil

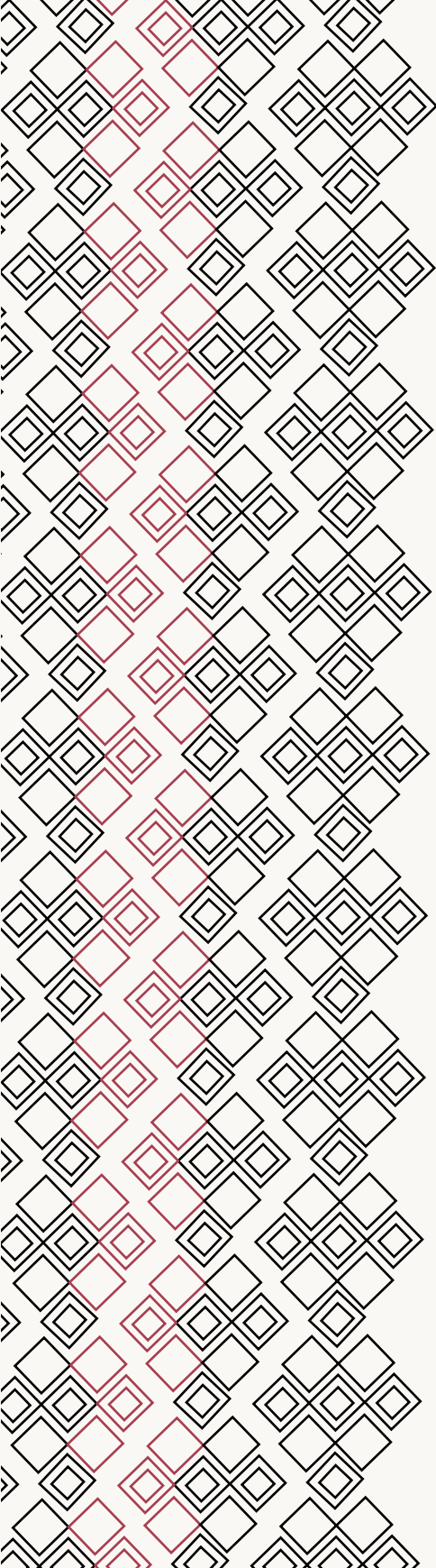
Katell Uguen

Orlem Pinheiro de Lima

Silvia Regina Sampaio Freitas

Vanúbia Araújo Laulate Moncayo

**Conselho Editorial**



# **História do Amazonas**

cultura, economia e sociedade

Evelyn Marcele Campos Ramos  
Robert Alves Pinho  
(orgs.)



Adonai Oliveira  
Wesley Sá  
**Revisão**

Raquel Maciel  
**Projeto gráfico e diagramação**

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas  
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo  
Ortográfico da Língua Portuguesa

H419  
2024

História do Amazonas: cultura, economia e sociedade./  
Orgs. Evelyn Marcele Campos Ramos; Robert Alves Pinho  
– Manaus (AM); Editora UEA, 2024  
165 p.: il., color; [E-book]. – (Coleção: Anpuh)  
Formato PDF

ISBN: 978-85-7883-724-2

Inclui referências bibliográficas

1. História Geral-Amazonas. 2. Cultura. 3. Economia. 4. Sociedade.  
I. Ramos, Evelyn Marcele Campos. II. Título.

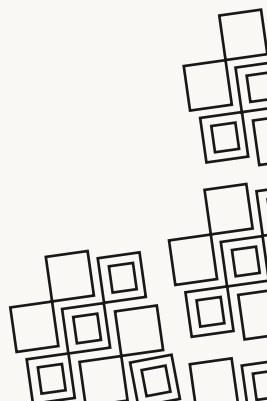
CDU 1997 – 94(811.3)

*Elaborada pela bibliotecária Sheyla Lobo Mota CRB11/ 484*

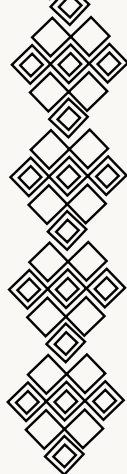
Editora afiliada  
  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

*editora*UEA

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil  
CEP 69050-010 | +55 92 38784463  
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br



# Sumário



**| 06 |**  
Prefácio

**| 08 |**  
Apresentação

**| 11 |**  
Retrato dos povos indígenas na mídia impressa: o olhar dos jornais  
(1904-1933)

**| 33 |**  
Peixe seco, manteigas e mexíras: economia e alimentação na Província  
do Amazonas (1848-1863)

**| 54 |**  
Os Yanomami do rio Marauíá, Santa Isabel do Rio Negro-AM e as  
instituições do *napë*

**| 74 |**  
Indigenismo na Amazônia, repressão e “dever de memória”: a Funai  
no alvo de denúncias autoritárias na imprensa e críticas dissonantes  
(década de 1980)

**| 99 |**  
Silêncios dolorosos: as mulheres na História do Amazonas

**| 114 |**  
Profissões para mulheres em Manaus no início do século XX: mudanças  
nos papéis sociais de gênero e reações expressas em periódicos locais

**| 140 |**  
Uma crítica à História Social do Trabalho no Brasil: os indígenas nos mundos  
do trabalho da Amazônia Oitocentista

**| 163 |**  
Sobre os autores

## Coleção ANPUH-AM

Ao longo de toda a nossa gestão, buscamos incentivar um olhar ao mesmo tempo crítico e atento, criterioso e generoso para tudo aquilo que foi e vem sendo produzido sobre história no/do Amazonas. Da produção memorialística e laudatória até os dias atuais, nos mais diferentes espaços de sociabilidade intelectual do estado, a História, como disciplina e como campo de interesse, tem sido fundamental para pensar as identidades locais, suas relações com o nacional, bem como os projetos do tão propalado desenvolvimento aventados ao longo dos últimos tempos para o Amazonas e suas gentes.

Não à toa, o tema do VII Encontro Estadual de História é História do Amazonas: desafios e conexões. Desafios porque, claro, temos olhos voltados para o futuro. Esperançosos de que a interiorização da universidade pública siga dando frutos, multiplicando os temas, fontes e abordagens da historiografia amazonense. Ciosos também de que da articulação da comunidade historiadora brotem não apenas novos talentos individuais, professores-pesquisadores qualificados e competentes, mas igualmente – ou até principalmente – projetos coletivos capazes de dar conta da complexidade da tarefa em curso, da necessidade de revisitar os clássicos e superá-los (não em termos meramente cronológicos e qualitativos), tendo em vista as novas questões que se impõem [...] conexões porque entendemos que é preciso ainda nos expandir em várias direções: reforçar nossos vínculos com o

que se ensina e aprende – e com como se ensina e aprende História – no Ensino Básico, estabelecer diálogos mais críticos e criativos com as políticas de memória e patrimônio, com as novas tecnologias e as novas formas de divulgação histórica.

Por todas essas razões, concebemos e implementamos, através de edital, esta coleção de e-books. Ela não tem outras pretensões que não sejam atualizar o debate atual sobre os mais diversos temas de história e historiografia do Amazonas e, complementarmente, fazer chegar nas mãos dos professores da rede de Ensino Básico um material de fácil acesso, gratuito e de qualidade. É também um pontapé inicial, uma iniciativa que poderá ser replicada nas próximas gestões, de tal modo que possamos cumulativamente ampliar a produção e circulação de conhecimentos históricos no Amazonas.

Esperamos que as pesquisas reunidas em cada volume suscitem não apenas a apreensão curiosa dos leitores, mas também a produção de novos/outros trabalhos. Como qualquer coletânea, os textos podem ser lidos juntos ou separados e cada e-book pode ser aproveitado de acordo com os interesses de quem o consulta. Dessa forma, os capítulos podem ser recompostos e revirados. E todas as lógicas – e intensões iniciais dos autores – manejadas e reapropriadas pelos estudantes, professores e pesquisadores que com ela travarem contato. Desejamos a tod@s um excelente aproveitamento da nossa coleção.

Diego Omar da Silveira | Presidente da ANPUH-AM  
Leandro Coelho de Aguir | Vice-presidente da ANPUH-AM



O último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontou que o estado do Amazonas cresceu mais que os outros estados no Norte nos últimos 10 anos (IBGE, 2022). O estado está no centro do território geopolítico da Pan Amazônia, concentra a maior bacia hidrográfica do mundo e também possui o maior rio do planeta. Além de questões geográficas e ambientais, existe uma diversidade de povos e identidades, que, assim como as águas dos rios, ora misturam suas visões de mundo e experiências, ora demonstram características tão peculiares que nem mesmo parecem habitar o mesmo espaço. Segundo o arqueólogo Eduardo Góes Neves (2019), as experiências que construíram a Amazônia possuem cerca de 12 mil anos. Esses dados revelam que a ocupação dos espaços que pertencem, ao que hoje chamamos de Amazônia, só foi possível pelos inúmeros conhecimentos dos povos originários acerca do domínio do espaço e cooptação de seus recursos naturais.

Ao longo do processo colonial as trocas culturais realizadas entre os povos nativos, os do continente europeu e africano, formaram uma identidade amazônica e amazônica, que contou com processos de resistência, reexistência e reinvenções (Mintz; Price, 2000). O título desta proposta, *História do Amazonas: cultura, economia e sociedade*, tem como objetivo apresentar no e-book artigos que mostrem o Amazonas em diversas perspectivas, sejam elas de tempo (com pesquisas em diversas temporalidades) e também de espaço (abordando o Amazonas como um lugar de múltiplas identidades). Também é

objetivo da proposta apontar caminhos para uma renovação da visão construída sobre a História do Amazonas, que por muito tempo generalizou e deixou estáticas as identidades indígenas (Freire, 2016) e negou a presença de africanos escravizados e de afro-americanos no estado.

Ainda no sentido de contribuir para a escrita de uma nova História do Amazonas, a coletânea indica autoras e autores, que delimitam suas pesquisas, em perspectivas culturais do estado, não deixando de demonstrar a imbricada rede de experiências na economia e na sociedade. Nesse sentido, desta coleção, foi concebido para o abranger pesquisas em diversas perspectivas históricas, e traz cultura, economia e sociedade como aspectos presentes em todos os capítulos que serão apresentados. Esta proposta é resultado do entendimento da necessidade de ampliar os horizontes sobre a história do Amazonas e, ainda, contribuir para a Historiografia local. O Amazonas foi constituído, historicamente, através da resistência e lutas dos povos e comunidades, que através dos anos, foram tornando-se agentes de sua própria história. Ao longo do tempo, identidades foram partidas e reconstruídas (Melo, 2012), bem como resultaram nos processos sociais conhecidos em tempos recuados, mas também na contemporaneidade.

Fazer historiografia na Amazônia tem sido cada vez mais preciso ser entendido como um ato político. É necessário entender que em muitos falam sobre o Amazonas ou escrevem sobre a Amazônia; é cada vez mais necessário que nós escrevamos sobre nós mesmos, os residentes dessa grande tapera em que vivemos. Esta coletânea de texto é talvez a materialização de uma dupla luta política, pois em sua maioria está composta por pesquisas realizadas por mulheres amazônidas, sendo um ato político duplo: ser mulher e Historiadora. Nesse sentido, entendemos cada vez que a Historiografia que está sendo feita na região, deve possuir um caráter combativo às várias formas de opressão e violência,

que tentam silenciar os grupos que foram minorizados e que sofrem com processo de periferização.

As contribuições científicas aqui apresentadas são resultado de pesquisas realizadas em universidades que estão dentro do complexo amazônico, algumas ainda em construção, mas que já demonstram grande potencial historiográfico e acadêmicos, outras foram defendidas durante a elaboração de coletânea e, com a publicação, já se encontram defendidas ou perto de serem concluídas. A História como Ciência só pode ser realizada se estivermos no mesmo coletivo, fazer historiografia é um exercício político coletivo, pois partimos das mesmas inquietações, a de entender, como o que somos hoje, chegou a ser como é, e nunca deixar que as forças fascistas e conservadoras ataquem o que temos de mais caro: a liberdade, que é a força de Clio.

*Evelyn Marcele Campos Ramos*  
*Robert Alves Pinho*

## Retrato dos povos indígenas na mídia impressa: o olhar dos jornais (1904-1933)

*Evelyn Marcele Campos Ramos*

### Considerações iniciais

No imaginário coletivo nacional, a noção de indígena está relacionada com a ideia de selvagem, silvícola, que vive na floresta, de maneira rudimentar, ou seja, que não utiliza ferramentas e vive de maneira nômade<sup>1</sup>.

A partir dessa ideia surgem duas outras concepções recorrentes: uma é a visão romântica e outra é a do selvagem. Atualmente, em decorrência da trajetória dos movimentos sociais e da redemocratização da política, surge uma terceira perspectiva, a do indígena enquanto sujeito histórico<sup>2</sup>.

Este texto se detém às matérias jornalísticas sobre os indígenas no Estado do Amazonas no início do século XX, pois esses sujeitos passavam por dois grandes processos. No contexto nacional, a virada de século XIX foi marcada por grandes mudanças, além do Brasil se tornar uma República, percebemos que a política pró-extermínio dá lugar um Brasil

---

1 OLIVEIRA FILHO, J. P. *Ensaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

2 MONTEIRO, J. M. O desafio da história indígena no Brasil. SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. *In: A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/UNESCO, 1995.

procurar tentar aceitar indígenas em seu convívio, porém, isso só ocorreria caso esses sujeitos se ajustassem à categoria de trabalhadores nacionais indígenas. É a partir desse argumento que ocorre a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN) em 1910.

A instituição foi criada pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 e tinha por tarefa a pacificação e proteção dos grupos indígenas, bem como o estabelecimento de núcleos de colonização com base na mão de obra sertaneja. As duas instituições foram separadas em 6 de janeiro de 1918 pelo decreto Lei nº 3.454, e a instituição passou a ser denominada Serviço de Proteção ao Índio (SPI)<sup>3</sup>:

*Esteve em Manaós um grupo de índios  
Mundurucus já civilizados  
Algumas notas sobre o serviço de protecção  
aos selvicolas*

*A gravura acima estampamos representa um grupo de índios da tribo "Mundurucus" no centro indígena "Tauacuera" e que o nosso o nosso photographo apanhou na companhia do sr. Virgilio Bandeira, ajudante da repartição de protecção aos selvicolas. Chegaram elles a Manaós, sob a chefia do tuchaua Pedro Esteves, no dia dezenove do corrente, tendo feito sua viagem a esta cidade em canôa, desde o ponto inicial da partida que foi o rio Abacaxis. Vieram em busca de recursos que solicitam a inspetoria de protecção aos índios e que tendo sido enviados pela lancha "Ricardo" não tinham chegado ao seu destino, até o dia da sua partida do centro indígena "Tauacuera".*

*Sabendo aqui procuramos do dr. João Amora, chefe da repartição de índios que, gentilmente prestou informações sobre o serviço de protecção aos selvicolas.*  
- *Esse cento "Tauacuera" é muito antigo?*  
- *Não. Foi fundaddo anno passado, no mesmo lugar onde, em tempos, existiu a missão de frades.*

---

3 GOMES, M. P. *Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

- Qual o número de índios localizados allí?
- De cerca de trezentos, existindo já uma escola primaria mantida pela inspetoria e culturas diversas, dentre as quaes sobrasse a de guaraná. É professor encarregado do nucleo o sr. José Francisco Maia.
- Sabe o nome dos índios que photographamos?
- Sei de oito: Pedro Esteves, Benedicto, Sabino, Evaristo, Manoel, Firmino, Mnaduca e Herculano.
- Ainda estão aqui esses selvícolas?
- Não, regressaram no dia vinte ás treze horas, sendo-lhes fornecido tudo que necessitavam. Deles ficou um, que seguirá como pratico da lancha "Bemquerer", a zarpar dede Manaós até o fim do mez. Nessa embarcação irá ainda grande quantidade de utensílios para o fabrico de farinha, construcções de canôas, etc.
- E do coronel Rondon, o incasavel devastador dos nossos sertões que nos diz, para terminar?
- Que elle enviou um tellegrama á inspetoria annunciando que enectou com êxito, no alto rio Madeira a pacificação dos "Parintintins".  
Sahiámos, depois de agradecer ao dr. João Amora as suas informações, quando elle nos disse do alto da escada:
- Olhe. Pode dizer no seu jornal que as fazendas nacionaes do Rio Branco vão passar direção e fiscalização da inspetoria de índios e queo capitão Esteteves vae brevemente chamar os índios campineiros dp alto Abacaxy, a localisação em "Tauacuera"<sup>4</sup>.

---

4 *Jornal do Commercio*, 22 de junho de 1914. Manaus, 1914 – Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/140948](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/140948). Acesso em: 27 set. 2024.

**Figura 1** - Os indígenas Munduruku citados na reportagem. *Jornal do Commercio*, 22 de junho de 1914



**Fonte:** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

No âmbito regional, Manaus até no final do século XIX era vista por viajantes e memorialistas como um lugar ermo cuja população possuía hábitos culturais inconvenientes. Mesmo sendo elevada, em 1850, à capital da província do Amazonas e tendo sua receita incrementada pela Capital Federal, carregava o estigma de ser uma “pequena reunião de casas, metade das quais parece prestes a cair em ruínas”<sup>5</sup>.

Em pouco tempo, com o significativo aumento da extração e da exportação da borracha, Manaus passa a ser considerada uma cidade moderna e cosmopolita. A extração do látex precisava suprir o mercado internacional e para isso necessitava de mais mão de obra para a crescente demanda. É nesse momento que o governo estimula o uso da mão de obra indígena no interior, trazendo como consequência a estes os mais diferentes tipos de violência. A matéria abaixo retrata o primeiro dos muitos casos noticiados de tráfico de indígenas no estado do Amazonas, sendo essa uma das consequências indiretas dessa intensa investida na região:

---

5 AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. *Viagem ao Brasil (1865-1866)* tradução e notas de Edgar Süsssekind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 196.

*Várias notícias*

*Em companhia de srs. ultimamente chegados do rio Ituxy, vieram 9 índios menores da tribo Caxarahy, umas das mais conhecidas do Amazonas.*

*Referemnos que esses srs., pretendem levar os pobres escravizados para Iquitos.*

*Deante deste facto, cremos que as nossas autoridades devem tomar as necessárias providencias impedindo que esses selvicolas saiam de nossos Estado para serem reduzidos ao serviço de escravos no estrangeiro. Alguns dos índios a que nos referimos aqui, estão em uma casa á estrada Epaminondas<sup>6</sup>.*

Voltando à capital, percebemos que as autoridades tinham como objetivo manter afastada das rotas comerciais e centros residenciais de alto nível a população pobre e, como consequência, houve uma ocupação desorganizada das regiões mais distantes da cidade. Isso revela exclusão social que ocorria por detrás do “fausto” do período econômico da borracha, quando uma máquina pública funcionava a favor das demandas da elite detentora do capital. Como nos revela Edineia Dias:

*“[...] a modernidade em Manaus não só substituiu a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pelas avenidas, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo.<sup>7</sup>”*

---

6 *Jornal do Commercio*, 04 de junho de 1904, Manaus, 1904 – Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/625](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/625). Acesso em: 27 set. 2024.

7 DIAS, Ednéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto*: Manaus, 1880-1920. Manaus: Valer, 1999, p. 29.

Por conta desses acontecimentos que perpassavam pautas referentes à ancestralidade e modernidade, passam ser um instrumento formador de opinião. Partindo desse ponto, ao visualizarmos as notícias sobre esses sujeitos, podemos verificar qual a constância de cada um deles. No discurso dos jornais predomina: “índio selvagem”, “índio romantizado” ou “índio agente da sua História”<sup>8</sup> e como consequência verificamos de que maneira isso aparece, se está intrínseco ou não nas declarações das fontes jornalísticas, por exemplo.

Perceber a presença das três perspectivas sobre o indígena nos jornais, é importante, pois, ao pesquisar as práticas e representações desses indígenas através do periódico *Jornal do Commercio*, se faz *necessário* ler nas entrelinhas para, assim, resgatar as suas trajetórias, modos de vida, anseios, lutas e adaptações. Permite-nos também analisar como os planos de “modernização” e “civilização” na cidade foram lidos, encarados e interpretados por esses sujeitos.

## Os indígenas nas páginas do jornal

Ao compulsarmos as matérias jornalísticas do *Jornal do Commercio* presentes na Hemeroteca Digital, podemos perceber que as notícias seguem tendências da época por exemplo, até antes da instalação do SPI no Amazonas vemos um jornal que se apresenta empático às situações indígenas quando coloca em primeira página as dificuldades enfrentadas por esses grupos no interior. Abaixo, a matéria escrita pelo colaborador do periódico Bento Aranha mostra quais eram as preocupações em 1905 com indígenas da nossa região:

---

<sup>8</sup> Para compreensão de alguns dos estereótipos que se criam sobre os indígenas ver: FREIRE, J. R. B. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. O saber construído a partir de nós. *Caderno CENESCH*, n. 1, p. 29, 2000.

*Os índios do rio Branco*

*Os índios do rio Branco em todos os tempos mereceram seria atenção do governo, sobretudo na sábia administração de Manoel da Gama Lôbo d'Almada, ainda no regimen colonial.*

*A historia patria registra factos extraordinarios e dignos de admiração a respeito dos selvagens, que povoavam aquella maravilhosa e invejavel zona do portentoso valle do Amazonas.*

*Como todos os de outras zonas do mesmo vale, padeciam dessas indolencia proverbial que padecem os povos que, debaixo do sol de equador, nascem, crescem, florescem e torna-se depois decadentes, em consequencia não sò do vigor do clima que os flagella, como da inactividade que os enerva e extingue.*

*Provêm principalmente essa inevitavel decadencia da desgracencia dos seus usos, habitos e costumes, maximo do transformismo rapido do carater, que lhes era intacto e os incompatibilisa com as exigencias da civilização moderna.*

*Mais do que os ouros índios eram os do rio Branco inteligentes, agricultores, industriaes, valoroso, guerreiros e briosos, tanto assim que os Mayanas, Manaós, formavam uma grande nação, sob o regimen confederativo, como formaram os Tamoyos nas terras do sul do Brasil.*

*Foi delles, que nasceu o famoso Ajuricaba (Uaiuricana), reconhecido por chefe principal da confederação, e a quem o governo do Estado do Gram-Pará hostilizou como sem peior inimigo, e caudilho o mais terrível e mais aguerrido contra as instituições coloniaes e principio de autoridade no rio Negro.*

*[...]*

*Actualmente já estão extinctas diversas nações e quasi a se extinguirem outras. O resto limita-se ás nações Uapichana e Macuchi, por quanto as Pauchiana, Aturahi, Jaricuna, Tapiocás, que tambem foram grandes nações, se acham tão reduzidas, que não será para admirar vemol-as terem sorte identica a da Porocotò, traiçoeira e barbaramente exterminada em 1901, á bala, por uma força, sob*

*as ordens de uma autoridade policial, á pretexto de vingar a affronta, que a 30 annos, um civilisado soffreu desses mesmos indios.*

*Em 1898, por occasião da invasão Marc Turck no territorio nosso, que Inglaterra afinal recebeu de presente á ella feito, pelo soberano da Italia o major Rocha dos Santos, na qualidade de deputado estadual, apresentando a consideração do Congresso, um projecto, creando um termo judiciario e uma dicectoria de no Tacutú, viu com prase convertido em lei o seu projecto e o coronel José Cardoso Ramalho Junior nenhuma duvida teve em lhe dar execução na parte referente aos indios.*

*Tudo, então fazia crer, que, para os indios do rio Branco, tinha surgido a aurora redemptora, que os igualaria em civilisação aos povos livres e cultos e os collocaria na mesma plana delles; mas foi tudo illusão. Em 1899, nas terras pertencentes á fazenda nacional S. Marcos, da qual está de posse o governo federal, e nas taperas que indicavam terem sido em remotas epochas habitações de tribus de indios, foram estabelecidos os burgos Manco, Tenreiro Aranha e Almada.*

*Manco está situada do Anahuitê (Milho), tendo ahi instalados sob a chefia do tuchaua Ildelfonso 1562 indios Macuchis; Tenreiro Aranha está a margem do Tacutú com 261 indios da mencionada nação, chefiados pelo tuchaua Ignacio, que anteriormente habitava no Chumina, abaixo do Mahú; e Almada fica á margem esquerda do Uraricuera, no logar Chinini, com 138 indios Uapichanas, sob a chefia do referido tuchaua Ildelfonso.*

*Alem destes burgos foram tambem estabelecidos o Parima á margem direita do Raia e esquerda do Tacutú, sob as chefias dos tuchauas João Grande e Tapayuana com 395 indios Macuchis; a margem esqueda do Mahú e direita do Tacutú o Santos Innocentes, no logar Manacapurú com 895 indios da mesma nação, chefiados pelo tuchaua Magalhães; a margem esquerda do Tucutú, entre o Mucumucú e Cumucumucu com 162 indios tambem Macuchis, o Dorado sob a chefia do tuchaua Capitari; e a margem esquerda do Tocutú, acima do Cuare, no*

*logar Tucunaré com 75 índios Macuchi, o Pimenta Bueno, chefiado pelo tuchaua Aturahi Cardoso. A exceção de Parima todos os outros burgos, por último nomeados, pertencem agora à Inglaterra. O coronel Ramalho Junior despendem dos cofres do thesouro por duas vezes 37 contos de réis, sendo 17 em março e 20 em maio de 1899, com a manutenção de todos os burgos, em 1902 coronel Silverio José Nery mandou pagar 16 contos correspondentes as despesas dos mesmos até dezembro 1899. Alem disto este ultimo mandou dar 8:300\$000 para despesas de uma comissão envia ao rio Branco em 1902, e dessa quantia despendeu 4 contos de réis com os índios. Depois de tanto trabalho e de sacrificios os índios perseguidos e enxotados das suas terras, a pretexto de pertencerem estas a fazenda nacional S. Marcos a vista do que fogem para os inglezes que os acolhem com brandura e amisade. O Estado do Amazonas que não poupava para civilisar os índios Macuchis e Uapichanas, vê assim baldados os seus esforços. O mais lastimavel disto é vêr-se que um funcionario de confiança da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal, promove a persiguição dos índios, em nome do governo da União, e obriga-os a abandonar mcase, terras, lavoura e burgos e fugirem do Brasil para terras, que pertecem hoje aos inglezes! Neste andar o rio Branco em breve ficará sem um indio dentro do territorio brasileiro. Bento Aranha.<sup>9</sup>*

A matéria acima fala da região do Rio Branco, área formada pela junção dos rios Tacutu e Urariquera e tem sua foz na margem esquerda do rio Negro na divisa entre os Estados de Roraima e Amazonas, e que naquele período tinha como população em suas margens os povos indígenas. A matéria além de citar quais etnias pertenciam àquela região, apontava

---

<sup>9</sup> *Jornal do Commercio*, 04 de janeiro de 1905. Manaus, 1905 – Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/1479](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/1479)

as bem feitorias dos últimos governadores, expõe as más ações dos trabalhadores federais contra os indígenas e, além disso, promovia o projeto de lei criado pelo então deputado estadual e dono do periódico *Jornal do Commercio*, Joaquim Rocha dos Santos.

O *Jornal do Commercio*, nesse período, publicava também queixas contra esses sujeitos pois, assim, mostrava aos seus leitores que era um periódico imparcial. Abaixo, uma notícia de 1907 conta um caso de assassinato de colombianos após confronto com indígenas da etnia Jaunas na fronteira entre a Colômbia e o Brasil:

*Na bocca do Apoporys  
Uma sortida dos indios  
Morte de colombianos  
Creança trucidada*

*Em nossa edição de 8 do mez findo, noticiamos terem indios assassinado o sr. Cecilio Plata, de nacionalidade Colombiana, estabelecido com casa de commercio na bocca do Apoporys, no rio Japurá. Nunca mais se tratou d'este assumpto, mas no dia 6 do corrente mez chegou a esta cidade o tuchaua da tribu Jaunas, acompanhado por mais dois indios da sua tribu, que segundo se diz, vieram queixar-se das perseguições de que tem sido victimas por parte de um caixeiro fo finado Plata.*

*O sr. Dr. H. Jaramillo, consul da Colombia neste Estado, por achar se ausente detasta cidade não tivera conhecimento de Cecilio, que tambem era agente consular de seu paiz.*

*Sabendo, porém, agora o dr. Jaramillo que nesta capital está residindo uma mulher da tribu Jaunas, que há tempos fora amasia de Plata de quem teve um filho por intermedio desta mulher, consguiu interrogar Mauricio, que é o nome do Tuchaua e este lhe fez algumas revelações, muito graves.*

*O barbaro assassinato deu-se da seguinte maneira: Cecilio Plata, prendera em seu barraco 65 indios que tinham se portado de um modo inconveniente para com elle, e como tivesse urgente necessidade*

*de ir correr o matto para juntar o caucho fabricado, deixara ficar os indigenas presos.*

*Na sua ausencia eles conseguiram fugir, correndo para a maloca. O caixeiro de Plata, um cearense de nome Albino mandou tripular uma canôa por quatro chules, afim de aviar seu patrão do que ocorrera.*

*Quando esta embarcação chegou a certo ponto, tivemos tripulantes de voltar, pois encontraram na margem um bando de selvagens em atitute ameaçadora. Cecilio Plata, que levava em sua companhia seu filho Henrique de anno e meio de idade, seu Patricio Baptista Saes e uma india de nome Josépha, que vivia em sua companhia, ao regresser ao barracão foi surprehedido pelos Jaunas que a todos atacaram flexas. O sr. Plata armou-se de um rifle que trazia consigo e tratou- de defender-se, mtando ainda cinco indios, mas como os atacantes fossem em grande numero conseguiram liquidar os atacados Josépha, que tambem pertence a tribu, nada soffreu, ainda agonisava o infeliz Cecilio quando os indios correram ao ponto onde se via atracada a canôa e agarraram o pobre e inocente Henrique e o rasgaram de meio a meio.*

*Josepha foi levada depois para a casa de Mauricio, onde está residindo.*

*Os indios que actualmente se encontram n'esta capital, trouxeram um lote de caucho para vender. Essa borracha, segundo nos informaram, pertencia ao finado Plata.*

*Se os Jaunas ainda não atacaram o barracão onde está o caixeiro Albino, foi por que este pediu garantias ao comandante do destacamento policial do Estado, alli estacionado.*

*O dr. H. Jaramilo, officiou hontem ao sr. Dr. Chefe de policia, narrando-lhe os tristes successos.*

*O dr. Paes de Andrade mandou prender aos tres indios que estavam hospedados no hotel Alliança e hoje pretende submettel-os a serio interrogatorio.<sup>10</sup>*

---

<sup>10</sup> *Jornal do Commercio*, 11 de junho de 1907. Manaus, 1907 – Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/4388](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/4388). Acesso em: 27 set. 2024.

Em um outro momento, especificamente após o surgimento do SPI<sup>11</sup> no Brasil, nota-se que no *Jornal do Commercio* ocorre uma campanha a favor da instituição. Isso fica evidente em 1913 pois naquele ano, das muitas notícias publicadas ao menos três têm como foco as ações de Marechal Candido Rondon<sup>12</sup>, um dos coordenadores do Serviço de Proteção ao Índio no estado do Amazonas. A primeira trata-se de uma visita do Candido Rondon a redação do *Jornal do Commercio* para agradecer a equipe do periódico pelo apoio dado à implantação do então Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais-SPILTN, além de expor o motivo de sua visita ao Amazonas.

Primeiramente, o coronel fala dos esforços dos agentes do SPI em pacificar os grupos indígenas do estado, mas, se preocupa com as más ações de alguns seringueiros, visto que esses invadem os aldeamentos, roubam alimentos, incendiam moradias, violentam mulheres indígenas e escravizam menores. Rondon defende a necessidade de criação de uma estrada que facilite o acesso às fronteiras da Venezuela e da Guiana Inglesa e como os postos de atração indígenas espalhados pelo rio Branco tem facilitado no letramento dos menores indígenas<sup>13</sup>.

-----  
 11 Originalmente o nome era chamado de Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais- SPILTN e a partir de 1918 apenas Serviço de Proteção aos Índios -SPI. Ver: DA ROCHA FREIRE, Carlos Augusto (Ed.). Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Museu do Índio-Funai, 2011. Para ver a notícia sobre a implementação do SPI no Amazonas: *Jornal do Commercio*, 17 de julho de 1911. Manaus, 1911 – Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/11039](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/11039). Acesso em 20 jan. 2022.

12 O marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, conhecido como Marechal Rondon, foi um engenheiro militar e sertanista brasileiro, famoso por sua exploração de Mato Grosso e da Bacia Amazônica Ocidental e por seu apoio vitalício às populações indígenas brasileiras. Ver: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. [S.l.], FGV, 2022. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/candido-mariano-da-silva-rondon>. Acesso em: 20 jan. 2022.

13 *Jornal do Commercio*, 12 de fevereiro de 1913. Manaus, 1913 – Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/15202](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/15202). Acesso em 20 jan. 2022.

A segunda notícia foi o resumo das informações do telegrama enviado pelo ministro da Agricultura a Cândido Rondon, relatando a situação dos indígenas da etnia Arikmes moradores das proximidades do rio Jamary:

*“Ao ministro da agricultura dirigiu o coronel Rondon extenso telegramma, em que comunica que, visitando as aldeias dos indios Arikmes, no Amazonas, encontrou os dizimados por molestias que lhes form transmittidas pelo contacto com os seringueiros, tem sido essas terras invadidas por aquelles caucheiros que deshonraram as meninas daquellas tribus e mataram um indio, saqueando todas rodas e incendiando uma aldeia.*

*A Madeira Mamoré generosamente offereceu agasalho aos indios que vão sendo libertados do dominio dos barbaros caucheiros peruanos, até que possam entra no goso de sua nova vida.*

*Acrescenta o telegramma que a direcção da Madeira Mamoré tem procedido patrioticamente, impedindo sejam os indios que vivem em terras da alludida estrada, escravizados por quem quer que seja.*

*O coronel Rondon cita entre os bemfeitores dos indios, o nome do dr. Kesserling, engenheiro gerente da estrada.<sup>14</sup>”*

Um aspecto visível nas notícias é o que diz respeito a crimes cometidos por algum indígena, esses ganhavam quase sempre destaque na primeira folha expondo diversas informações sobre o ocorrido, tomando assim um grande espaço entre as primeiras seis colunas da edição publicada. Veja o caso do furto cometido na Fotografia Allema dos srs. Huebner & Amaral:

---

<sup>14</sup> *Jornal do Commercio*, 22 de abril de 1913. Manaus, 1913 – Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/15587](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/15587). Acesso em: 24 fev. 2023.

*Índio Gatuno*

*José de taal, índio, de 19 annos de idade presumiveis, era creado na Photographia Allema dos srs, Huebner & Amaral, procedendo sempre bem sobre a sua honestidade pairasse a menor suspeita.*

*Hontem, porém, os olhos ávidos de José olharam de mais uma certa quantia que o sr. Huebner depositara numa secretaria, e cubiçal-a foi obra de um momento. Aproveitando a occasião em que seu patção se entregrava aos affazeres de sua art, o índio infiel mudou para o seu bolso as notas guardadas, que representavam a quantia de um conto de réis. Voltando mais tarde o sr.Huebner a procurar o dinheiro, encontrou o logar vasio. José havia desaparecido também.*

*O sr, Huebner levou immediatamente o facto ao conhecimento do dr, Paula Pessôa, delegado do 2º districto, que encarregou o inspector de serviço Oséas Motta, de proceder às diligencias requeridas pelo caso. Nesse interim: José, que se havia refugiado no telhado do predio, procurava descer pela rua Henrique Martins.*

*Preso por dois agentes de policia às ordens do inspector Oséas, foi conduzido à 2ª delegacia, encontrando-se em seu poder a quantia de 763\$000, de que foi lavrado o competente termom de apprehensão.*

*A policia deu ainda busca no quarto e na bagagem de José, não conseguindo encontrar o resto da quantia roubada.*

*O índio, que continua preso, teima em negar a autoria do roubo, que lhe é imputado, não obstante serem patentes as prova do seu crime.<sup>15</sup>*

Quando a ocorrência se tratava que expusesse crimes cometidos em que um indígena ou uma determinada etnia eram vítimas, a notícia geralmente encontrasse nas páginas internas do periódico. Abaixo, uma nota publicada em 1909 na coluna “Factos Policiaes”:

---

<sup>15</sup> *Jornal do Commercio*, 10 de janeiro de 1908. Manaus, 1908. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/5176](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/5176). Acesso em: 24 fev. 2023.

*“Pelo subdelegado Ozéas Motta foi lavrado auto de apreensão de diversas peças de roupas furtadas ao índio Apurinã Cuia pelo individuo Manoel José de Oliveira.<sup>16</sup>”*

Podemos observar que mesmo depois do Estado ter tomado para si esse poder da tutela indígena e criando projetos com políticas pró-indígenas, a Igreja segue tendo enorme acesso a essa população. Abaixo, faz-se destaque ao dia 20 de julho de 1915:

*As missões religiosas*

*O reverendo João Balzola, parte amanhã, para São Paulo, de onde irá para á Italia*

*As missões religiosas...*

*Não há negar que são uns verdadeiros abnegados esses missionários que vão por paragens inhospitas e incultas desbravar intelligencias obtusas e levar a civilidade e a instrucção aos burgos selvagens.*

*Dir-sem-os-á que esses missionários nada mais fazem que cumprir um dever sagrado de piedosa religião que adoptaram. Mas, não será por isso que menor, nem menos dignas será por isso que menor, nem menos digna de elogiosas referencias nos pareça essa dedicação.*

*Dentre o grande numero de missionarios que se aforam pelos nosso invios sertões, trazendo á civilização os nosso selvícolas o referendo padre João Balzola avulta no primeiro plano.*

*É elle, hoje, o chefe da cathechése em a prezalia do Rio Negro. A sua chegada no dia dez de julho corrente, fomos entrevistal-o e ouvimos o relato que comunicávamos ao público, dos seus trabalhos naquella região amazonense.*

*Antes o padre João Balzola estivera no interior de Matto Grosso e foi elle quem palmilhando centenas de kilometros, levou ao Rio de Janeiro, quando da exposição nacional de mil novecentos e oito, a banda*

---

<sup>16</sup> *Jornal do Commercio*, 21 de junho de 1909. Manaus, 1909. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/7399](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/7399). Acesso em: 24 fev. 2023.

*de musica dos bororôs, que tanto sucesso alcançou na capital da Republica. Já nessa ocasião o reverendo Balzola levou á Capital Federal um indio semi-civilisado que saudou o presidente Affonso Pena. Esse indigena é hoje terceiro annista do Gymnasio matto-grossense.*

*Agora o padre João Balzola segue para São Paulo, de irá até a Itali, condizindo o menor Cyro de Almeida Albuquerque, da tribu dos Barês e que se vê a esquerda do missionario na photographia. Opadre Blazola vae mostrar, com o consentimento da inspectoría, aos centros da Europa o joven indio, que tem tanto direito a existencia e a civilisação como todos os outros. Instuirá o pequenino selvagem, que a volta, daqui a um anno, poderá ser um optimo auxiliar para a cathechese de seus irmãos.<sup>17</sup>*

**Figura 2** - O reverendo João Balzola na manchete do *Jornal do Commercio*, 29 de julho de 1915



**Fonte:** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

No ano de 1915, nota-se como o houve uma intensificação no apelo ao apoio por parte da população ao Serviço de Proteção ao Índio. Isso porque foi nesse ano, na edição de 26 de julho,

---

<sup>17</sup> Ver: *Jornal do Commercio*, 20 de julho de 1915. Manaus, 1915. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/142712](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/142712). Acesso em: 24 fev. 2023.

na primeira página, os Indígenas Suarê e Macoary, moradores das margens do Rio Jauapery, devidamente ocidentalizados.

**Figura 3** - *Jornal do Commercio*, 26 de julho de 1915



**Fonte:** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Apesar de tantas notícias referentes ao interior do estado, algumas notícias nos apontam nas entrelinhas indígenas vivendo na capital:

*Chronica Policial*

*Uma camoeca de não se poder lamber apanhou hontem o cachaça Bernardo Telles da Silva, que andava a ver as cousas em duplicata, inclusive o xilindró, onde dorme a estas horas o somno dos inocentes. O diabo ainda é indio.<sup>18</sup>*

A segunda notícia que evidencia a circulação dessa população pela capital é o atestado de óbito emitido por volta de 1911 aqui em Manaus:

---

<sup>18</sup> *Jornal do Commercio*, 27 de fevereiro de 1908. Manaus, 1908. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/5368](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/5368). Acesso em: 25 fev. 2023.

Várias

*Ao juiz municipal, o secretário do estado remeteu as cópias dos termos de obitos lavrados, referentes à Manoel Caetano Pinto, José Carlos Ferreira e ao índio Manoel.<sup>19</sup>*

A terceira notícia que fomenta esse apontamento de que havia indígenas na capital é um anúncio de procura-se de crianças tuteladas indígenas:

*Francisco Estevão Lopes, residente á rua Lobo de Almada n. 85, comunicou hontem á delegacia do primeiro districto que de sua residência desapareceraum menor de 12 annos de idade, de nome José de tal, indio, tutelado de Francisco Abdon de Medeiros, trajando na ocasião roupa azul.*

Na década de 1920, ocorre a produção de inúmeras as notícias sobre os resultados dos contatos com diferentes grupos indígenas, muitas delas promovidas pelo o SPI bem como a defesa da ideia que é necessário integração dos povos indígenas para que, assim, eles se adequem aos costumes ocidentais.

Os Parintintim, especificamente, terão seus aldeados de maneira frequente. Uma vez que esse grupo “feroz” foi pacificado, automaticamente se abre precedente para a pacificação de outras etnias. Abaixo uma notícia que cerceia exatamente esse argumento:

Várias

*Fomos surpreendidos hontem com a visita de cinco indios Parintintins, sendo dois do sexo masculino e três do feminino. Estes selvicolas, que vieram acompanhados do sr. José de Almeida, funcionario da inspetoria de indios, foram arrancados da floresta, há dois annos pelo posto de pacificação do rio Maicy Mirim.*

---

<sup>19</sup> Ver: Várias. *Jornal do Commercio*, 27 de maio de 1911. Manaus, 1911. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/10623](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/10623). Acesso em: 25 fev. 2023.

*São alegres, expansivos e interessantes, deixando transparecer, nos seus modos e nos seus traços physionomico, as qualidades excepcionaes de uma tribu que se distingue de todas as outas que erram atravez das solidões amazônicas.*

*Pertencem ao grupo que, em outros tempos, completamente extranho a civilização a civilização sustentou luctas fraticionada contra hostes de aventureiros que invadiam seus dominios nos rios Ipixuna, Uruapiara e Maicy Mirim.<sup>20</sup>*

Foi em 1928 que políticos da região Rio Madeira foram procurar por ajuda no Distrito Federal acerca de projeto dessa pacificação dos Parintintim:

*No Interior  
Rio Madeira*

*Monsenhor Massa em companhia do prefeito Costa Crespo e do juiz de direito, visitou o logar Maicy, aonde se acham algumas dezenas de indios Parintins. Pretende ahi fundar uma missão junto as malocas desses selvicolas. Elle embarcou para Manaós no Districto Federal, sendo grande o botafora.<sup>21</sup>*

Já na década de 1930, é interessante notar como os discursos sobre o modo de vida indígena passam a ser vendidos no jornal como algo punitivo, haja vista que a partir de 1930 o *Jornal do Commercio* criou tópico chamado *Jornal das Creanças* e em 1933, no dia 10 de setembro, foi apresentado um quadradinho com título *Os índios são perigosos*. Abaixo as imagens e diálogos do quadrinho citado acima:

-----  
20 *Jornal do Commercio*, 15 de outubro de 1924. Manaus, 1923. Disponível em: [http://memoria.bn.br/doceader/170054\\_01/32377](http://memoria.bn.br/doceader/170054_01/32377). Acesso em: 25 fev. 2023.

21 *Jornal do Commercio*, 20 de outubro de 1928. Manaus, 1928. Disponível em: [http://memoria.bn.br/doceader/170054\\_01/37579](http://memoria.bn.br/doceader/170054_01/37579). Acesso em: 25 fev. 2023.

Figura 5 - *Jornal do Commercio*, 10 de setembro de 1933



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Como destacamos anteriormente, os jornais se tornaram importantes fontes de pesquisa para o conhecimento das sociedades do passado e considerados agentes participantes no interior dos processos em que atuam. As notícias sobre indígenas encontradas no periódico *Jornal do Commercio* têm como sujeitos ou como autores da narração: membros da Igreja Católica, políticos, delegados, viajantes e os próprios indígenas.

- AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. *Viagem ao Brasil (1865-1866)*. Tradução: Edgar Süsskind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 196.
- CUNHA, M. C. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- FREIRE, C. A. R. (org.). *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio-Funai, 2011.
- DIAS, E. M. *A Ilusão do Fausto*: Manaus, 1880-1920. 3. ed. Manaus: Valer, 1999.
- FGV, 2022. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/candido-mariano-da-silva-rondon>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- FREIRE, J. R. B. Cinco ideias equivocadas sobre os índios. *Cenesch Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano*, Manaus, v. 1, p. 17-33, 2000.
- GOMES, M. P. *Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MONTEIRO, J. M. O desafio da história indígena no Brasil. SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luis D. B. *In: A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/UNESCO, 1995.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.



## **Jornais**

*Jornal do Commercio - 1904-1933*

Fontes Complementares



## Peixe seco, manteigas e mexíras: economia e alimentação na Província do Amazonas (1848-1863)

*Robert Alves Pinho*

### **Façamos um *mise en place*<sup>22</sup>**

Se embarcássemos em um vapor da Companhia de Navegação do Amazonas, ou subíssemos a bordo de uma coberta<sup>23</sup> e percorrêssemos os trechos da importação e exportação da Província do Amazonas no século XIX, muito provavelmente iríamos dividir o convés com mercadorias e animais, que tinham como destino a capital Manaus, e as várias vilas, cidades e termos que faziam parte do imenso território. Veríamos, pois, mantas de pirarucu secas ao sol, ouviríamos o mugido do gado comendo o capim que foi embarcado, observaríamos uma quantidade razoável de grandes tartarugas amarradas umas nas outras, veríamos talvez no porão da embarcação, potes de barro carregados de gordura e carne de peixe-boi. Um sem número de feixes de piaçava e salsaparrilha, dezenas de arrobas de castanha, cacau, café e cumaru. Iriamos

---

22 Termo da culinária francesa que designa separar e porcionar os ingrediente que serão utilizados na elaboração de um prato.

23 Embarcações geralmente cobertas de palha, movidas a remo ou a vela, muitos comuns na região durante o século XIX, utilizadas para transporte de carga.

navegar com pessoas escravizadas, as quais também faziam parte da carga, indígenas e caboclos que circulavam para vários lugares, buscando locais de extração de recursos naturais. Fazendas de tecido, rolos de fumo, frascos com óleo de copaíba. Sobre os rios, transitava uma província inteira.

Durante a segunda metade do século XIX, a Comarca do Alto Amazonas, foi elevada à categoria de Província, tendo como capital a cidade de Manaus, que já servia de cabeça de termo desde o início do século (Monteiro, 1970). A localidade aglutinava a produção dos principais gêneros de exportação da província, para além dos produtos naturais como cacau<sup>24</sup>, cumaru, salsaparrilha e outras sementes, a produção de derivados de tartaruga da Amazônia (*Podcnemis expansa*), Pirarucu (*Arapaima gigas*) e peixe-boi da Amazônia (*Trichechus inunguis*) dominavam as pautas de gêneros tanto exportados quanto consumidos. Tais preparações já faziam parte da alimentação dos povos da região desde muito antes do período colonial, sobretudo, a partir do século XVIII com a expansão portuguesa na região, que são transformadas em manufatura da coroa, desde então, a produção de manteiga de ovos de tartaruga, mexíra de peixe-boi e pirarucu seco vai alcançar altos níveis e vai impactar diretamente na reprodução e continuidade dessas espécies. Porém a lógica de produção para os respectivos séculos XVIII e XIX é um tanto diferenciada; no ano setecentos a produção de alimentos e conservação deles tinha como horizonte criar condições para que a ocupação da região fosse consolidada (Fiore; Santos, 2013). No século seguinte a questão tem como ponto de partida o estabelecimento de uma economia que desenvolva a Província e a torna economicamente consolidada, isso possibilitou o desenvolvimento de uma economia inter-regional (Guimarães; Schetinni, 2022), que autoconsumia seus produtos e que exportava em grandes quantidades, uma

---

24 Segundo Francivaldo, apesar de haverem plantações de cacau na região amazônica, tal produto era em sua maioria extraído da floresta.

vez que a alimentação da cidade era pautada pelo pescado e pelos víveres já comentados.

Pretende-se neste artigo demonstrar como os gêneros alimentícios locais foram transformados em produtos de exportação, o que gerou uma economia do abastecimento sustentada pela exploração das espécies da ictiofauna local. Segundo o Arqueólogo Eduardo Góes Neves, as áreas de assentamentos indígenas próximas a grandes rios já tinham por objetivos as explorações sazonais dos recursos

É também perfeitamente plausível – quase uma obviedade – que esses antigos habitantes tivessem um sistema de assentamentos que incluísse estadias de variadas durações nessas planícies aluviais, principalmente no verão, com os níveis dos rios mais baixos, os igapós secos e as praias aflorando, um contexto propício à pesca, à captura de mamíferos, como o peixe-boi, e à coleta de recursos valiosos, como ovos de tracajá enterrados na areia. Quem conhece as praias do Rio Negro consegue entender que seria praticamente impossível que esses lugares não fossem ao menos sazonalmente ocupados (Neves, 2022, p. 71).

Tais animais tinham a preferência das comunidades locais, por razões de praticidade e conservação. Segundo Christian Fausto e Fiori, as condições de recursos de caça na floresta são mais adversas que no rio, para os autores os hábitos solitários e noturnos dos grandes mamíferos da selva tropical, dificultavam bastante as empreitadas de caça (2013, p. 21). É razoável então entender o porquê do rio oferecer uma realidade bem melhor para a reserva de alimentos, em primeiro lugar um número muito maior de espécies pode ser conseguido em apenas uma tentativa de pesca, e segundo, animais com maiores reservas de proteína e gordura estão

nas águas. Um pescador sem estar panema<sup>25</sup> — é claro — consegue em uma manhã, talvez, o abastecimento para um mês inteiro, uma vez que o pescado pode ser salgado ou seco no sol, também poderia conseguir uma boa reserva de gordura se por muita experiência pegasse um peixe-boi. A alimentação na Amazônia precisa lidar com os fatores naturais de seu clima e temperatura, não é necessário apenas conseguir o alimento, mas o conservar.

O domínio do ambiente também é um fator a ser observado, com um período de cheias e vazantes distinto, era necessário aos povos originários dominarem os recursos provenientes da subida dos rios, e principalmente os da vazante. Para o Massimo Montanari, 2013:

A dinâmica entre natureza e cultura exprime-se também na problematidade da relação, por certos ângulos ambígua, instaurada pelas sociedades tradicionais com o tempo, ou seja, com a sazonalidade dos produtos alimentares, com os ritmos anuais de crescimento das plantas e dos animais. Harmonizar o melhor possível os ritmos de vida com os da natureza sempre foi uma exigência primária dos homens (p. 35).

Por isso, dominar o tempo não condiz, somente, com o domínio e controle das estações, o desenvolvimento de reservas conservadas será também o cerne da questão. Os três produtos apresentados neste artigo possuem esse caráter de conservação e maleabilidade muito importantes, ora, numa região de grandes índices de umidade, a carne fresca em pouco tempo sofre a incidência de parasitas e fungos, é, pois, sempre um jogo de convivência entre fatores humanos e não humanos.

---

<sup>25</sup> *Panema* – Desditoso. Inútil. Que não encontra caça nem peixe (Morais, 2013, p. 131).

Alguns aspectos sobre a dinâmica da economia local também são necessários, segundo Patrícia Melo Sampaio, a província mantinha em muitos aspectos as mesmas práticas do século XVIII (Sampaio, 2014). Podemos verificar tal questão na falta de circulação de moeda que havia na região, dessa forma, a manutenção do escambo e do comércio sem muita burocracia permanecia livre. Os viajantes do século XIX se veem imersos nesse jogo de interesses, que versa sobre pequenas encomendas, sobre as quais, uma vez que são encomendas feitas por favor, não há cobrança de impostos pelo seu transporte ou seu serviço ficava apenas por um maço de fumo, como conta Alfred Russel Wallace: “Nos diversos sítios aonde eu aportava, algumas vezes recebia encomendas de compras, em Barra, pois quem quer que fosse, a quem eu já houvesse visto uma vez, num segundo encontro se considerava um velho amigo meu e queria gozar de privilégios como tal.” (2004, p. 401).

Soa um tanto inocente o relato, pois uma vez que o viajante aceitasse a encomenda, ele seria o responsável por tal carga e, como comentado, quem a encomendou a receberia sem pagar quase nada. O comércio, na província, transita entre o oficial e não oficial, é queixa constante de seus presidentes a sonegação dos impostos e a ilicitude na qual os habitantes se colocam, várias legislações são produzidas para regulação, por exemplo, da extração de ovos de tartaruga, a Resolução nº 54 “Proíbe a manipulação de manteiga de ovos de tartarugas em algumas praias, e estabelece regras para a policia desse ramo de indústria nos lugares em que é permitido exercê-la”<sup>26</sup>, essa legislação, além de criar diretrizes para locais de produção, cria os fiscalizadores da extração de ovos, cargo que vai se tornar extremamente importante no jogo de interesses locais. Ainda nesse sentido, o das transações comerciais e a ressignificação dos alimentos, vemos o caso do pirarucu, que

---

26 JORNAL ESTRELLA DO AMAZONAS, nº, 04 de julho de 1855.

ao lado da farinha de mandioca fazia às vezes de moeda na região, os trabalhadores das obras públicas, pertencentes aos Corpos de trabalhadores, eram pagos com *piraen*<sup>27</sup> e a farinha, e o utilizavam os alimentos como barganha para a realização das tarefas.

Os alimentos que serão discutidos seguem uma ordem de maior ocorrência nas fontes, em primeiro lugar está a tartaruga e seus derivados, o pirarucu e seus derivados e por fim os derivados de peixe-boi. É, pois, interessante de observar que a capital e província não consumiam apenas os gêneros comentados, mas estes se apresentam na documentação de maneira mais marcante. As fontes utilizadas para esta são de diversas naturezas; os de natureza oficial do estado como os Relatórios de presidente de Província, as de caráter pessoal como os relatos de viajantes e a imprensa, nesse caso o jornal *Estrella do Amazonas* (1850–1864). Feito esse *mise en place*, passemos aos alimentos.

---

27 Assim era chamado o pirarucu depois de seco.

## A tartaruga é a comida de todos

Um viajante que subisse o rio Amazonas, no século XIX, em direção a Manaus, no Rio Negro, entre os meses da vazante (agosto até finais de outubro), muito provavelmente iria deparar-se com praias ocupadas por seres humanos e animais, ambos em condições distintas. Os animais presumivelmente seriam tartarugas da Amazônia (*Podocnemis expansa*) e seus perseguidores, indígenas e toda sorte de habitantes presentes nos afluentes dos rios ao longo da rede hídrica, pois era o tempo da viração<sup>28</sup>. A *Podocnemis expansa* é um espécime pertencente à ordem dos Testudines ou Chelonia (Ferrara, 2017) e à família *Podocnemididae*. O Brasil se destaca por possuir 36 espécies de quelônios; metade desse número encontra-se na Amazônia, que conta com 17 espécies, sendo 15 aquáticas e 2 terrestres (IBAMA, 2016).

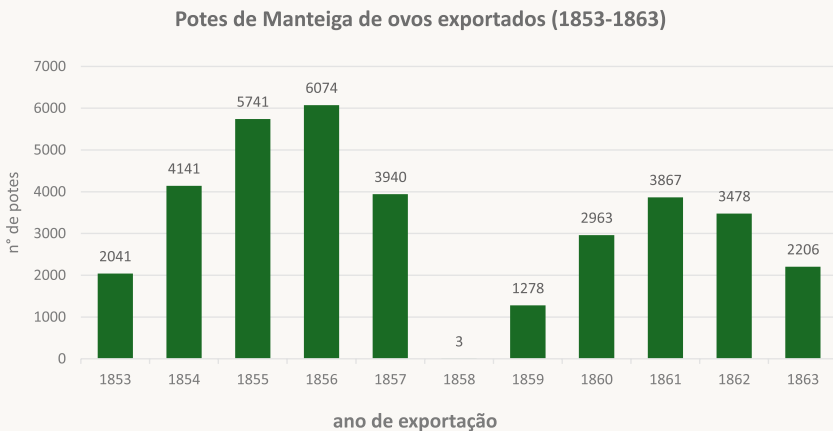
Em 1840, em seu *Diccionario topographico, historico e descritivo da comarca do Alto-Amazonas*, Lourenço Amazonas (1852) informa que, em meio aos principais gêneros manipulados para a exportação, está a manteiga de tartaruga. A comercialização desse produto, iniciada no século anterior, se tornou uma das forças principais da economia da província e sua capital, a tal ponto de a divisão econômica do ano ser feita em antes e depois da desova das tartarugas. “Dividido o ano em dois períodos, inverno ou enchente, verão ou vazante, empregam o último no que chamam trabalhar; o que fazem aludindo às praias que a vazante descobre para a manipulação de manteigas de tartaruga” (Amazonas, 1852, p. 36). Durante o primeiro registro de exportação de manteigas<sup>29</sup>,

-----  
 28 Desde o século XVIII, o processo de apanhar tartarugas e seus ovos durante o período de desova é chamado de “viração”, justamente porque, para que os animais não fugissem, eram virados com os cascos para baixo, o que impedia sua locomoção.

29 De acordo com José Veríssimo (1895), todas as banhas que passavam por algum processo de fabricação eram conhecidas por manteiga.

saídas de Manaus em 1853 até 1863, foram exportados milhares de potes de manteiga, resultando nas mortes de inúmeras tartarugas e de milhares de ovos. Esse processo não só levava à morte indivíduos adultos, como acabava por comprometer uma geração inteira de tartarugas, que precisam de anos para chegar à fase de reprodução. O gráfico abaixo pode elucidar as quantidades de manteigas saídas da província através da capital:

Produzido pelo autor a partir dos relatórios de presidente de província



O gráfico demonstra quantidades consideráveis de potes de manteiga<sup>30</sup> e a importância que tal produto tinha para a capital e a província. Parte da produção de manteiga era utilizada nas cozinhas domésticas para a fritura e conservação dos alimentos, outra parte era destinada à iluminação pública. Supõe-se que, por ano, eram utilizados um quantitativo de ovos de tartaruga que se aproxima dos seis dígitos. A extração de ovos envolvia um sem-número de pessoas; era possível que, durante a viração, as cidades da província, e inclusive a capital,

-----  
 30 Segundo Mário Ypiranga Monteiro (1971), cada pote de barro podia armazenar aproximadamente duas libras de manteiga, que, convertidas em quilogramas, correspondiam a aproximadamente 0,907 g.

ficassem vazias, por conta da quantidade de indivíduos que desciam para as praias. Em 1861, no relatório apresentado pelo Excelentíssimo Presidente Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, consta, em seu anexo nº 2, um breve relatório do cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, Diretor da Instrução Pública. Entre outros pontos, o religioso apontava que uma das causas da evasão escolar era:

A necessidade dos seus pequenos socorros para os ajudarem na pesca e nas colheitas, o terem de ir para as praias onde se fatura a manteiga dos ovos das tartarugas, são ordinariamente os motivos de que se servem: muitos dos alunos voltam depois de seis meses quase esquecidos do que sabiam, e alguns não comparecem mais (Azevedo, 1861, p. 2)

A manteiga extraída desses ovos teve seu preparo amplamente registrado no século XVIII, o qual pouco se alterou no curso do século XIX. Esse produto necessitava de um número expoente de ovos para a retirada de sua gordura. Os ovos eram quebrados em cestos ou canoas, e, posteriormente, adicionava-se água, para que, no resultado de uma ação hidrofóbica da gordura, ela se separasse da água e pudesse ser fervida e purificada (Veríssimo, 1895; Bates, 1944). De posse desses dados, é possível supor que a manteiga de ovos tivesse o aspecto de uma manteiga clarificada, mas, em vez de guardada em garrafas, era armazenada em potes de argila, confeccionados na olaria da cidade. Segundo José Veríssimo (1895, p. 78), a cidade de Manaus, desde o início do século até finais, sempre teve forte produção desse gênero:

Manaós continua a receber bastantes tartarugas, que são durante todo o ano, um dos alimentos com que conta a sua população de quinze a vinte mil habitantes. Grande número delas

são vendidas nas mesmas regiões em que foram apanhadas aos comandantes, oficiais, tripulantes e passageiros dos vapores que as frequentam, fazendo-se assim um comércio que escapa às estatísticas.

De fato, o número de tartarugas e ovos consumidos na cidade é incontável, mas se pode estimar que se exportava metade ou um terço do total produzido, no caso dos potes de manteiga, e o mesmo número do que era caçado, no caso de espécimes vivos. Contudo, é possível supor que esse número foi bem maior do que o registrado. Os relatos de viajantes, em sua maioria, contam a fartura de tartaruga presente na província e na capital; eles próprios consomem sua carne, na falta de outra mais conhecida, mas também, porque era esse animal que abastecia a cidade e dava a dose de proteína diária, de que precisavam seus habitantes.

### **Nas escamas da Província**

Como seu próprio nome científico indica, *Arapaima gigas*, esse peixe tem proporções gigantescas, podendo chegar a três metros de comprimento e pesar até duzentos e cinquenta quilos. Pertence à família dos Osteoglossidae, peixes amazônicos que possuem uma característica peculiar, a presença de uma língua óssea, por isso, espécimes desse grupo são conhecidos popularmente como línguas de osso (Fontenele, 1955); estes fazem parte do gênero Arapaimidae, hoje reconhecido como possuindo cinco espécies na Amazônia. Segundo o Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana, “A pesar de que hoy se reconoce la coexistencia de más de una especie de Arapaima en la Amazonía, se reconoce que *A. gigas* es la más abundante y ampliamente distribuida del género” (IIAP, 2017, p. 14). Sua distribuição ocorre de maneira natural, numa região da Amazônia que vai desde as bacias hidrográficas do Peru,

chegando até os rios das Guianas, com grande incidência nos rios da Amazônia brasileira (Santos, 2009). O peixe desenvolve uma importante função na região do Amazonas, principalmente em áreas de criação de manejo em dezenas de municípios da região.

O pirarucu é conhecido como um fóssil vivo, pois sua formação taxonômica é referente ao Mioceno (24 milhões de anos atrás), que, em partes, é paralelo ao levantamento da Cordilheira dos Andes (65 milhões de anos). A descoberta de um fóssil do gênero *Arapaimidae*, na década de noventa, indicou a presença de indivíduos da espécie *gigas* na bacia do rio Magdalena, na Colômbia, que são datados do período supracitado<sup>51</sup> (Ludberg, 1992). O período em questão é importante para a região amazônica justamente pelo recuo dos oceanos e o levantamento da Cordilheira dos Andes, o que gerou o isolamento da região e o desenvolvimento de uma ictiofauna específica. John G. Ludberg (1992) assinala que os fósseis de peixe ósseo encontrados no rio Magdalena ajudam a responder a questões de ocupação e desenvolvimento do pirarucu na Amazônia. Demonstrar a importância do pirarucu para as populações nativas e ribeirinhas, sejam elas contemporâneas ou recuadas no tempo, é apontar uma intrincada relação entre o meio ambiente, povos e animais. Não seria errôneo dizer que a capital da província foi erguida a partir de muitas arrobas<sup>52</sup> de pirarucu, requerendo muito trabalho compulsório e escravizado, que adentrava rios, lagos, furos e paranás para pescar esse peixe. Neste tópico, escamaremos sua história de consumo.

---

31 O Mioceno corresponde à quarta época da Era Cenozoica, compreendendo o período que vai de 24 milhões até 5 milhões de anos.

32 A arroba, a qual nos referimos, é equivalente a 15kg. O sistema de medidas utilizado na província, ainda seguia o padrão do Antigo Regime, mesmo, após as reformas joaninas que inseririam o sistema métrico francês. Medidas como: onça, canada, braça, palmos e cuia são largamente utilizados na localidade.

Durante o século XIX, a pesca do pirarucu ganha proporções gigantescas, coincidindo com o regime de reprodução das tartarugas, o tempo da pesca também ocorre nos tempos da vazante, entre os meses de agosto a outubro. Segundo José Veríssimo (1895, p. 28), o pirarucu também dita as estações no Amazonas:

A salga do pirarucu, com a recolta da castanha ou a extração da borracha, determina uma época na região 'o tempo da salga', setembro e outubro, e dá principalmente lugar aos grandes ajuntamentos periódicos no precedente capítulo esboçados.

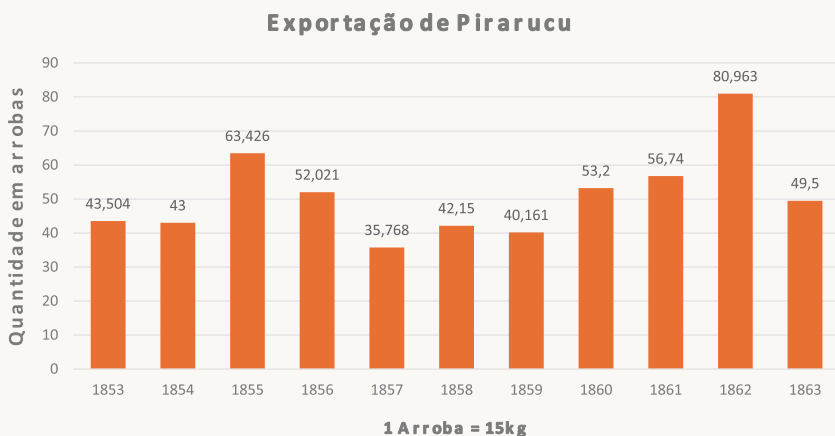
Os ajuntamentos, aos quais se refere o autor, são as feitorias de secagem e salga, estabelecidas nos locais de pesca. Esse processo compreendia um número significativo de pessoas, envolvidas nas mais diversas atividades: cortar o peixe, separar as escamas, preparar postas e ventrechas, vigiar a carne, para que não houvesse infestação de moscas e nem a roubassem os urubus. Era possível que o número de habitantes nas cidades da província diminuísse consideravelmente durante a temporada de pesca e secagem da carne do pirarucu, assim como no caso já citado, da recolha dos ovos de tartaruga e viração. Elizabeth Agassiz (2000, p. 220, grifo nosso) revela que ela e seu marido, durante sua viagem ao Amazonas, tiveram dificuldade para encontrar empregados na cidade:

Falta de braços. As nossas instalações domésticas adquiriram agora uma organização definitiva. Encontramos a princípio alguma dificuldade em conseguir empregados. É a estação da pesca; os homens vão para longe, para *secar e salgar o peixe*; além disso, não falta muito para a época de apanhar ovos e fabricar manteiga de tartaruga [...].

A partir desse relato, pode-se retirar dois dados. O primeiro é que se pode estimar como a produção de pirarucu seco era de extrema importância para a economia e alimentação local. Disso não há dúvidas. O segundo dado refere-se à lógica de produção e trabalho, ou seja, o número considerável de indígenas envolvidos nesse processo demonstra que o produto era resultado da exploração do trabalho compulsório desses indivíduos. Em outra passagem, Agassiz (2000, p. 224) visita a propriedade de uma autoridade local, produtora de pirarucu seco:

O nosso locatário e vizinho, Major Estolano, nos convidou para uma pequena excursão em seu sítio. Esse sítio não passa de uma tosca cabana de índio, situada na margem oposta do Solimões, onde o nosso vizinho e sua família costumam ir fiscalizar a salga e a seca do peixe que constituem a grande indústria da região.

Produzido pelo autor a partir dos relatórios de presidente de província



Os dados apresentados no gráfico demonstram o quão altos eram os números da exportação para aquele período. Na série, o maior número é para o ano de 1862, com 80,9

arrobas, que, convertidas em quilogramas, chegam a 1.213 kg<sup>33</sup>, aproximadamente uma tonelada e duzentos e treze quilos. O número pode e deve estar subnotificado; também é subnotificada sua taxa de consumo, todavia, se tomarmos como base os cálculos recentes, podemos expor uma aproximação razoável. Se, na atualidade, um ribeirinho consome em média 500 g a 600 g por dia (Gandra, 2010), no século XIX, esse valor pode estar aproximado.

Pode-se exemplificar, da seguinte forma: em 1852, segundos os relatórios da presidência da província, a população da capital era estimada em 5.081 habitantes, tomando o consumo de peixe por 300 g (-100g de carne de tartaruga e -100g de outras carnes)<sup>34</sup>, assim, o consumo da capital foi de aproximadamente 1.524 quilos de pescado; e não estamos levando em conta somente de consumo de pirarucu, o que se quer demonstrar é que o pescado era a base da alimentação da cidade e, tomando para este ano a exportação de 652,56 kg de pirarucu, pode-se dizer que, do total consumido, este figurava com pelo menos 50% do pescado.

### **Grandes mamíferos “em potes”**

O peixe-boi-da-amazônia é um mamífero endêmico da região amazônica, prefere as águas calmas de lagos e igapós (Andrade; Luna; Reis, 2011), é pertencente à ordem Sirenia e integra a família dos *Trichechidae*. Seu nome científico é *Trichechus inunguis*, por diferir do outro membro da família, o peixe-boi-marinho, que possui unhas em seus membros dianteiros; essa ordem foi caçada indistintamente desde o século XVIII e até meados do XX, restando apenas duas famílias: a já mencionada *Trichechidae* e a *Dugongidae* (2010).

---

33 Os cálculos das conversões utilizaram as grandezas apresentadas por Patrícia Melo Sampaio, que utilizou 1 kg = 15 arrobas como unidade de medida em outros cálculos para produtos da região.

34  $0,300 \text{ g} \times 5081 = 1524$ .

A primeira espécie a desaparecer foi a vaca-marinha-de-steller, após, apenas, três décadas de seu descobrimento e catalogação (Fiori; Santos, 2015). A espécie que habita a Amazônia é a menor, mas, assim como pirarucus e tartarugas-da-amazônia, é possível que os indivíduos caçados no setecentos e oitocentos tivessem tamanhos e dimensões maiores do que as que podem ser encontradas hoje na natureza e centros de conservação, dada a sua baixa taxa de reprodução e tempo de vida longo. Sua respiração é pulmonar e não alcança grandes períodos de submersão, alimenta-se exclusivamente de plantas aquáticas, sendo esses dois momentos os que o deixam mais vulnerável à caça.

Podemos observar o tamanho dos peixes-bois do século XIX através de dois relatos, o primeiro feito pelo viajante Henry Lister Maw, dezoito anos antes do segundo, feito por Alfred Russel Wallace, por volta de 1848. Segundo Lister (1829, p. 96):

As dimensões deste, já totalmente crescido, sem ser considerado gordo, tinham cerca de três metros de comprimento e quase 2,5 metros de comprimento na parte mais grossa do corpo; mas, como os índios não queriam movê-la, e eu concordei com o pescador em comprar a pele, não fui tão exigente quanto deveria ser na medição.

O próprio viajante admite não ter sido exigente na medição, o que dá margem para que a largura do animal esteja errada, ou a tradução da circunferência como comprimento. O segundo registro traz as seguintes informações:

Um dia, o pescador trouxe-nos um bonito "peixe-boi", uma das espécies de *Manatus* que habitam o Amazonas. É particularmente abundante nos lagos desta parte do rio. O espécime que fora capturado era uma fêmea. O seu comprimento era de cerca de seis pés e

tinha perto de cinco pés de diâmetro, na sua parte mais larga (Wallace, 2004, p. 240).

Esse fragmento informa que, de diâmetro, o animal possuía cinco pés, o que corresponde aproximadamente a um metro e meio de comprimento. Isso nos leva a acreditar que o primeiro fragmento possui um erro de tradução. Então, onde se lê 2,5 metros de comprimento, na realidade refere-se à circunferência do animal em sua parte mais grossa. Um espécime dessas proporções pode produzir de 40 à 60 quilos de carne (Veríssimo, 1895), sem contar com sua gordura, que chegava a encher entre 8 e 9 potes de 22 kg cada. O consumo de sua carne era feito de maneira salmourada, por ser uma carne muito gordurosa e parecida com a dos suínos, a qual estragava muito rapidamente no clima amazônico (Luna, 2011, p. 18). No entanto, a preparação mais feita com o peixe-boi, com certeza, foi a mixira, ou mexira como também é chamada. Como os povos da região amazônica faziam pouco uso do sal, desenvolveram, então, uma espécie de conserva na própria gordura do animal.<sup>35</sup> Segundo Câmara Cascudo (2011), a mixira foi registrada por Von Martius e Spix em 1819 e constituía uma forte indústria local. Raimundo Moraes (2013, p. 122-123), em *Meu dicionário de cousas amazônicas, revela que a mixira é feita da seguinte forma:*

Conserva de gordura do peixe-boi, grande cetáceo, de banha branca, compacta; é excelente isoladora do ar. Frita-se primeiro, na gordura do peixe-boi, a peça a conservar, e, depois de fria, é ela encerrada, recoberta da banha em que sofreu a ação do fogo, em latas de cinco e dez galões hermeticamente fechadas. É um petisco

---

35 Vale ressaltar que se preparavas mixiras com variados tipos de gordura, mas a de peixe-boi é a mais encontrada nos relatos e, por isso, tomamo-la para falar do consumo de *Trichechus inunguis*.

apreciadíssimo, comido com farinha-d'água torrada, em todo o vale amazônico.

Para estimar a quantidade de quilogramas exportadas, tomou-se como referência 30 kg para cada pote, a partir das informações de José Veríssimo. Pode-se também conjecturar, com as aproximações do referido autor (1895), o número de animais mortos a cada ano, uma vez que a mexira se tornou gênero de exportação. Presume-se que um peixe-boi produzia 40 kg de carne e 20 kg de gordura. A mixira, como vimos, é a conserva de carne em gordura; se, em um pote, havia 50% de carne com 50% de gordura, chega-se a 30 kg, que, dividindo, por exemplo, pelas 10.23 toneladas do ano de 1853, indica aproximadamente 341 peixes-boi mortos naquele ano, isso se considerarmos o quantitativo apenas pelos números da exportação, que, com certeza, estão subnotificados. Também não podemos computar o consumo na cidade, mas, pelos relatos, é possível supor que fosse alto. Segundo Luna (2011, p. 17),

O peixe-boi-da-Amazônia é o mamífero aquático mais caçado do país, embora em intensidade bem menor do que no início do século passado. O consumo de sua carne é uma tradição na Amazônia, sendo uma fonte de proteína animal do ribeirão.

Nenhum outro animal amazônico pode fornecer quantidades tão altas de carne e de gordura. Não há animais de grande porte capazes de oferecer gordura, carne e couro. A introdução do gado é tardia e muito rarefeita no século XIX, principalmente no que diz respeito a Manaus, e, nesse sentido, o que Fiori e Santos (2015) definem é bem consistente.

Em um ambiente onde animais selvagens grandes e pesados são incomuns, os peixes-boi não fornecem somente uma generosa

recompensa em termos de carne, gordura e couro. Eles também são fáceis de serem caçados. Na realidade, por serem animais bastante doces, todos os sirênios o são (p. 78).

E foi tal docilidade que permitiu que o peixe-boi fosse caçado até quase sua extinção. E, por falar em imaginário local, bom é um pescador que pesca um desses animais, e digno de fama. A caça do animal foi potencializada, sobretudo, pelo desenvolvimento da economia do látex, e se estendeu até as décadas de 70 do século passado. É bem verdade que até a contemporaneidade os animais ainda correm risco de extinção, uma vez que trezentos anos de caça, causaram um grande desequilíbrio para a espécie.

## **Considerações finais**

O século XIX foi particularmente nocivo para espécies de animais e plantas que passaram por algum tipo de industrialização ou produção em grande escala, sobretudo a partir da segunda metade do século, quando a urbanização das cidades aumentou, o que incorreu na maior demanda por comida e outras necessidades, como iluminação pública e desenvolvimento de transportes que tornem os tempos de viagem menores. A província do Amazonas, bem como sua capital, não estiveram fora desse processo de capitalização de suas manufaturas, se assim podemos dizer, à sua maneira esse processo de expansão econômica também adentrou essa vasta região do império, não de maneira homogênea, mas sim, explorando entes humanos e não humanos nesse desenrolar de expansão.


Nesse sentido, não somente foram explorados e escravizados os recursos humanos, como também os da ictiofauna. A economia se sustentou-se através da produção

de gêneros que passaram de uma realidade de abastecimento local, para comporem uma rede de abastecimento interprovincial e o desenvolvimento de uma economia do abastecimento. Os produtos assinalados compuseram a maior parte das receitas provinciais, assim como eram os que mais causavam prejuízos, uma vez que as práticas comerciais que fugiam aos olhos das autoridades foram uma realidade que perdurou até a economia gomífera.

Sustentamos nossa argumentação de que a economia local, ao realizar a exploração das tartarugas, pirarucus e peixes-boi, criou um sistema que se aproveitava das práticas locais de alimentação para fortalecer seu mercado, em contra partida via nas práticas de produção de alimentos da capital e da província, a culpa do atraso da região, de que tanto reclamavam. Dessa preocupação das autoridades com o controle da pesca desses animais, não pode ser lida como uma preocupação de caráter ambiental, mas, sim, pode ser interpretada como uma preocupação comercial, e que enxergava com temor o desaparecimento dos animais que explorava, pois sem o gado, uma tartaruga, um pirarucu e um peixe-boi, parecia-lhes bem melhor de que passar fome.

- AGASSIZ, J. L. R.; AGASSIZ, E. C. C. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Tradução: Edgar S. M. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- AMAZONAS, L. S. A. *Diccionario topographico, histórico e descriptivo da comarca do Alto-Amazonas*. Recife: Tipografia Comercial de Meira Henriques, 1852.
- VERISSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves e Cia, 1895.
- WALLACE, A. R. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- BATES, H. W. O naturalista rio no Amazonas. Tradução: Candido M. 1 ed. [S. l.]: Companhia Editora Nacional, 1944.
- BIARD, A. F. *Dois anos no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- Fundação Biblioteca Nacional. *Hemeroteca Digital Brasileira*. Relatórios de presidente da Província do Amazonas – 1852 - 1863. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes/169331>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- Fundação Biblioteca Nacional. *Hemeroteca Digital Brasileira*. Jornal Estrella do Amazonas - 1854 a 1863. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/estrella/213420>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- CASCUDO, L. C. *História da Alimentação no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global, 2011.
- FERRARA, C. R.; FAGUNDES, C. K.; MORCATTY, T.; VOGT, R. C. *Quelônios Amazônicos: guia de identificação e distribuição*. Manaus: Wildlife Conservation Society Brasil, 2017.
- FIORI, M. M.; SANTOS, C. F. M. *A carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- GANDRA, A. L. *O Mercado do pescado na região metropolitana de Manaus*. O mercado do pescado nas grandes cidades latino-americanas. Amazonas: INFOPESCA, 2010.
- GUIMARÃES, E. S.; SCHETTINI, V. F. Terra e Agricultura no Império do Brasil. In: AMILCO, R. C.; PEREIRA, W. L. (orgs.). *História Econômica do Brasil Império*. Niterói: Ed. UFF; São Paulo: Hucitec, 2022.



- 
- KOO, F. C. *et al.* *El cultivo del paiche*. Biología, procesos productivos, tecnologías y estadísticas. 1. ed. Peru, Loreto: Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana – IIAP, 2017.
- LUNDBERG, J. G.; CHERNOFF, B. A. Miocene Fossil of the Amazonian Fish Arapaima (Teleostei, Arapaimidae) from the Magdalena River Region of Colombia–Biogeographic and Evolutionary Implications. *Biotropica*, v. 24, n. 1, p. 2-14, mar. 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2388468>.
- LUNA, F. O.; ANDRADE, M. C. M. Peixe-boi marinho. In: ANDRADE, M. C.; LUNA, F. O.; REIS, M. L. (orgs.). *Plano de ação nacional para a conservação dos sirênios: peixe-boi-da-Amazônia: Trichechus inunguis e peixe-boi-marinho: Trichechus manatus*. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), 2011, p. 19-24.
- MACEDO, S. C. F. *Do que se come*: Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850 – 1900). 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014.
- MONTANARI, M. *Comida como cultura*. Tradução: Leticia Martins de Andrade. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2013.
- MORAIS, R. *O meu dicionário de cousas da Amazônia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.
- NEVES, E. G. *Sob os tempos do equinócio*: oito mil anos de História na Amazônia central. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- SAMPAIO, P. M. M. *Os fios de Ariadne*: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX. 2. ed. São Paulo: editora Livraria da Física, 2014.

## Os Yanomami do rio Marauiá, Santa Isabel do Rio Negro-AM e as instituições do *napë*

*Daniela Gato Aguilera*

### Considerações iniciais

O povo Yanomami, comumente tomado a partir da generalização baseada em seu etnônimo, é na verdade um agregado de povos, *xapono*<sup>36</sup>, famílias e grupos distintos, com línguas, hábitos e costumes diversos que compartilham uma mesma cosmologia e a noção de pessoa (*Yanomami thë pë*). A produção de trabalhos recentes, sobretudo no que diz respeito à antropologia amazônica, tem buscado ressaltar a diversidade de um povo que tem como fundamento a pluralidade de conhecimentos, saberes e fazeres.

Tal diversidade teve influência direta na tentativa de colonização do povo Yanomami levada a cabo por instituições religiosas, como as missões salesianas, no caso do alto e médio rio Negro, ou por missões evangélicas, como no caso da região de Roraima produzindo os mais distintos contextos de contato interétnico que contaram com a participação

---

36 Habitação Yanomami, local onde residem comunitariamente. Constitui um espaço, ritual, social e simbólico no qual um conjunto de casas de madeira e de palha separadas umas das outras por pequenos espaços são dispostas em círculo.

das mais diversas instituições do *napë*<sup>37</sup>, entre elas: agentes de fiscalização de fronteiras ou agentes do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, posteriormente, agentes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, agentes da Secretaria de Saúde Indígena - SESAI, missionários salesianos, missionários fundamentalistas da Missão Novas Tribos- MNT, garimpeiros etc. Essa multiplicidade de agentes e de formas de contato levou a processos diversos de reconfiguração cosmológica, reorganização espacial, introdução de novos costumes e relações com diferentes *napë*, que ora são tomados como aliados e ora como inimigos, a depender do contexto em que estão inseridos.

É importante que tenhamos em mente tais diferenças culturais e históricas dos diversos grupos Yanomami pois elas impactam diretamente na necessidade de pensarmos na elaboração de políticas públicas de saúde e educação que sejam eficazes e diferenciadas, deixando de lado um modelo generalizado e universal de garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Nesse âmbito, antropologia e história estabelecem um importante diálogo para uma compreensão mais sensível a realidades como a dos Yanomami do rio Marauíá, como proponho no presente artigo.

## **O Povo Yanomami**

Os Yanomami localizam-se na faixa de fronteira entre Brasil e Venezuela na região do interflúvio rio Orinoco - rio Amazonas, afluentes da margem direita do rio Branco e esquerda do rio Negro, com população atual de aproximadamente 38.000 indivíduos nos dois países. No Brasil, a Terra Indígena Yanomami (*Urihi a*) foi demarcada em 1991 e homologada por decreto presidencial, em 25 maio

---

<sup>37</sup> Categoria Yanomami para se referir ao não-Yanomami (branco, estrangeiro, forasteiro).

de 1992, o território possui extensão de 9.664.975 hectares e a população atual conta com aproximadamente 26.780<sup>38</sup> indivíduos que vivem em mais de 370 xaponos, de acordo com dados do DSEI-Yanomami. A TI-Yanomami abrange oito municípios entre os estados de Roraima e Amazonas e constitui a maior terra indígena do Brasil com pouquíssimas áreas desmatadas ou degradadas.

Todavia, é necessário destacar que o “Povo Yanomami” não se trata de uma população homogênea, os Yanomami diferem-se em vários aspectos, entre eles, o mais significativo é a língua. Em relação à diversidade linguística, a divisão quatripartida estabelecida por Migliazza (1983) foi extensamente utilizada na caracterização linguística e cultural da literatura que trata do povo Yanomami, a saber: Sanema (Sanumá, Sanima); Yanam (Ninam); Yanomae (Yanomam) e Yanomami (Yãnomãmi) que se dividem em vários dialetos. Entretanto, há divergências entre os autores quanto a divisão linguística, como fica evidente nos trabalhos de Ramírez (1994) e, mais recentemente, no trabalho organizado por Helder Perri Ferreira, Ana Maria A. Machado e Estêvão Benfica Senra (2019) em parceria com o Instituto Socioambiental - ISA e Associações indígenas Yanomami que identificaram no Brasil seis línguas da família Yanomami e pelo menos dezesseis dialetos. No estado do Amazonas a língua mais falada é o Yanomami ou Yanonami, com cerca de 8.500 falantes.

Em seu trabalho intitulado “Los Yanomami”, Jacques Lizot (1988) aponta algumas das características gerais desse grupo indígena tão diverso que são os Yanomami, pautado em extenso levantamento bibliográfico sobre o que havia sido produzido até então, o autor apresenta os principais pesquisadores de cada subgrupo linguístico e ressalta a falta de conhecimento histórico acerca desse povo. Em relação ao etnônimo “Yanomami”, Lizot destaca que “Yanomami y su

---

38 Fonte: Instituto Socioambiental (ISA), 2022.

variante dialectal yanowami, significan ser humano: *Yanomami thë pë* son la gente, las personas; se diferencian de *napë*, que son todos los no Yanomami.” (Lizot, 1988 p. 789).

A concepção de que ser Yanomami é ser “Humano” é importante para compreender o aspecto cultural que une esses grupos com costumes e línguas diferentes, pois diz respeito à sua cosmologia, ou seja, sua forma de organizar o mundo. Tal cosmologia é compartilhada por todos os grupos linguísticos e encontra a sua materialidade o rito funerário *reahú*<sup>39</sup> que dá sentido e estrutura à vida Yanomami. É através desse ritual, segundo Ramalho (2008), que toda a rede de relações sociais de cooperação e aliança, mas também de oposição e hostilidade das comunidades envolvidas é atualizada.

As primeiras notas sobre a existência do povo Yanomami no Brasil remetem às décadas de 1910, do século XX, mas somente a partir dos anos 1940 e 1960 quando são instaladas as primeiras Missões Salesianas e postos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) é que as informações sobre os Yanomami se tornam mais abrangentes. A instalação de frente de atração laica ou não se constituíram em pontos de contato permanente e polos de sedentarização, contribuindo para a alteração significativa da demografia e da organização social do modo de vida Yanomami. Entretanto, as relações de contato com o *napë* se deram de formas distintas, tanto por conta de diversos contextos históricos quanto pelas diferenças sociopolíticas entre as regiões e *xapono* Yanomami.

---

<sup>39</sup> Grandes festas funerárias intercomunitárias. Ver mais em: Lizot, (1988) e Ramalho (2008).

## **Primeiros Contatos no Amazonas: multiplicidade de contextos no Alto e Médio Rio Negro**

No Amazonas, a Terra Indígena Yanomami distribuiu-se entre os territórios dos municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. A região situada no território de Barcelos abarca os rios Demini, Paduari, Auaris, Araca e afluentes e localiza-se no lado Oeste do território, a presença Yanomami nessa região é documentada desde 1947, ano em que é construído um posto de Serviço de Proteção do Índio (SPI), mantido posteriormente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI até o ano de 2009 como aponta Ferreira *et al.* (2019).

A relação com as instituições do *napë* foram intensificadas em Barcelos a partir do estabelecimento do posto do SPI que estimulou a participação dos Yanomami em atividades voltadas para a produção agroextrativista, a partir da qual eles comercializam diversos produtos, dentre eles, a sorva, castanha-do-pará e a piaçaba, que são vendidos na cidade de Barcelos ou utilizados nas relações de trocas com regatões e comerciantes da região (Araújo, 2016).

Já a região denominada de Maturacá situa-se no território de São Gabriel da Cachoeira e abarca os rios Cauaburis, Maiá e afluentes com uma população de aproximadamente 2.579 pessoas (DSEI-FUNASA, 2009) distribuídas em 7 xaponos: Ariabú, Auxiliadora, Santa Maria, Maiá, Ayari, Nazaré e Inambú. Durante a década de 1940, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) iniciou as primeiras tentativas de pacificação desse grupo, todavia não obtiveram sucesso, foi apenas em 1952 em uma expedição chefiada pelo Padre Antônio Góes que passaram a ter relações regulares com membros da sociedade envolvente (Ferreira *et al.*, 2019).

Em 1954 foi fundada, às margens do Canal de Maturacá, a Missão Nossa Senhora de Lourdes, iniciando-se assim o processo de nucleação das famílias Yanomami que viviam

dispersos no vale do rio Cauaburis e afluentes em torno da missão, levando ao aumento demográfico expressivo nos *xapono* Maturacá e Ariabú. De acordo com Smiljanic (2002), a circulação de pessoas entre as diferentes comunidades foi interrompida e o seu sentido foi invertido, já que, grupos vizinhos foram englobados pela comunidade local levando a formação de facções no interior da comunidade. O aumento expressivo da população vizinha à missão levou à uma série de problemas sociais tais como a frequência de epidemias de malária, a escassez de caça e de recursos ambientais aumentando a dependência dos Yanomami pelos insumos vindos das cidades, além de intensificar os conflitos intrafamiliares.

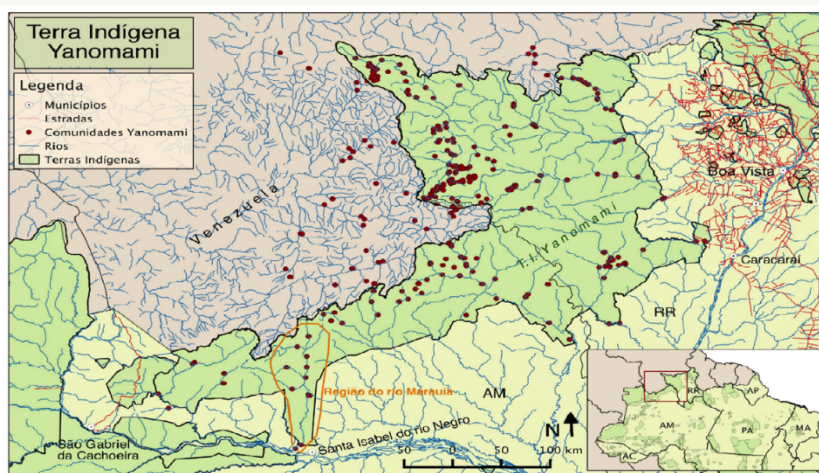
“A política sistemática de alteração do espaço comunitário e intercomunitário, a prática de internatos e o combate às práticas funerárias tradicionais acabaram levando a uma reordenação de todo o sistema de trocas em escala que não observamos em nenhuma outra parte da área Yanomami” (p. 152).

O processo de nucleação proporcionou uma relação intensa entre os Yanomami da região de Maturacá e diversas instituições do *napë*, tais como o 5º Pelotão Pelotão de Fronteira do Exército Brasileiro construído em 1989, além do Instituto pelo Desenvolvimento Sanitário - IDS, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social-IBDS, DSEI - SESAI, a Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira-SEMEC-SGC, Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas- SEDUC-AM, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO e Universidade Federal do Amazonas - UFAM que possuem formas distintas de atuação junto aos Yanomami.

E, finalmente, a região conhecida como Marauiá localiza-se na parte ocidental da TI Yanomami no território de Santa Isabel

do Rio Negro e abarca os rios Marauaiá e Preto, contando com uma população de aproximadamente 2.354 habitantes (DSEI, 2018) distribuídos em 18 xaponos: Bicho-Açu, Apuí, Serrinha, Jutaí, Tabuleiro, Balaio, Komixiwë (Missão Marauaiá), Pohoroa, Ixima, Pukima Beira, Raita, Tomoropiwei, Pukima Cachoeira, Manakapiwei, Kona Cachoeira, Kona Centro, Xamakorona e Água Viva, esta última localizada no rio Preto.

**Figura 1** - Região do rio Marauaiá



**Fonte:** Foirn & PDPI/MMA, 2015

As primeiras relações entre os Yanomami e as instituições do *napë* na região de Maturacá e na região do rio Marauaiá entrelaçam-se ao trabalho de atuação do Padre Antônio Góes, responsável pelos primeiros contatos nessas regiões. Todavia, essa relação não levou aos mesmos processos socioespaciais, já que na região do rio Marauaiá não ocorre o processo de nucleação em torno da missão, pelo contrário, os *xapono* prosseguem com a dinâmica de cisão e reconfiguração das redes de relações entre Yanomami e *napë*. Para compreendermos essa dinâmica e analisar as particularidades dessa região, é necessária uma perspectiva histórica, a qual proponho a seguir.

## Narrativas à margens do Rio Marauíá em Santa Isabel do Rio Negro - AM

O ano era de 1942, quando os filhos de Dom Bosco instalaram o internato salesiano em Tapuruquara, hoje, Santa Isabel do Rio Negro. A prática dos internatos fazia parte da política salesiana no rio Negro e consistia em impor às crianças indígenas a educação fundamentada na fé cristã, usando como mecanismo o ensino da língua portuguesa, bem como uma rígida disciplina centrada em atividades diárias da instituição, o uso de castigos físicos e morais como métodos de coerção (Costa, 2012).

Ao saber de relatos sobre a existência de indígenas às margens do rio Cauaburis na década de 1950, o Padre Antônio Góes, à época diretor da sede da missão salesiana, decide subir o rio para atrair e pacificar os “índios ferozes, violentos e raptadores” descritos pelos moradores de São Gabriel da Cachoeira. Entre os anos de 1952 e 1953, o Padre Antônio Góes realizou mais duas viagens buscando estabelecer relações mais estreitas com os *Kohoroxithari*<sup>40</sup>, nas décadas seguintes recebeu autorização da Inspetoria Salesiana em Manaus para construir uma residência entre eles e também para erguer uma casa missionária definitiva à margem esquerda do canal de Maturacá. Assim, em junho de 1954, é erguida a Missão Nossa Senhora de Lourdes em Maturacá, primeira missão católica entre os Yanomami no Amazonas.

Mantendo relações contínuas com os *Kohoroxithari*, Padre Góes logo soube das relações conflituosas que mantinham com os *Karawethari*<sup>41</sup>, que habitavam a bacia do rio Marauíá.

---

40 Termo utilizado para se referir aos grupos Yanomami da região de Maturacá. Ver mais em Miranda (2020) e Smiljanic (2002).

41 Palavra Yanomami utilizada para se referir aos habitantes do rio Marauíá, mais especificamente os habitantes da serra *Karawë* que desceram até a calha do rio Marauíá (*Komixiwë*). Ver mais em Almeida (2020) e Miranda (2020).

Com o objetivo de promover a pacificação das relações entre os Yanomami, o padre realizou ao longo dos anos de 1955 e 1961 diversos contatos com os *Karawethari*, fundando em 1962 a Missão Sagrada Família, ou como é conhecida pelos Yanomami, Missão *Komixiwé*<sup>42</sup>.

De acordo com Almeida (2020), houve uma resistência dos Yanomami diante da ação de deslocamento das crianças das comunidades para o internato que influenciou diretamente na mudança de estratégia do Padre Antônio Góes que passou a desenvolver uma educação cristã no espaço da própria missão dando início ao processo de escolarização dos *xapono* da calha do rio Marauíá. Os trabalhos de educação escolar e evangelização dos Yanomami passaram, a partir daí, a ser realizados nas próprias aldeias. A criação da Missão próxima ao *xapono* Yanomami fazia parte da estratégia dos salesianos de combater a resistência dos indígenas à proposta dos internatos. De acordo com Almeida (2020), era comum muitos pais Yanomami inconformados irem até o colégio para levar de volta os seus filhos para as aldeias.

Segundo uma liderança Yanomami<sup>43</sup> a estratégia dos padres salesianos para implantar a educação na comunidade era conversar com os pais das crianças Yanomami para convencê-los a levarem seus filhos para a escola da Missão Marauíá em vez de direcioná-las aos internatos de “Tapuruquara”. É interessante observarmos essa resistência dos Yanomami às práticas do internato na região do rio Marauíá e como isso impacta nas dinâmicas socioespaciais dos *xapono* nos dias atuais, mostrando que essa organização do espaço físico e social é resultado da agência dos próprio Yanomami nas suas relações com o *napë*.

---

42 Vem da palavra Yanomami *Komixi* que significa “folha de ubim” encontrada em grande quantidade no “rio maior”

43 Entrevista realizada em 2022 em Santa Isabel do Rio Negro com uma liderança que também é professor e já foi conselheiro de saúde indígena.

Nos anos 1980, o Estado se faz presente de forma mais latente na região com a construção do posto da Fundação Nacional do Índio - FUNAI próximo à cachoeira *Bicho-Açu* no rio Marauaiá e em meados da década de 1990 entra em cena o Serviço de Cooperação com o povo Yanomami - SECOYA desenvolvendo atividades no campo da assistência à saúde tendo em vista as epidemias de malária e tuberculose que assolavam a população Yanomami. A atuação da ONG se concentrou num primeiro momento em atender diretamente aos Yanomami da bacia do rio Marauaiá e posteriormente aos *xapono* Yanomami do rio Demini, localizados no município de Barcelos.

A instituição direciona sua atuação para o campo da educação, desenvolvendo, a partir de 1992, o projeto de alfabetização bilíngue conforme aponta Miranda (2020). A atuação da Secoya traz à luz a primeira ideia e experiência dos Yanomami com a educação diferenciada, já que, sua proposta pedagógica é baseada num trabalho político-educativo focando na ideia de que a escola é um instrumento de empoderamento visando assim a valorização da cultura e a autonomia da população yanomami.

A partir da leitura dos trabalhos que versam sobre o desenvolvimento da educação escolar na região do rio Marauaiá, um personagem ganha destaque a partir dos anos 90, refiro-me ao linguista Henri Ramirez que atou na região entre 1992 e 1994 junto aos missionários e inaugurou a alfabetização bilíngue entre os Yanomami a partir da confecção de fichas de alfabetização com desenhos feitos pelos Yanomami. Além disso, publicou a cartilha "*Yoahiwë*" e os livros *Hapa te pë rë Kuonowei* – Mitologia Yanomami volumes I e II, feitos com a colaboração de alunos da escola salesiana (Vieira, 2018)

Nesse período também entram em cena na região os canadenses Anne Ballester e Davi Goudbout com o objetivo de trabalhar no campo da educação. Iniciaram suas atividades junto aos salesianos, assessorados por Henri Ramirez.

De acordo com Luana Vieira (2018), Davi Godbot deixou definitivamente a região após um ano, enquanto Anne Ballester continuou como professora na área, coordenando e executando o desenvolvimento de um programa de ensino e educação bilíngue mais abrangente e adaptado à realidade Yanomami, tendo como objetivos principais a alfabetização bilíngue e a formação de Professores Yanomami. Ocorre aí uma divergência no desenvolvimento da educação escolar junto aos Yanomami entre as perspectivas dos salesianos e de Anne Ballester.

O início da atuação da Secoya confunde-se com as trajetórias individuais de personagens como Anne Ballester, que atuou junto aos Yanomami do rio Marauíá. Na revista publicada em 2017, em comemoração aos 25 anos de atuação da instituição<sup>44</sup>, a Secoya aponta que o início das suas atividades com o povo Yanomami no campo da assistência à saúde se dá no ano de 1991, todavia, a organização só é oficializada em 1997. Anne Ballester se direcionou ao rio Marauíá no ano de 1994 com o intuito de trabalhar no campo da educação e aconselhada por Henri Ramirez procurou apoio com os salesianos para desenvolver seu trabalho que concederam apoio, entretanto, os salesianos direcionaram Ballester e Goudbout a trabalhos na área da saúde devido à alta demanda de assistência à saúde na calha do rio Marauíá.

Após algum tempo, foram enfim enviados ao *xapono Komixiwë* (Missão Marauíá) para atuarem na escola da missão seguindo a metodologia utilizada por Ramirez que consistia na alfabetização bilíngue através do ensino silábico primeiro na língua materna e posteriormente em língua portuguesa. Esse *xapono* passou por uma cisão em 1995 que deu origem a dois novos *xaponos*, o primeiro chamado de *Xamata* e o segundo de *Ixima*, no qual, Anne Ballester passou a atuar longe da supervisão dos salesianos, realizando a alfabetização dos

---

<sup>44</sup> [https://www.secoya.org.br/\\_files/ugd/c00d30\\_c7506b04304e492eba3493cba20e5553.pdf](https://www.secoya.org.br/_files/ugd/c00d30_c7506b04304e492eba3493cba20e5553.pdf)

Agente Indígena de Saúde - AIS e a partir daí, com maior autonomia, pôde dialogar de forma mais direta com os Yanomami explicitando os pontos de dissenso entre a forma como ela pensava a educação para eles e a forma como os salesianos pensavam. Em 1997, ocorre a fundação oficial da Secoya pelo enfermeiro alemão Augusto Stassel, que atuava no campo da saúde e realizava atendimentos aos *xaponos* Yanomami, junto com Anne Balester e Silvio Cavuscens, atual coordenador da organização.

No ano de 2002, houve uma reestruturação do programa de educação da Secoya que ampliou a equipe de trabalho para dar início ao processo de formação de professores para o Magistério Indígena, com o intuito de formar um corpo docente Yanomami para lecionar em cada *xapono* de forma ininterrupta, sem depender exclusivamente de professores não-indígenas.

É interessante observar a atuação da Secoya no campo político neste momento fornecendo apoio para que os Yanomami tivessem a disposição ferramentas do “mundo dos brancos” como o conhecimento de burocracias, noções de funcionamento do Estado e de formação de instituições do *napë* etc. Ao realizar oficinas e cursos voltados para o processo organizativo; gestão territorial e recursos naturais; educação em saúde; gestão participativa e representatividade Yanomami, além de realizar “encontros políticos” no qual discutiram-se diversas formas associativas possíveis, a Secoya disponibilizou uma gama de opções para que os Yanomami pudessem decidir qual seria a melhor forma de se organizar formalmente e que tipos de benefícios essa organização traria para seu povo de modo geral e para os *xaponos* de forma específica.

De acordo com a Secoya, existem hoje dois formatos distintos de escolas atuando no rio Marauíá, mesmo que a organização reconheça que a Escola Estadual Sagrada Família venha trazendo recentemente uma nova orientação pedagógica na busca de aproximar o ensino àquilo que é preconizado em

termo de educação escolar diferenciada em nível estadual e nacional, como consta no Projeto Político Pedagógico - PPP aprovado em 2016 pelo Conselho de Educação Escolar Indígena - CEEI.

Inicia-se então as disputas políticas pela educação escolar indígena Yanomami na região do rio Marauíá e cada agência constrói sua própria noção de um modelo de educação que atenda às necessidades e às especificidades do povo Yanomami, noções essas que se apresentam como “opostas”, mesmo que tenham como base o mesmo norte da “valorização cultural”, como é o caso da “educação diferenciada” projetada pela Secoya, que propõe pensar uma escola baseada na dinâmica intercultural entre os conhecimentos ocidentais e os tradicionais da população Yanomami e um modelo específico capaz de atender as demandas dos Yanomami na sua relação com a sociedade dos *napë*, ao passo que o Plano Político Pedagógico da Escola Estadual Sagrada Família, como modelo de educação oficial do Estado, apresenta como fundamentos e objetivos centrais a valorização da cultura yanomami, contando com uma proposta curricular que abrange o ensino da língua indígena e as formas próprias de educar do povo Yanomami como a oralidade, o trabalho, o lazer e as expressões culturais como festas e cerimônias rituais.

Embrenhei-me no campo da educação escolar indígena na região do rio Marauíá pois ela é uma peça chave na compreensão das dinâmicas socioculturais dessa região particular, no sentido de que se criam relações de oposição, as quais são reconhecidas e vivenciadas pelos Yanomami de formas diversas, criando laços de aliança ou desconfiança a depender do *xapono*.

Em resumo, para a escolarização formal do Estado, anteriormente administrada pelos salesianos, é importante inserir no “modelo padrão” de escola diferenciada as especificidades Yanomami, enquanto que para a Secoya é

necessário pensar um novo modelo de escola que acompanhe as dinâmicas sociais, históricas e culturais dos *xaponos*, incluindo sua mobilidade, no que diz respeito às épocas de caça, colheita ou mesmo na situação de cisão de *xapono* como têm ocorrido. Para compreendermos melhor essa situação, é fundamental determo-nos nos aspectos culturais de mobilidade e autonomia dos *xaponos* característicos do povo Yanomami.

### **Pensando o *xapono***

As cisões dos *xaponos* são fatos marcantes na vida do povo Yanomami, conforme aponta a bibliografia, pois elas acarretam novas dinâmicas nas relações entre os Yanomami e na relação dos Yanomami com os agentes externos com os quais mantém contato. No caso de Maturacá, a cisão dos *xapono* deixou de ocorrer com intensidade após o processo de nucleação vivenciado pelos 5 *xaponos* da região com a chegada da missão salesiana, fenômeno que não ocorreu na região do rio Marauiá, mesmo com o estabelecimento da Missão Marauiá (*Komixiwë*) no médio curso do rio, os Yanomami continuaram, e continuam, a realizar cisões e criar novos *xaponos* a depender das tensões, conflitos e interesses que apareçam.

Observei durante minha pesquisa de campo realizada em 2022/2023 que as cisões dos *xapono* do rio Marauiá também influenciam nas suas relações com o *napë*, no sentido de que, ao escolherem criar novos *xapono* eles podem decidir se mantém ou se rompem os vínculos com as instituições com as quais mantinham relações no *xapono* de origem, isso funciona como um mecanismo político para articular novas relações de interesse e afinidade de acordo com os interesses e a autonomia de cada *xapono*. Como assinala Miranda (2020):

“[...] o contato sistemático com outros grupos indígenas, com a população regional, missões religiosas, militares e proximidade com a

cidade também contribuem para realçar este processo já existente de diversidade interna, mas cabe enfatizar que as transformações culturais entre os Yanomami não se restringem a seu contato com os napê e nem tampouco ocorrem de maneira uniforme em todo seu território (Miranda, 2020, p. 31).

O *xapono* configura uma unidade política fundamental dos Yanomami (Lizot, 1988). Esse tipo de habitação consiste em casas coletivas cujo número de coabitantes pode variar entre aproximadamente 60 e 600 pessoas. Seu padrão arquitetônico pode variar desde grandes casas coletivas em formato de círculo com uma praça de terra batida ao centro que serve de palco para os principais acontecimentos da vida coletiva, ou também casas individuais em formato cônico dispostas em círculo uma ao lado da outra. Um *xapono* pode significar não apenas a comunidade, mas todo o espaço de circulação, habitação, produção de alimentos, caça e pesca utilizado pelos Yanomami, incluindo diversas moradias (Miranda, 2020).

Para Kelly (2016), a organização política do povo Yanomami, pode ser resumida, do ponto de vista de qualquer comunidade, como a articulação, por meio de diferentes tipos de trocas, sejam elas matrimoniais, econômicas ou mesmo a troca de informações, de um grupo de comunidades aliadas, ou seja, geograficamente próximas, e imediatamente circunscritas por uma série de comunidades classificadas como “inimigas”, ou “inimigas potenciais” que vivem progressivamente mais afastadas em relação à comunidade de referência. Dessa forma, as trocas envolvem diferentes tipos de relações que envolvem aspectos sociais e xamânicos entre os *xaponos*.

Lizot (1988) destaca em seu trabalho que os *xaponos* não são casas fixas e que, embora sejam agricultores, os Yanomami passam da vida “sedentária” à vida “nômade” com grande facilidade e que essa flexibilidade na sua maneira de viver é

uma das características mais marcantes da sua adaptação a um meio ambiente específico onde nenhum recurso natural abunda permanentemente.

É importante destacar que, para Ramos (2008), deve-se evitar a categoria “nômade” ao se referir aos Yanomami e pensá-los enquanto um povo móvel, no sentido de que a dinâmica do manejo do território perpassa por diversos processos de mobilidade territorial, entre micromovimentos e migrações com características e consequências geopolíticas distintas, em geral, suas comunidades são pequenas e distanciadas entre si, porém, conectadas por uma intrincada rede de trilhas.

Tal mobilidade se torna evidente nos relatos de Umbelina Helena Valero (1984), jovem raptada pelos *Kohoroxithari* em 1932, ao longo de 26 anos ela viveu em diversos *xaponos* e com distintos grupos Yanomami, tais como os *Karawētari* e os *Xamatari*. Nas descrições de Helena, a construção de um novo *xapono* era algo constante na dinâmica desse povo, seja por ameaças de *xaponos* inimigos ou pela necessidade de construir novas roças para alimentar a população.

Nos dias atuais, as ameaças de guerra são bem menos frequentes, mas a mobilidade dos Yanomami e a criação de novos *xaponos* continua sendo uma característica marcante na região do rio Marauíá. Como aponta Vieira (2018), apesar de estarem sendo obrigados a aderir a uma maior sedentarização em função de estarem dentro de uma TI com os limites demarcados e também pela dificuldade de abandonar estruturas como escolas e postos de saúde, os Yanomami seguem movendo-se, dividindo-se e formando novos *xaponos*, os motivos variam desde a escassez de recursos, infestação de insetos ou quererem deixar para trás alguma lembrança ruim. As mudanças são planejadas por bastante tempo e vão acontecendo aos poucos. Depois do novo local escolhido, vão se abrindo roças e preparando o lugar, para que já tenha oferta de alimento quando da mudança definitiva (Vieira, 2018, p. 103-104).

Embora cada *xapono* desfrute de relativa autonomia existe um intenso e extenso sistema de intercâmbios econômicos e sociais intra e intercomunitário que se propaga para além das fronteiras nacionais. As relações de parentesco e as alianças matrimoniais constituem os principais vínculos entre os *xaponos* Yanomami, por isso, é comum um Yanomami ter parentes em outros *xaponos* ou mudar-se após estabelecer uma união matrimonial, já que toda linhagem está ligada independentemente a outra através de intercâmbios matrimoniais do passado e do presente.

### **Considerações finais**

Os *xaponos* Yanomami da região do rio Marauiá se mobilizam de formas independentes e através de articulações interaldeãs próprias vinculadas a história social e política de cisões de cada *xapono*. Quando uma comunidade se divide é comum que as novas comunidades mantenham uma relação com as instituições do *napë* similar ao *xapono* de origem, porém as relações entre *xapono* é reconfigurada a partir de novas relações de alianças e conflitos que estão sempre em disputa e articulação.


Embora os *xapono* possuam certa autonomia política, ao manter relações com o *napë* os Yanomami condisseram-se parte de um conjunto pertencente a uma coletividade. Isso ocorre, de acordo com Miranda (2020), tanto devido a critérios das organizações que atuam na região e buscam implementar suas ações indigenistas incentivando um caráter associativo, como no caso dos salesianos que organizavam grupos de escoteiros, cruzada, sociedade da alegria, vocacional, mariano, esportivo visando estimular o “associacionismo” entre os jovens indígenas, tanto por convenção dos próprios Yanomami que, em certos casos, se valem dessa unidade regional como estratégia política de suas relações externas.

Tais práticas e atuações das diversas instituições têm sido percebidas pelos Yanomami, que criam seus próprios mecanismos para se relacionar com cada uma delas. Algumas lideranças têm considerado os gestores e professores da Secoya enquanto seus “parceiros”, no sentido de que têm contribuído com cursos, materiais, logística e subsídios financeiros para atividades voltadas ao campo da educação e ao campo político, enquanto consideram as esferas do Estado muito mais complexas e engessadas dificultando o diálogo horizontal e a possibilidade de levar adiante as demandas dos Yanomami do rio Marauíá que acabam sendo englobadas pelo aparelho do Estado a partir da ideia de uma “unidade” Yanomami.

Corroborando com a perspectiva Yanomami, penso que as políticas indigenistas do Estado brasileiro têm-se articulado a uma visão homogênea e universalizante dos povos indígenas, sobretudo aos Yanomami, deixando de lado as especificidades históricas de cada região e uma perspectiva antropológica que indique as dinâmicas sociais, espaciais e culturais de um povo que é internamente tão diverso. Ao produzirmos etnografias diacrônicas que valorizem a reconstrução histórica das relações de cada região, teremos uma visão mais clara de que tipo de política e relações construir para atender as demandas específicas de cada localidade.

- ALMEIDA, L. F. A. J. G. *Uma vida missionária de pioneirismo e de dedicação aos Yanomami do Amazonas*. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2020.
- ARAÚJO, F. N. *As diferentes formas de relação patrão/freguês: os Yanomami e os regatões na exploração de piaçaba em Barcelos, Médio Rio Negro*. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- CHAGNON, N. A. *Nobres selvagens: minha vida entre duas tribos perigosas: os inanômamis e os antropólogos*. Tradução: Isa Mara Lando. São Paulo: Três Estrelas, 2014.
- COSTA, M. G. *A Igreja católica no Brasil: as ações civilizatórias e de conversão ao catolicismo das Missões Salesianas junto aos povos indígenas do Alto Rio Negro/Amazonas (1960 -1980)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP: 2012.
- FERREIRA, H. P.; MACHADO, A. M. A.; SENRA, E. B. *As línguas Yanomami no Brasil: diversidade e vitalidade*. São Paulo: ISA - Instituto Socioambiental; Boa Vista, RR: Hutukara Associação Yanomami (HAY), 2019.
- MIRANDA, T. *Os Yanomami do rio Marauaiá: trajetória e contato*. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.
- RAMALHO, M. *Os Yanomami e a morte*. 2008. 168 p. Tese. Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008
- RAMOS, A. R. *Memórias sanumá: Espaço e tempo em uma sociedade yanomami*. 1. ed. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB, 1990.
- SMILJANIC, M. I. Os enviados de Dom Bosco entre os Masiripiwëiteri. O impacto missionário sobre o sistema social e cultural dos Yanomami ocidentais (Amazonas, Brasil). *Journal de la société des américanistes*, Paris, v. 88, 2002, p. 137-158, 2002. DOI: 10.4000/jsa.2763. Disponível em: <http://jsa.revues.org/2763>.
- VALERO, H. *Yo soy Napeyoma: relatos de uma mujer raptada por lós indígenas yanomamis*. Venezuela, Caracas: Editorial Texto, 1984.





VIEIRA, L. R. *Escola indígena diferenciada: a experiência Yanomami no Médio Rio Negro*. 2018. 158 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

## **Indigenismo na Amazônia, repressão e “dever de memória”: a Funai no alvo de denúncias autoritárias na imprensa e críticas dissonantes (década de 1980)**

*Tamily Frota Pantoja*

### **“Toda a verdade sobre a chacina dos Ticuna”<sup>45</sup>**

Sob esse título, o jornal *A Crítica* coloca em sua capa do dia 05 de abril de 1988 o tema do massacre que deixou catorze indígenas mortos, com dez corpos desaparecidos na localidade do igarapé do Capacete, no final de março<sup>46</sup>. Na região do alto rio Solimões, tríplice fronteira com Brasil, Colômbia e Peru, os Ticuna sofreram o desdobramento brutal de uma perseguição mobilizada por exploradores de madeira, comerciantes locais envolvidos em diversos mercados ilegais que ameaçam as terras indígenas.

O resumo da matéria acompanha na capa duas imagens que abrem a interpretação sobre a produção de verdade imbuída no jornal. A fotografia maior é composta pela presença de 13

---

45 *A Crítica*, capa, 05 de abril de 1988. Disponível no Acervo da Biblioteca Pública do Amazonas.

46 PANTOJA, T. F. *O caso do massacre do Capacete no alto Solimões/AM, década de 1980: genocídio indígena, arquivos da violência e sementeira da memória*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2023.

indivíduos, numa área de mata, enquadrados como “pistoleiros” e que são os acusados de executar o massacre. À parte, está a figura do comerciante Oscar de Almeida Castelo Branco, numa fotografia apenas de rosto, sem um cenário aparente.

É fundamental ressaltar que as fotografias circulam em campos discursivos<sup>47</sup> nos quais estão inscritos códigos de expressão de valores por quem as produz e as tornam públicas. Ao percebermos a fotografia como prática social de interpretação – não meramente como registro que traduz um testemunho objetivo – é possível alcançar problemáticas a respeito dos elementos que informam sentidos de poder.

Através das posturas e de como foram organizados para a fotografia, a maioria dos homens parecem manifestar destemor ou despreocupação, características que coincidem com a mensagem de que os não-índigenas devem recusar a passividade diante dos conflitos.

É preciso observar que a dissociação da imagem dos pistoleiros em relação à figura de Oscar Castelo Branco não é apenas um efeito técnico de edição da capa. Sua figura é destacada porque ele é quem deve ter assegurado o seu papel de denunciante, a despeito das acusações voltadas contra ele. O resumo da matéria diz:

Todas as informações colhidas entre índios, Polícia Federal e Exército conduzem a uma conclusão: a Funai foi omissa e negligente. Há um clima de apreensão entre os posseiros, porque os Ticuna ameaçam partir para a vingança matando os seus algozes. O mais visado é o latifundiário Oscar de Almeida, (foto), acusado de ter planejado e determinado a matança dos índios. Oito posseiros, que participaram da chacina foram detidos.

---

47 MAUAD, A. M.; LOPES, M. F. B. História e Fotografia. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 279.

Nesse ponto, cabe problematizar o que tem norteado a conclusão de unanimidade acerca da omissão e da negligência da FUNAI. O jornal menciona uma interlocução com os indígenas cujas versões supostamente convergem com os órgãos oficiais, com exceção do próprio órgão indigenista, mas o sentido da omissão é embaraçoso. Se não ignorarmos o fato de que desde o início da abordagem sobre o massacre há uma sinalização de que a FUNAI teria sido omissa com os próprios sujeitos do comércio madeireiro, interditando a permanência deles em algumas áreas a partir da demarcação, será evidente que essa crítica tem caráter autoritário.

Nessa esteira, outros conflitos envolvendo indígenas e “brancos” são abordados com aspectos de denúncia em comum. Frequentemente, as matérias trazem sugestões de como seria possível resolver de forma pacífica as tensões acirradas pela atuação de frentes comerciais em territórios étnicos. A visualização de impedimentos legais para a expansão da exploração de recursos naturais e a ideia de usurpação da causa indígena para escamotear os interesses particulares entre organizações afins – independentes ou não – tornam-se o cerne dessas denúncias.

A repercussão de acusações contra a União das Nações Indígenas (UNI) na conjuntura da Constituinte é um exemplo de como são afuniladas as incriminações no jornal. É relevante entrecruzar essas formulações tendo em vista que o tema da violência não será apenas assunto policial e nem espontâneo, mas aparecerá imbuído de significações políticas sobre os papéis desempenhados por grupos sociais em disputa por direitos e em exercícios de resistência.

O título “Ajuda aos povos da Amazônia: a farsa que conduz aos dólares” chama atenção para uma página inteira, na sessão “cidade”, de descrição de como é presumido o desvirtuamento da causa indígena e da questão ecológica na Amazônia.

Escritórios nas áreas indígenas e implantação de um Fundo de Direitos Humanos para 1.500.000 (hum milhão e quinhentos) seringueiros amazonenses são algumas das propostas de instituições nacionais, sediadas em São Paulo e Curitiba, a UNI (União das Nações Indígenas) e IEA (Instituto de Estudos Amazônicos), que existem há anos, e vivem apenas para solicitar verbas no exterior, utilizando o nome do índio e a preservação ecológica da Amazônia.<sup>48</sup>

Quem recebe espaço para a matéria é Roberto Zuazo, apresentado como “índio” pesquisador etno-linguístico (sem menção à alguma etnia), que aparece em fotografia ao lado do Tukano Gabriel Gentil.

A única atividade da UNI no território nacional, é fazer média em Brasília com os políticos. Esta é a principal função de Ailton Krenak, coordenador da entidade. Estou questionando agora, porque tenho provas da atuação da UNI, no exterior; que apenas usa o nome do índio como logotipo de marketing, para adquirir verbas. Onde está este dinheiro? Em que foi empregado?<sup>49</sup>

O teor da arguição de Zuazo evoca a ideia cristalizada de cooptação dos indígenas recorrente quando estes estão em lugares considerados opostos às suas origens supostamente essenciais, como já foi exposto em outras fontes. As “provas” mencionadas nesse conteúdo aparentemente consistem na afirmação de que Zuazo é um conhecedor profundo da realidade das áreas indígenas. Sendo assim, ele ressalta desconhecer a existência de escritórios regionais geridos pela UNI e pelo IEA e aponta nos folders e nos projetos dessas organizações os endereços bancários reservados para a arrecadação de verbas voluntárias, inclusive, destacando o Conselho Nacional dos

---

48 *A Crítica*, Manaus, Amazonas, 03 abr. 1988, p. 5.

49 *Idem*.

Seringueiros (CNS). A suspeição é reforçada ao citar a atuação de pesquisadores e ativistas estadunidenses que estariam vivendo apenas manuseando essas verbas destinadas à luta dos povos indígenas. Está implícito o viés economicista e autoritário nessa abordagem, que vem à tona no comentário “a alegação de preservar a Amazônia já virou um vício”.

Naquele ano de 1988, fazia pouco tempo desde a criação de reservas extrativistas pelo movimento organizado de trabalhadores das florestas no Acre. Três anos antes, o CNS havia sido fundado em um encontro em Brasília, no qual uma alternativa de reforma agrária fora apresentada. A historiadora Maria Antonieta Antonacci explica que os trabalhadores rurais na Amazônia, principalmente ao longo da década de 1970, resistiam com suas “estratégias de recusa” – na forma dos “empates” – aos desmatamentos e queimadas que ocorriam no processo de “bovinização da Amazônia”.<sup>50</sup> A luta era contra a descaracterização dos seus modos de vida, que garantiam a reprodução do meio ambiente, promovida pelo estabelecimento de grandes empresas agropecuárias.

A inspiração nas reservas indígenas foi pautada nessa importante conquista dos trabalhadores rurais, os quais potencializaram cada vez mais suas organizações concomitantes ao avanço dos grupos concentradores de poderes.

O fio da citada matéria delineia uma embaraçosa relação entre o caso apresentado como escândalo, impresso na capa com o título “índios amazonenses usados no cambalacho do dólar” e o massacre do Capacete. No momento em que essas denúncias repercutiram com muita visibilidade, um líder indígena Américo Maranhão, ora designado na imprensa como Tikuna, ora Tukano, sofre um ataque que o deixa hospitalizado em estado grave. A situação é apresentada assim:

---

50 ANTONACCI, M. A. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de ‘empate’ no Acre. Comunicação apresentada ao *48th International Congress of Americanists*, realizado em Estocolmo, 4-9 de julho de 1994.

Completando suas denúncias sobre o manuseio de verbas, destinadas à causa indígena, Zuazo sustenta que o caso do índio Ticuna Américo Maranhão, que foi encontrado em estado de coma, tem ligações com o fato que ele agora está denunciando, pois o índio sabia de todos os detalhes do cambalacho. A situação na região do Capacete, onde ocorreu um massacre de índios Tucano é tensa. Os indígenas pensam em sair para a desforra contra os posseiros.

Se estamos considerando a imprensa como fonte e objeto de estudo ao mesmo tempo, conforme propôs a historiadora Maria Helena Capelato, a articulação desses conteúdos faz emergir desafios que constituíram as lutas reais de sujeitos indígenas pela afirmação de suas presenças nos debates públicos.

Chama atenção como o jornal generaliza seu diagnóstico da desordem muitas vezes encaminhando um desfecho sobre o que os indígenas pensam, sem que uma palavra direta deles seja reproduzida.

O olhar crítico para a grande imprensa converge com o questionamento sobre disputas criminais que acontecem para além das esferas do Estado. Não se pretende admitir que essas disputas são movimentadas paralelamente às instituições oficiais, como se o Estado fosse uma entidade autônoma com o restrito papel de intervenção a posteriori. O diálogo com as fontes desmonta essa ideia. O que se coloca é “o Estado como expressão de uma correlação e forças sociais”.<sup>51</sup> Perspectivas interessadas sobre os direitos dos sujeitos envolvidos em delitos estão a todo momento alcançando reforço e, portanto, há dimensões importantes dos embates por justiça que são evidenciadas por essas fontes.

Acompanhando a referência de M. H. Capelato no diálogo sobre imprensa e o tempo presente, vale destacar: “A ‘grande

---

51 VIEIRA, M. P. A.; PEIXOTO, M. R. C.; KHOURY, Y. M. A. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 2005, p. 48.

imprensa' é assim definida por uma atuação de longa duração, pela amplitude de circulação e pela participação relevante em vários âmbitos da sociedade, inclusive na política".<sup>52</sup>

Por atuação na política exercida pela imprensa hegemônica, entendemos um potencial de conformação das relações de desigualdade ou de reação a possíveis mudanças nessas configurações sociais, não restringindo essa intervenção à política profissional. Evidentemente, há variações de discursos e de problemas levantados, mas ressaltar esse potencial quer dizer investiga-la segundo o seu papel ordenador na sociedade.

A crítica autoritária em torno das competências oficiais é promovida nesse periódico quando o que está em pauta não são os direitos humanos ou as condições de vida de grupos subalternizados, mas sim o livre funcionamento de atividades econômicas em conflito com tais grupos e a necessidade de afirmação sobre os indígenas não poderem falar por si.

Quando o indígena Tukano Américo Maranhão é apontado como vítima de um ataque, está realçada a sua condição de denunciante das supostas arbitrariedades do indigenismo independente. A descrição de seu estado de fragilidade não é seguida de uma perspectiva de "situação normalizada", como nas repercussões sobre os Ticuna feridos e assassinados no Capacete. A denúncia da imprensa é tão incisiva e articulada que, imediatamente, a presidência da FUNAI, sob a assinatura de Romero Jucá, solicita a garantia de segurança para o indivíduo internado.<sup>53</sup>

É importante notar que os julgamentos da imprensa sobre a FUNAI não implicam um afastamento entre ambas

---

52 CAPELATO, M. H. R. História do tempo presente: A grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucília A. N.; FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

53 Telex n° 102, 06 abr 1988, destinatário: 5ª superint./ Dr. Sebastião Amâncio da Costa, operador: Romero Jucá Filho/Presidente da FUNAI. Disponível em: [acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67540](http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67540). Acesso em: 08 jun. 2022.

as instituições. O que se evidencia é uma relação de troca, não exatamente consensual, mas conivente.

Dois dias após a publicação do *A Crítica* sobre o ataque ao Tukano Américo, vem a edição com a queixa “Funai sem interesse na denúncia de Zuazo”.<sup>54</sup> É inserida a declaração da assessora do órgão, Eleonora Dias, que diz: “não temos tempo para especular se estas entidades da denúncia de Roberto Zuazo trabalham realmente em prol das nações indígenas”. Em seguida, é confirmada a assistência que a FUNAI prestou ao Tukano Américo. Mas o cerne da matéria é expor o que Zuazo chama de “complô” dos ativismos socioambientais, sinalizar que este sujeito está sofrendo ameaças de morte e realçar que toda essa elaboração não se trata de mera polêmica: “Não espero que as minhas denúncias fiquem no vazio, quero receber o apoio das autoridades constituídas no Estado, políticos, e órgãos federais”.

De fato, as denúncias de Roberto Zuazo acabam por gerar uma preocupação no âmbito da FUNAI, visto que as correspondências entre as publicações do jornal e as declarações oficiais são imediatas. O que leva o órgão a corresponder ao veículo de imprensa, no entanto, são seus motivos próprios:

A denúncia, Senhor Diretor Geral, é da maior gravidade, no entender desta Fundação Nacional do índio, uma vez que, segundo o material em anexo que estamos enviando a V. Sa., o índio brasileiro é utilizado por estas entidades numa ação que, além de prejudicar a imagem do Governo Brasileiro junto à opinião pública internacional, em nada auxilia à assistência e o desenvolvimento das comunidades indígenas nacionais.  
[...] Dessa forma, solicitamos a V. Sa., a imediata abertura de inquérito no sentido de averiguar estas denúncias e, se preciso for, providenciar as necessárias garantias de vida para o índio

---

54 *A Crítica*, Cidade, 05 abr. 1988, p. 3.

hospitalizado, caso se comprove ser este testemunha importante do processo.<sup>55</sup>

É importante notar que há uma valoração, por parte da FUNAI, sobre a opinião pública que lhes diz respeito e ao Governo de uma forma mais geral. Evidencia-se, então, a força da imprensa para atuações políticas e para incriminações que antecedem qualquer abertura de inquérito oficial. Nas últimas linhas dessa mensagem é visível como um Estado autoritário promove a reparação às agressões sofridas pelos povos indígenas, tratando-os como testemunhas não sobre suas experiências – a ser valorizada a narratividade própria – mas imprescindivelmente como testemunhas-informantes em uma trama pré-estabelecida e enviesada por polêmicas. A propósito, “as necessárias garantias de vida” estão sob a condição de comprovação daquele sujeito como alguém que pode contribuir com a vigilância do Estado.

No início do mês posterior às referidas matérias, a FUNAI toma conhecimento da recuperação do indígena Américo e registra por telex as principais declarações do líder Tukano: “acusou seus colegas garimpeiros como autores [de] sua agressão por não terem encontrado facilidade de ingressarem ‘garimpo Serra do Traíra’”.<sup>56</sup> O superintendente regional, Sebastião Amâncio da Costa, diz que essa situação ainda será apurada. Mas esse relato já é um indício significativo sobre a gravidade das associações feitas no discurso da imprensa

---

55 CT n° 001, 06 abr 1988, destinatário: Diretoria-Geral do Departamento de Polícia Federal/ Dr. Romeu Tuma, operador: Roméro Jucá Filho/ Presidente da FUNAI. Anexos: 05 cópias de material publicado em “A Crítica”, de 03 de abril do corrente ano. Disponível em: [acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67540](http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67540). Acesso em: 08 jun. 2022.

56 Telex de FUNAI/Manaus, assinado pelo superintendente Sebastião Amâncio da Costa e recebido pelo presidente Romero Jucá Filho, em Brasília, no dia 03.05.88. Disponível em: [acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67540](http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67540). Acesso em: 08 jun. 2022.

sobre aquele ataque ter sido, em sua versão, uma represália por parte dos grupos que se afirmam protetores da floresta e que possuem apoio internacional. Essa informação não ganha espaço no jornal.

O não-dito na imprensa sinaliza uma questão sobre a qual não há resposta a ser formulada simplesmente pela informação que foi omitida. Isso porque não é função social da imprensa despejar em seu espaço um acúmulo de informações com transparência. O que mobiliza o grande público, evidentemente, é o que está sendo reforçado em constância, sendo insuficiente pensar que apenas a linguagem explícita tem esse poder.

A repressão aludida pelo Tukano Américo vinha sendo recrudescida publicamente. Em janeiro de 1988, a Superintendência da FUNAI/Manaus comunica à Assessoria de Segurança e Informações – ASI, órgão subordinado a FUNAI em Brasília, que estava previsto para o próximo mês uma manifestação pública na cidade de Boa Vista “pela não demarcação contínua [da] AI Yanomami”, coordenada pela “prelazia daquela cidade [...] cujo objetivo é de sensibilizar a opinião pública”.<sup>57</sup>

Evidentemente, a função desse documento não era a de comunicar um ato de repressão. Mas, nesse caso, a estratégia movida para que os moradores da cidade se identifiquem com os interesses e valores dos grupos que atuam na exploração deixa implícita a aceitação das punições aos sujeitos vistos como obstáculos.

A repressão, ainda assim, é um tema pertinente a ser recuperado através dessas fontes porque estamos lidando com documentos pertencentes ao aparelho de espionagem

---

57 Telex de FUNAI/Manaus, assinado pelo superintendente Sebastião Amâncio da Costa e recebido pelo responsável da Assessoria de Segurança e Informações - ASI, Luiz Augusto Guadalupe, em Brasília, no dia 24/01/88. Disponível em: [acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67540](http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/67540). Acesso em: 08 jun. 2022.

criado logo no início da ditadura civil-militar, em 1964, e não desmontado formalmente em 1985.

De acordo com o historiador Carlos Fico, a distinção entre os órgãos de informações e os órgãos de segurança que operavam na ditadura não deve

propor que tais atividades fossem completamente desconexas, até porque o Sisni [Sistema Nacional de Informações] foi criado precisamente para subsidiar, com informações, as atividades da repressão (e não apenas para fornecer relatórios à presidência).<sup>58</sup>

Na situação relatada a respeito da manifestação pró-garimpo, não há suspeita de “subversão” por parte dos manifestantes, mas a função dessa informação corresponde a uma desconfiança generalizada que recaía sobre qualquer movimentação que envolvesse a questão de terras e das populações indígenas na Amazônia.

Isso explica os motivos de esses documentos do Estado, classificados como confidenciais, incorporarem recortes da imprensa com os temas que deviam estar sob vigilância, algumas vezes seguidos de breves avaliações sobre o teor que suscitavam.

A despeito das informações generalizadas, esses mecanismos de espionagem funcionaram organizadamente na tentativa de impedir reuniões e movimentações contrárias à ordem do regime autoritário. O historiador Clovis Antonio Brighenti, ao tratar dessa prática da ditadura em terras Kaingang, no sul do país, explica que a ASI era um

---

58 FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.) *O tempo do regime autoritário* [recurso eletrônico]: ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

órgão subordinado ao Serviço Nacional de Informação – SNI que operava junto aos ministérios civis, autarquias, empresas e órgãos públicos. A ASI tinha na Funai sua principal informante através das Delegacias Regionais e as chefias de postos localizados no interior das Terras Indígenas.<sup>59</sup>

A leitura de fontes oriundas desse sistema requer a percepção da “longa duração da ditadura e de seu aparato repressivo”,<sup>60</sup> independente de estarmos visualizando diretamente uma ação de perseguição. Vale o esforço de evitar tratar as evidências como dispersas, sem que o contexto de produção fosse relevante para a articulação de suas informações.

O historiador Marcos Silva escreve um alerta para a historiografia que trata como fonte os escritos da ditadura: “ênfasis a capacidade de as ditaduras criarem bases institucionais e culturais que sobrevivem largamente a suas vigências mais visíveis”.<sup>61</sup>

O papel que Roberto Zuazo prestou ao *A Crítica* não foi improvisado e isolado, a tratar apenas da situação envolvendo o indígena Américo Maranhão e as entidades indigenistas e ecológicas. Zuazo retorna às páginas do jornal com sua missão de desmontar “fantasias” sobre a realidade nas áreas indígenas situadas na Amazônia. Antes apresentado como “índio” pesquisador etno-linguístico, posteriormente é mencionado como professor de folclore do Senac. Na oportunidade, ele reafirma – seguindo os argumentos do dito pesquisador chileno Roland Stevenson – a inexistência da “tribo que vive em subterrâneos”, Akakor, na região ocupada pelos Yanomami.

---

59 Ditadura Militar em terras Kaingang. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal – RN. Anais.

60 FICO, C. Idem.

61 SILVA, M. *Ditadura relativa e negacionismos*: Brasil, 1964, 2016, 2018... 1. ed. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2021, p. 14.

Apesar da negativa, Stevenson também era um defensor do mito do Eldorado na Amazônia brasileira. Akakor era mais um item de investigações pseudocientíficas nessa região, cujos autores eram estrangeiros. Esse assunto também terá circulação entre a imprensa e os órgãos oficiais de recolhimento de informações.

No início da década de 1980, a suposta “descoberta do ouro” no norte do país ganhava repercussão junto às imagens de “região inexpugnável” sobre áreas específicas criadas para estimular a curiosidade do público. Entretanto, essas narrativas exerceram uma função muito além do estímulo à ideia de desbravamento da região, o que nos remete a um cenário bastante atual. As formulações inteiramente pseudocientíficas que fazem alusão à história antiga da Amazônia, ou que mencionam os seus “subterrâneos” em tom exótico, circulam estrategicamente quando são intensificadas as denúncias de violência em terras indígenas.

O avanço do garimpo ilegal nessas áreas é proporcional à escalada da brutalidade nas relações interétnicas. Para que esses assuntos sejam ocultados, uma máquina de produzir entretenimento baseado em informações falsas funciona com o poder de generalizar uma visão ambiciosa e colonialista voltada para a Amazônia, minimizando implicitamente cada impacto destrutivo que esses interesses implicam.

Dessa forma, recentemente foram disparadas as buscas nos navegadores/redes virtuais sobre uma suposta cidade perdida na Amazônia que teria as características do mito do Eldorado, concomitante às denúncias sobre o desaparecimento, a tortura e o assassinato dos indigenistas Bruno Pereira e Dom Phillips – até hoje sem investigações mais profundas, que requereriam a premissa de um crime com implicações políticas e estruturais, expondo um cenário de autoritarismo que considera o indigenismo uma “aventura”

na Amazônia<sup>62</sup>. O arqueólogo Eduardo Góes Neves não deixou de mencionar essa crítica: “Elas [lendas do tipo] funcionam como cortina de fumaça num momento em que temos duas pessoas desaparecidas e desviam a atenção do real problema da violência na Amazônia.”<sup>63</sup>

No mês seguinte ao massacre dos Ticuna, é realçada na capa do A Crítica a seguinte matéria: “Situação tensa na evacuação do garimpo na área yanomami”. A denúncia que a procede é severa:

A Funai e religiosos de Roraima estão sendo acusados de terem utilizado um avião do órgão para colocar, na semana passada, 15 homens armados até os dentes na região do Couto Magalhães com a finalidade de chacinar índios yanomamis e, com isso, responsabilizar os garimpeiros e forçar uma situação irrecuperável para impedir que a garimpagem nas terras indígenas possa funcionar de forma pacífica. A acusação partiu da Associação dos Garimpeiros de Roraima e da Comissão Pró-Garimpo. Há 15 mil garimpeiros em Couto Magalhaes.<sup>64</sup>

Esporadicamente, algumas páginas de jornais arquivados na Biblioteca Pública do Amazonas acabam perdidas. É o caso do lugar de continuidade desse conteúdo, cujo resumo,

---

62 “Na semana em que se celebra o Dia Nacional da Liberdade de Imprensa, comemorado no dia 7 de junho, a notícia do desaparecimento do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista brasileiro Bruno Araújo Pereira estampa os jornais [...] Questionado, Jair Bolsonaro se limitou a dizer que os dois estavam em uma ‘aventura que não é recomendada’ e que “tudo pode acontecer.” Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-desaparecimento-de-dom-e-bruno-e-por-que-o-brasil-e- tao-perigoso-para-jornalistas/>. Acesso em: 29 set. 22.

63 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61803303>. Acesso em: 17 set. 22.

64 A Crítica, capa, Manaus, Amazonas, 13 abr. 1988.

entretanto, já nos permite analisar um aspecto regular na atuação desse veículo de imprensa. Levando em conta o contexto de enunciação desse enfrentamento, é imprescindível pensar no impacto que a arguição dominada pelos garimpeiros promove em detrimento da exposição da violência e da degradação socioambiental que esses próprios grupos comandam. Segundo Bruce Albert,

A publicidade dada às riquezas minerais das terras altas do território yanomami acabou acarretando, durante a década seguinte, uma série de invasões garimpeiras que a partir de 1987 se transformou repentinamente numa das mais espetaculares corridas do ouro do século XX. Entre 1987 e 1989, nada menos do que noventa pistas de pouso clandestinas foram abertas [...] <sup>65</sup>

A acusação contra a FUNAI deve estrategicamente chocar o leitor em primeiro lugar e com mais veemência que a quantidade exponencial de garimpeiros que intensifica ao longo de décadas o extermínio dos Yanomami. O processo histórico dessa intrusão e de atividades econômicas irregulares na região evidencia a inviabilidade de um funcionamento pacífico da garimpagem. Inclusive, por se tratarem de entradas não regulamentadas, o porte de armamentos de vários tipos torna possível as punições contra os indígenas, as quais também não se alinham à lei. A maneira como a imprensa ressoa essas versões criadas pelos garimpeiros ilegais, sem qualquer investigação, deixa notável o papel social e político que ela exerce.

---

65 ALBERT, B. Os Yanomami no Brasil. *In*: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

## O problema do “caráter emergencial das ações” da Funai e outras críticas democráticas em perspectiva

Nesse contexto, uma posição da FUNAI “para evitar conflitos”<sup>66</sup> sinalizaria para uma tentativa de descontinuidade de práticas institucionais de anos anteriores, as quais permitiram o aumento dos atos de expulsão dos indígenas de suas terras tradicionais. O A Crítica divulgou que o órgão iria anular a validade das certidões negativas, instrumento usado por empresários ou fazendeiros nas décadas de 1960-70 para expandirem atividades econômicas em diversas áreas florestais da Amazônia:

BRASÍLIA – Para corrigir um erro do passado, quando a Fundação Nacional do Índio (Funai) expedia certidões negativas para vendas de terras indígenas a pessoas físicas e jurídicas sem conhecer se a área era ou não habitada pelos índios, o órgão está agora, depois de 20 anos, tentando anulá-las. “Não sabemos quantas certidões foram expedidas e nem quem são seus atuais proprietários”, disse o superintendente de Assuntos Fundiários da Funai, Daniel Marques de Souza.

Na época para obter uma certidão negativa, a pessoa interessada em comprar terras em regiões remotas, nos Estados onde existe maior incidência de índios, bastava ir à representação da Funai para obter o documento sem dificuldades. O órgão não fazia nenhuma espécie de verificação no local e com isso acabou emitindo centenas de certidões negativas, muitas das quais em território indígena.<sup>67</sup>

-----  
66 A Crítica, seção Nacional, “Para evitar conflitos: Funai anula certidão à venda de terra indígena. Proprietários são obrigados a sair.” Manaus, Amazonas, 10 abr. 88, p. 9.

67 Idem.

Como esse texto não está desarticulado de uma série de problemas levantados em torno da atuação da FUNAI, a notícia acerca do cumprimento de um dever do Estado não poderia deixar de apresentar o descaso institucional público. Por outra perspectiva crítica, divergente da crítica autoritária recorrente, para além desse último tema, é possível dimensionar o interessado papel de desregulamentação exercido pelo próprio órgão indigenista. Isto é, torna-se pertinente evitar deduzir que o órgão pouco funcionava por motivo de ociosidade, com uma burocracia desastrada e que ao acaso acumularam-se irregularidades.

Para contrapor essa premissa simplista, é necessário atentar para as observações que os antropólogos João Pacheco de Oliveira e Alfredo Wagner Berno de Almeida apresentaram em relatório de março de 1985, as quais foram retomadas pelos autores em ensaio publicado mais de uma década depois. Esse trabalho etnográfico dá conta do cotidiano de ações no âmbito da FUNAI, investiga documentos arquivados no próprio órgão e evidencia a conformação de uma maneira de agir na emergência que, de tão acionada, torna-se um “esquema de funcionamento não explícito no plano das normas burocráticas”.<sup>68</sup>

Um dos pontos centrais nessa elaboração é o objetivo de “colocar a polêmica no plano das ideias, hipóteses e interpretações sobre o órgão tutelar e sua atuação no sentido de garantir as terras indígenas”.<sup>69</sup> A análise sobre as práticas institucionais para além da estrutura legal do órgão favorece a disputa por ações efetivas de reparação e de garantia de direitos, a ser movida por sujeitos sociais com diversos saberes e experiências.

---

68 ALMEIDA, A. W. B.; OLIVEIRA, J. P. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a Funai. In: OLIVEIRA, J. P. (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

69 Idem, p. 71.

Há pesquisas historiográficas recentes que demonstram como os efeitos das certidões negativas afetaram grupos étnicos com expulsões e restrições da autonomia. É exemplo a dissertação de mestrado de Rayane Barreto de Araújo, a qual analisa a política indigenista da ditadura entre os anos de 1968 a 1975 na relação com as etnias Nambiquara do Vale do Guaporé, ao passo em que também visualiza como esses grupos lidaram com as condições impostas elaborando suas próprias estratégias para “o caminho da volta”<sup>70</sup>.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) propiciou o levantamento de múltiplos temas para as pesquisas históricas com os diferentes casos documentados. Esse trabalho de investigação foi necessário para que fosse constituída uma política de rompimento com os “silêncios da ditadura”<sup>71</sup> e, assim, afirmar que o Estado brasileiro deve compromisso com o direito à memória para os grupos que sofreram perseguição política. Dessa forma, Rayane de Araújo o utilizou como fonte, de acordo com a seção temática específica, e apontou que a remoção dos grupos indígenas de seus territórios tradicionais, por meio das certidões negativas, gerou o aumento de epidemias e mortes entre as etnias que foram compelidas ao estabelecimento em reservas criadas naquele período:

Com recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que exigia a ausência de indígenas nos territórios pleiteados por empresas para receberem autorização e subsídios, grandes agropecuárias

---

70 ARAÚJO, R. B. *Entre a violência e o caminho de volta: a resistência dos Nambiquara do Vale do Guaporé durante a ditadura militar (1968-1975)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.

71 ALVES-MELO, P. Entre memórias e esquecimentos: novas fontes para a História Indígena e do Indigenismo no Brasil. *In*: BELTRÃO, J. F. (org.) *Relatório Figueiredo: atrocidades contra povos indígenas em tempos ditatoriais*. [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

se expandiram extensivamente sobre a região do Vale do Guaporé, no território Nambiquara. Essa penetração foi facilitada pelo mecanismo de produção de certidões negativas – fornecidas pela Funai – que, como o nome indica, negava a presença de indígenas em determinados territórios para que a SUDAM concedesse permissões e subsídios. A realização de remoções dos Nambiquara do Vale do Guaporé faz parte dessa história. Essas ações levaram à expansão das doenças, ao aumento de mortes e à desorganização do sistema alimentar dos grupos.<sup>72</sup>

A pesquisa demonstra que a criação de reservas pela política indigenista autoritária, como o caso da Reserva Nambiquara/Nambikwara, acontecia apoiada em laudos fraudulentos. Essas práticas políticas e institucionais são visualizadas como processos de territorialização, segundo o diálogo com a definição pensada por Pacheco de Oliveira. Entre as características fundamentais desses processos, ressaltamos duas: a “redefinição do controle social sobre os recursos ambientais” e “a reelaboração da cultura e da relação com o passado”.<sup>73</sup>

Os aspectos levantados sobre os processos de territorialização convergem em uma maneira de organizar a dominação em suas várias dimensões de cerceamento da autonomia dos grupos indígenas. Apesar disso, não se pode perder de vista que é possível a atualização desses processos pelos indígenas, como através da “construção de uma identidade étnica individualizada daquela comunidade em face de todo um conjunto genérico”.<sup>74</sup>

---

72 ARAÚJO, R. B. *Entre a violência e o caminho da volta: a resistência dos Nambiquara do Vale do Guaporé durante a ditadura militar (1968-1975)*, p. 20.

73 OLIVEIRA, J. P. Um etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998, p. 55.

74 Idem, p. 60.

A reelaboração da relação com o passado é crucial porque supostamente condiciona as possíveis reivindicações futuras a partir dessa experiência de perda de direitos. Se o Estado cria mecanismos de expulsão, interrompendo a profunda ligação entre a trajetória de vida de um ou de diversos povos e os seus lugares de origem, ao mesmo tempo em que não se produz registros de resistência política a essas mudanças, cria-se, então, um “marco temporal” a partir do qual serão validadas as necessidades dos grupos subordinados.

O texto do A Crítica nos faz pensar nisso. A afirmação inicial “para corrigir um erro do passado [...] o órgão está agora, depois de 20 anos...” não sinaliza para uma medida de reparação histórica. A urgência em intervir está sublinhada sem algum projeto com diagnóstico aprofundado e também sem a garantia de participação dos sujeitos negligenciados no direcionamento das ações de correção.

A ideia de reparação histórica está vinculada ao reconhecimento da violência sistemática a que foram submetidas coletividades transformadas em minorias nas circunstâncias de seus direitos, a ser considerado o presente como ponto de partida, e não o passado. No passado, esses grupos buscaram criar alternativas para contornar imposições ou para negociar seus interesses. A tentativa de correção do passado pode ser encontrada nos registros do passado vivido cotidianamente. Uma crítica democrática acerca da atuação do Estado na história tem em perspectiva, sobretudo, o presente que carrega e mantém os danos das políticas de opressão, ao mesmo tempo em que se dialoga com as diversas formas de buscar transformação.

O “caráter emergencial das ações” da FUNAI pode ser visualizado na contramão dessas alternativas porque “a necessidade imperiosa de atuação justifica a ausência de análise

e a escolha de formas desgastadas de indigenismo”<sup>75</sup> Essa é a maneira de “administrar por crises” que os antropólogos observaram criticamente.

Nesse empenho, os pesquisadores fazem condizer dimensões objetivas e políticas fundamentais do trabalho intelectual. Edward W. Said defende que o trabalho de análise em torno de questões sociais “não é apenas definir a situação, mas também discernir as possibilidades de intervenção ativa”, assim como “perceber que outras pessoas têm uma participação e trabalho similar num projeto comum”.<sup>76</sup> Um dos problemas primordiais das chamadas formas desgastadas de indigenismo tem sido o “planejamento ocorrido em esferas decisórias fechadas (sem a participação de especialistas especificamente qualificados na questão indígena e sem a representação direta dos interesses indígenas)”<sup>77</sup>.

O imediatismo de intervenção é estimulado continuamente através da imprensa, em grande medida corroborando com a força dos grupos que não se interessam pela estruturação democrática e efetiva da regularização em áreas indígenas. A projeção da iminência de outros massacres é um meio de tentar mobilizar para a ação os órgãos públicos na expectativa de serem sensíveis aos receios dos setores comerciais.

A importância de compreendermos o nosso “dever de memória”<sup>78</sup> em relação a processos de extrema violência, como casos de massacre, vai muito além de *lembrar* sempre do horror. Na reflexão de Jeanne Marie Gagnebin, em diálogo com o pensamento de Theodor W. Adorno, *uma luta contra o esquecimento* é uma prática constante de esclarecimento sobre a

---

75 ALMEIDA; OLIVEIRA, op. cit., p. 71.

76 SAID, E. W. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 169-170.

77 ALMEIDA; OLIVEIRA, op. cit., p. 72.

78 GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009. (Cap. 7. O que significa elaborar o passado?) p. 97-107.

elaboração do passado: “O que, sem dúvida, importa realmente é a maneira pela qual o passado é tornado presente”.<sup>79</sup>

## Considerações finais

Não seria acurado afirmar que apenas a defesa do progresso – perigosa força de fazer esquecer catástrofes históricas vividas pelos oprimidos<sup>80</sup> – tenha reverberado nas páginas da grande imprensa. Ao lado do artigo situado para representar interesses que articulam o domínio social vinculado ao garimpo, encontra-se, em menor proporção visual e com apenas duas colunas, um texto sobre a posição de um representante da União das Nações Indígenas na Amazônia, mencionado como Tucano Moura, ao lado de Orlando Melgueiros, presidente da Associação dos Povos do Alto Rio Negro. O mais interessante nesse espaço é observar que essa oportunidade de fala parece ter sido criada pela própria iniciativa do movimento indígena. Ambos “estiveram na redação de ‘A Crítica’ para prestar solidariedade aos índios massacrados na região do Capacete [...] e também para registrar um protesto contra a impunidade dos assassinos”.<sup>81</sup>

Para além da ideia de que os indígenas foram representar seus direitos ou visibilizar suas concepções, entendemos que há um movimento de ampliar relações que tornem possível o convívio democrático envolvendo o compromisso em evitar que tragédias planejadas semelhantes venham a acontecer. Isso demonstra que a perspectiva de que “se não tomarmos

---

79 Idem, p. 102. *Apud* ADORNO, T. W. O que significa a elaboração do passado? *In: Gesammelte Schriften*, vol. 10-2, Frankfurt/Main, 1997, p. 568. Tradução de J. M. G.

80 BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 246.


81 A Crítica, sessão Cidade, “Líder tucano considera massacre uma vergonha”. Manaus, Amazonas, 11 abr 1988, p. 6.

as providências, tudo vai se repetir”, como o é dito pelo líder Tucano, pode ser um alerta que não se alinha ao apelo – comumente reproduzido na imprensa hegemônica – pelo recrudescimento da ação militar na região. O que se planeja, nessa outra perspectiva, é a busca pela responsabilização de instituições que foram criadas para ter o compromisso com os direitos desses grupos que têm sofrido com a violência brutal e também com as limitações da tutela. Nesse sentido, são citados em tom de indignação o próprio presidente do órgão indigenista, Romero Jucá, como também o superintendente regional, Sebastião Amâncio. Fica evidente uma estratégia não de aceitação do desmonte institucional, mas de participação – indireta e ativa ao mesmo tempo – sobre como a política do órgão público deve funcionar.

Refletir sobre perspectivas democráticas criadas para circular na cidade – tratando-se do A Crítica, especialmente em Manaus – implica realçar as divisões entre modos de expressar as necessidades e os interesses de sujeitos políticos que poucas vezes têm a sua autonomia reconhecida e valorizada. Não significa chegar à conclusão de que a “grande imprensa” está se tornando democrática com a participação contingente desses sujeitos. Requer identificar a capacidade de articulação que os indígenas vão traçando de maneira organizada para marcar o espaço público com suas denúncias, protestos e também com valorações atribuídas às relações com o Estado brasileiro.

- ALBERT, B. Os Yanomami no Brasil. *In*: KOPENAWA, D.; ALBERT, B. *A Queda do Céu: Palavras de um xamã yanomami*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALMEIDA, A. W. B.; OLIVEIRA, J. P. Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a Funai. *In*: Oliveira, João Pacheco de Oliveira (org.). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- ALVES-MELO, P. Entre memórias e esquecimentos: novas fontes para a História Indígena e do Indigenismo no Brasil. *In*: BELTRÃO, J. F. (org.) *Relatório Figueiredo: atrocidades contra povos indígenas em tempos ditatoriais*. [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.
- ANTONACCI, M. A. Cultura, trabalho, meio ambiente: estratégias de 'empate' no Acre. Comunicação apresentada ao *48th International Congress of Americanists*, realizado em Estocolmo, 4-9 de julho de 1994.
- ARAÚJO, R. B. *Entre a violência e o caminho de volta: a resistência dos Nambiquara do Vale do Guaporé durante a ditadura militar (1968-1975)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2020.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CAPELATO, M. H. R. História do tempo presente: A grande imprensa como fonte e objeto de estudo. *In*: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, M. M. (orgs.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- FICO, C. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.) *O tempo do regime autoritário* [recurso eletrônico]: ditadura militar e redemocratização. Quarta República (1964-1985). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.
- GAGNEBIN, J. M. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2009.
- MAUAD, A. M. LOPES, M. F. B. História e Fotografia. *In*: CARDOSO, C. F. VAINFAS, R. (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 279.



- 
- OLIVEIRA, J. P. Um etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*. v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.
- PANTOJA, T. F. O caso do massacre do Capacete no alto Solimões/ AM, década de 1980: genocídio indígena, arquivos da violência e sementeira da memória. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2023.
- SAID, E. W. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, M. *Ditadura relativa e negacionismos: Brasil, 1964, 2016, 2018...* 1. ed. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2021.
- VIEIRA, M. P. A.; PEIXOTO, M. R. C. KHOURY, Y. M. A. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 2005.

## Silêncios dolorosos: as mulheres na História do Amazonas

Yanka Gabriely Cavalcante Monteiro

### Considerações iniciais

Assistindo a novela *Renascer*, *remake* da original de mesmo nome transmitida em 1993, da rede Globo, uma cena salta aos olhos enquanto pesquisadora da História das Mulheres: em uma conversa entre Dona Jacutinga (Juliana Paes) e Maria Santa (Duda Santos) a respeito dos sonhos e vontades das mulheres, ambas chegam ao ponto de comentar sobre como “Parece até que a gente nasceu pra isso [servir aos homens], né? Pra acatar, fazer as vontades deles. Primeiro de um pai, do irmão, depois de marido. **Quando se vê, nós [mulheres] já nem sabemos quem somos no meio disso tudo.**”<sup>82</sup> A novela não se refere especificamente à mulher nenhuma, e não se passa na localidade que é foco deste artigo, mas, no final das contas, diz respeito a todas as mulheres do mundo, desde a antiguidade e se estendendo aos dias de hoje.

Não é diferente das mulheres que vivem e viveram na região amazonense, mulheres estas que são as protagonistas da história que aqui se toma como narrativa principal.

---

82 *RENASCER*. Novela de Benedito Ruy Barbosa. Escrita por Benedito Ruy Barbosa e Bruno Luperi. Direção de Pedro Peregrino. Rio de Janeiro, 21h, 22 de janeiro de 2024. Ainda em exibição.

Mulheres mestiças, frutos das mais diversas misturas, negras, indígenas e ribeirinhas, até mesmo as estrangeiras que tomaram o estado como casa no decorrer dos últimos anos, figuras que são silenciadas em todos e tantos os sentidos – economicamente, socialmente, politicamente e, de maneira muito mais dolorosa, historicamente.

Em *Mulheres da Floresta*<sup>83</sup>, Cristina Cheibe Wolff trabalha com a noção de que é estranho que o seringal, ambiente que conta com uma porcentagem considerável de mulheres, tenha uma história escrita quase que exclusivamente no masculino. Seguindo a mesma lógica da autora, é curioso olhar para a História do Amazonas e não enxergar as personagens mulheres, não ser capaz de observar, ainda que superficialmente, os papéis e ocupações dessas figuras que há gerações deixam suas marcas na região.

As amazonenses estavam na Cabanagem, documentos diversos registram a prisão de mulheres lutando lado a lado com os homens, estavam presentes nas estradas de seringueiras durante o Ciclo da Borracha, suas histórias começaram a ganhar voz nos últimos anos, estão, hoje em dia, em todos os lugares. Social, política e economicamente falando, são figuras ativas e que transformam a história, tanto quanto os muitos homens que também ocupam estas terras. Então, se ergue o questionamento: no que diz respeito ao quesito histórico, onde estão as mulheres do Amazonas? Quem são e por que não dividem as páginas da história com os homens?

Com isso em mente, o que aqui se objetiva é organizar e analisar um leque de aspectos históricos em que se destaquem as questões de gênero na formação e na atualidade do Amazonas, buscando escrutinar e explicar a forma como esse apagamento histórico das mulheres sustenta, direta ou indiretamente, a rotina de violência e de silêncios dolorosos

---

83 WOLFF, C. S. *Mulheres da Floresta*, 1999.

que abarca a vida das amazonenses. Pretende-se romper o silenciamento histórico que atinge essas mulheres, figuras que não podem e não devem continuar a serem consideradas desinteressantes ou desimportantes, que merecem um lugar sob o holofote da História, saindo da posição que lhes foi forçada pela sociedade, vistas apenas como recompensa ou consequência de atos dos homens.

Assim sendo, ‘Silêncios dolorosos: As mulheres na História do Amazonas.’ é uma forma de contar essa história, considerando toda a diversidade étnica, cultural e social que abarca as mulheres da região, expondo sua existência e demonstrando sua resistência, tão antiga quanto o próprio Amazonas. Demonstrando quem elas são, mesmo no “meio disso tudo”.

### **As mulheres na História do Amazonas**

A década de 1970 se apresenta como um grande palco para um expansivo leque de transformações e reformas na escrita da História, que alguns podem descrever como uma expansão de rápida velocidade no universo dos historiadores<sup>84</sup>, representando a forma como, neste período, há uma abertura – ou uma mudança de visão – em que novos campos e possibilidades de pesquisa, antes ignorados por uma tradição historiográfica masculina e da cultura de narrativa do vitorioso, surgem e passam a ser aceitos no meio histórico: tem-se a chegada da chamada Nova História.

Se erguendo na França em 1978, escrita por Jacques Le Goff e com traços de inspiração nas reformas historiográficas propostas pelo Iluminismo no século XVIII, a Nova História é o movimento responsável por essa abertura analisada por tantos historiadores, entre eles Peter Burke em “A escrita da História: novas perspectivas”, ao apresentar mais profundamente a

---

84 BURKE, P. *A escrita da História, novas perspectivas*. 1992.

maneira como vão se tornar visíveis, a partir dessas tais novas perspectivas, um conjunto de novos problemas, abordagens e objetos, contexto em que a nova forma de escrever história vai romper com a velha tradição historiográfica e ceder espaço para a utilização de novas fontes – já que, ao romper com o modelo tradicional, rompe-se também a ideia positivista de que a história só pode ser escrita se for baseada em documentos –, como as fontes audiovisuais e a oralidade da história, para a possibilidade de novos personagens, em uma virada de opinião em que toda a humanidade passa a ser objeto de interesse da pesquisa histórica, não mais apenas as classes dominantes de qualquer campo observado até então, e um novo ponto de vista com o qual se deve analisar os eventos da história.

Dessa forma, em sua ligação direta com a Escola dos Annales e as reformas historiográficas por ela propostas, a Nova História não apenas sugere uma variedade de novas abordagens, como também as incentiva através de uma prática de história total adotada por seus historiadores, na qual a principal estrutura segue o conceito de que “Tudo tem uma história” (J.B.S. Haldane) e, portanto, pode ser material de pesquisa.

É em meio a essa onda de transformações, em que passa a elaborar-se um método mais rigoroso de escrita e estudo da história, e apoiado pelos movimentos de luta pelos direitos das mulheres que se iniciam em 1960, que a mulher – e outros personagens normalmente silenciados – começa a ganhar, pouco a pouco, algum espaço substancial nas páginas da história.

É em meados desse mesmo período que Michelle Perrot, um dos grandes nomes da historiografia feminina a respeito da História das Mulheres, percebe-se em contato com, entre outras coisas, os movimentos feministas do período e, em sequência, toma como seu campo de trabalho e principal objeto de debate aquelas figuras sociais que eram, anteriormente, desprezadas. Era nessa seção que as mulheres se encaixavam, e em determinados recortes da história ainda se encaixam,

silenciadas e invisibilizadas por uma prática histórica totalmente marcada pelo exclusivismo masculino.

Um desejo análogo de inverter as perspectivas historiográficas tradicionais, de mostrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana, sustentou o esforço das historiadoras nesses últimos anos <sup>85</sup>.

Com a pesquisa iniciada ainda durante a graduação para a produção da monografia, muito se observa a respeito do seringal amazônico e, através disso, muito se compreende no que diz respeito ao cenário histórico da Amazônia. Utilizando o tópico do seringal enquanto exemplo, é verdade que existe um extenso leque de produções historiográficas referindo-se a este espaço, aos mundos do trabalho amazônico nessas regiões, no contexto do Primeiro Ciclo – o tão conhecido *boom* da borracha – e também no do Segundo Ciclo da Borracha, onde a Segunda Guerra Mundial fez os olhares públicos, políticos e econômicos do país retornarem à floresta amazônica e seu potencial extrativista concernente ao látex.

No entanto, o que se é possível notar ainda mais intensamente é a maneira como a grande maioria desse material histórico investiga a região com lupas designadas para problemáticas e temas muito específicos, geralmente procurando se aprofundar ou complementar a temática da migração nordestina, dos conflitos entre essas novas populações invasoras – o sistema dos seringais estava, afinal, tomando posse de terras que antes eram ocupadas – e aquelas que já haviam se estabelecido ali, os povos indígenas, ou, ainda, buscando compreender unicamente as relações de trabalho conflituosas entre seringueiros e seringalistas, abordando o papel de figuras históricas já recorrentes, como os regatões e os coronéis de barranco.

---

85 PERROT, M. *Os excluídos da História*, p. 156. 2017.

É claro que não se descarta a importância histórica dessas pesquisas, muito pelo contrário. Entender esses aspectos da Economia da Borracha é se aprofundar na história do Amazonas como um todo, sua formação geográfica, histórica, cultural e mesmo social, embrenhando-se na floresta através das estradas de seringa para melhor conceber a fórmula do povo amazonense, que descende tão grandemente de nordestino e indígenas seringueiros sem grandes distinções. No entanto, o questionamento feito anteriormente persiste. Como já mencionado, o povo amazonense é descendente daquele período, as famílias hoje estabelecidas por todas as regiões do estado carregam em suas mentes as memórias de parentes conhecidos como seringueiros, seringalistas, soldados da borracha, regatões e outras diversas posições que supostamente foram ocupadas apenas por homens nos seringais.

Esses homens não tinham esposas? Não tinham filhas, irmãs, mães e avós da mesma forma que os homens de hoje? As mulheres nordestinas não deixaram sua terra em busca de sobrevivência, da mesma forma que os homens o fizeram? As mulheres indígenas que estavam na floresta, onde foram parar durante o período da extração do látex? Onde essas mulheres estavam enquanto os homens “faziam a história”? É fato que estavam, e ainda estão, nos seringais.

Mas em 1904, quando do primeiro recenseamento realizado por ordem do recém-chegado prefeito do Departamento do Alto Juruá, embora incompleto, em 112 seringais foram contadas 6.974 pessoas sendo 5.087 homens e 1.887 mulheres. Isso mostra que, dessa população, 27% aproximadamente eram mulheres, porcentagem bastante significativa que não pode ser simplesmente ignorada.<sup>86</sup>

---

86 WOLFF, C. S. *Mulheres da Floresta*, 1999.

Portanto, quais eram os seus papéis naquele ambiente, tão cruel e complexo?

Seguindo essa linha de raciocínio, é possível levantar o mesmíssimo debate a respeito de todos os momentos da História do Amazonas, sempre escritos de maneira a ignorar as mulheres – e outras minorias –, concentrados demais em contar a história dos grandes homens que “construíram” esse estado, a partir de seu sangue e suor. Não é essa a versão que as crianças crescem aprendendo? Nunca dito abertamente, mas sempre de maneira tendenciosa ao apagar as luzes do palco quando as cenas se tratam dos contextos femininos da História, quando as questões de gênero começam a aparecer demais, forçando sua presença em um espaço que, do ponto de vista histórico tradicional, possui objetivos mais importantes.

A história econômica do país, que tão profundamente aborda a Amazônia do período de auge da economia da borracha, por exemplo. Ou, ainda, o crescimento expansivo da Zona Franca de Manaus, com textos e propagandas que muito dizem sobre os trabalhadores da região, mas que nada mostra sobre as milhares de mulheres que todos os dias fazem sua parte nesse mesmo espaço. É um exemplo da preocupação de se expor o passado para que o presente e o futuro possam começar a se desdobrar de maneiras melhores, com espaço para essas figuras.

Entende-se que lá atrás, no que diz respeito ao contexto econômico, as mulheres eram ignoradas por serem consideradas financeiramente inúteis. Não podiam trabalhar, a sociedade lhes dizia que não deviam por suas mãos feitas para a delicadeza em qualquer coisa que não fosse apropriado para as mulheres, o sexo frágil, as princesas dos contos de fadas, portanto, não ganhavam dinheiro, não possuíam nada que fosse realmente seu. O dinheiro era de seus pais, depois de seus maridos e, por fim, de seus filhos – que também não lhe pertenciam, mas eram sua obrigação. Compreende-se que essa era a realidade de alguns

anos atrás, mas se faz necessário um entendimento de que esse ideal ainda se encontra nos reflexos da atualidade. Atualmente, as mulheres não podem mais ser consideradas da mesma forma, já que seus salários, ganhos e gastos movimentam a economia da região tão intensamente quanto os dos homens, mas os termos utilizados nas matérias continuam gritando no masculino. Os trabalhadores da Zona Franca, as suas condições de trabalho, suas rotinas.

Intencionalmente ou não, não é nas mulheres que se pensa ao ler o termo “os trabalhadores”, nem mesmo em homens e mulheres trabalhando lado a lado, de forma que esse se torna um dos muitos aspectos da História do Amazonas em que as personagens do sexo feminino permanecem invisíveis.

Desde o período da colonização essa é uma história que se repete. A mais clichê das narrativas, antiga e compartilhada até tornar-se a única. Além de toda a problemática da “descoberta” e do apagamento da narrativa dos povos originários, tem-se uma descrição em que homens portugueses chegam a um novo território e o colonizam, enfrentando no caminho os indígenas, depois trazendo os religiosos para trabalhar a catequização, passando por todo o contexto da escravização dos nativos e das lutas e resistências que esses povos propõem, e assim se desenvolve a história do estado. Uma história vista, narrada e estudada por tempo demais em uma lupa exclusivamente masculina, ignorando a presença das mulheres indígenas que já estavam aqui, ignorando a vinda de mulheres portuguesas nos anos seguintes à colonização e, de maneira geral, fazendo dessa história um espaço sem mulheres.

Estudar a História do Amazonas, seja por conta própria ou em cursos oficiais, é se deparar com uma terra descrita como praticamente sem mulheres, como afirmam Fabiana Nogueira e Maria Rita de Assis ao falarem sobre o silenciamento das mulheres na região:

O ato de colonizar era masculino e as mulheres caboclas e índias, nativas da região, não eram consideradas cidadãs. A história oficial não traz retratos da vida das mulheres nesse período, pouco se sabe sobre elas e como viviam.<sup>87</sup>

Entende-se que as questões referentes aos conflitos e relações de gênero são tópicos que perpassam todos os assuntos possíveis em qualquer pesquisa, e mais enfaticamente, o assunto da presença das mulheres no decorrer da História do Amazonas, espaço em que as mulheres geralmente são encaixadas enquanto minorias, raramente presentes e quase sempre com nada a acrescentar, nada que fosse digno de ser mencionado, aparentemente.

É preciso analisar também, a forma como as personagens do sexo feminino na história costumam ser “resguardadas” a papéis muito específicos, alguns que podem até tomar certo destaque em momentos determinados, mas que permanecem na gentil delicadeza feminina, sem ofender ou ofuscar a presença dos homens: os papéis mais domésticos e familiares. Durante um longo período, a escrita da história reservou às mulheres o papel da dona de casa, da mãe perfeita e da esposa que espera na porta de casa pelo retorno do marido, um vitorioso soldado nas guerras.

Não é muito diferente quando se concentra a pesquisa na região do Amazonas. À mulher amazonense também é oferecido, quando muito, os espaços da vida privada e imagina-se que seja complicado conseguir um espaço nos olhos públicos quando tudo que lhe é de direito acontece unicamente entre quatro paredes, onde mesmo assim suas opiniões e desejos são facilmente ignorados.

É interessante observar como o esforço de resgate da História das Mulheres e de quebra com essa perspectiva

---

<sup>87</sup> CHAVES, F. N.; CÉSAR, M. R. A. *O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia Brasileira*. 2019.

histórica que as ignora – ou as esconde, se analisarmos por um viés mais radicalizado – acaba se voltando para um destaque da utilização da História Oral, através de sua metodologia de uso da memória e da oralidade enquanto principais ferramentas, fontes e objeto de pesquisa, começando um processo de rompimento do já muito prologado silêncio das mulheres, tanto na historiografia quanto na sociedade.

A proximidade, que parece cada vez mais intensa, entre a História Oral e a História das Mulheres surge como um motivo de curiosidade no decorrer da produção da minha dissertação, onde trabalho a presença feminina nos seringais da região amazônica e, após a apresentação em alguns eventos onde se fez presente a percepção de que a maioria dos demais historiadores que trabalham a História das Mulheres, o fazem também por meio da Oralidade.

A História Oral é a maneira mais promissora que se encontra para permitir que os sujeitos marginalizados se tornem protagonistas da narrativa em que se inserem, não mais figuras decorativas na história das grandes guerras, conflitos e conquistas.

No entanto, as entrevistas e o trabalho com as memórias despertam também novos desafios, além de ajudar a contornar o dos silenciamentos históricos. Talvez um dos aspectos mais complexos da pesquisa com base na oralidade, não demora para que os sinais do coletivo e do individual comecem a se tornar notáveis dentro daquilo que seus colaboradores expõem, apresentando ao historiador as muitas formas como, mesmo que em memórias pessoais, a coletividade tem o seu papel e afeta aquilo que foi entendido enquanto passado – e afetará, como em uma longa sequência de dominós empurrando uns aos outros, o presente e o futuro. Para melhor compreender isso, proponho um exemplo:

Durante as entrevistas para obter maiores informações a respeito das particularidades do papel feminino no seringal

em determinado recorte histórico, irrelevante no momento, foi pedido que as entrevistadas falassem um pouco a respeito de suas vidas no seringal, de suas rotinas e daquilo que elas compreendiam enquanto seu papel. A resposta que se obtém é um extenso leque de pequenos momentos, atividades e pensamentos que juntos trabalham para expor o cotidiano vivenciado por essas personagens, mas em diversos momentos a narrativa torna a se concentrar nos homens. Percebe-se que a noção de que estão participando de uma pesquisa na área da história – que o senso comum compreende como eventos importantes do passado – as fazem se concentrar naquilo que lhes foi ensinado enquanto “fato importante”, aquilo que a sociedade e, portanto, o coletivo as fez absorver enquanto menções dignas de serem pesquisadas, ou seja, o papel dos homens.

É como voltar ao que Dona Jacutinga e Maria Santa refletem na novela, as mulheres crescem e aprendem tudo que podem em meio a uma sociedade lhes dizendo que não são importantes, que seu papel na cena geral pouco muda uma história, até chegar em um ponto que já absorvem aquilo e tomam como uma verdade.

Portanto, o processo de rompimento com essa visão masculinizada da narrativa não é apenas no teor social e histórico, mas também no que diz respeito à formação de uma identidade individual e coletiva para as mulheres da região amazônica.

As mulheres amazônicas são as mulheres indígenas, são as seringueiras, mas são, também, em sua maioria, mulheres que hoje vivem nas cidades globalizadas e acabam sendo silenciadas pela mesma historiografia tão criticada pela academia. Portanto, a solução para o silenciamento das mulheres amazônicas, sejam elas, ribeirinhas, seringueiras, indígenas ou urbanas, é que elas possam inserir-se na

academia, ter voz, ocupar os espaços de produção de conhecimento e de políticas públicas.<sup>88</sup>

É sobre estabelecer um processo de desconstrução daquilo que já se tem concretizado a respeito desse papel inferior das mulheres, dando às figuras do sexo feminino do passado uma oportunidade de contar suas histórias e, com isso, permitindo que as mulheres do presente e que as meninas do futuro se encontrem em uma situação mais correta, que possam conhecer o próprio valor. Que possam crescer em uma sociedade que as vê como figuras políticas, históricas, detentoras de direitos muito mais que básicos, já que possuir uma história é ter argumentos e documentos oficiais com os quais lutar por uma igualdade que há muito vem sendo prometida, mas nunca totalmente alcançada. É o direito ao próprio passado, em suas muitas versões e contextos.

### **Considerações finais**

A historiografia falhou com as mulheres, e isso não é novidade para a grande maioria dos pesquisadores. E, para a produção da pesquisa em que este artigo se encaixa, demonstra-se a forma como falhou ainda mais intensamente com as mulheres que estavam na região amazônica, fazendo com que suas histórias fossem ignoradas ou muito precariamente contadas. As colocou atrás dos personagens masculinos, caracterizando-as como figuras que não tem nada para contar, como se seu cotidiano e vivências não fossem dignos de serem estudados a menos que vistos enquanto consequência, auxílio ou pedaços dos cotidianos e vivências masculinos. Sombras de seus maridos, pais e filhos. Figuras que, como Dona Jacutinga acusa na novela, se perdem no que a sociedade implica enquanto seus papéis, reduzidas ao auxílio dos protagonistas, aos mandos e desmandos dos homens.

---

88 *Ibidem*, p. 155.

No entanto, em um desenvolvimento particularmente feliz, nos últimos anos muitos historiadores e, principalmente, historiadoras tem trabalhado de forma a transformar suas pesquisas em porta vozes para essas mulheres, permitindo que enfim o holofote da história se expanda o suficiente para iluminar não apenas seus passados, mas presentes também. Lançando sob os mais diversos períodos e acontecimentos a possibilidade de exposição da realidade, de visualização do lugar que as mulheres ocuparam, de narração das condições em que viveram e ainda vivem, dando vez às muitas formas de participação ativa dessas figuras historicamente ignoradas.

É nesse intuito que se deve busca resgatar pistas que possam transpor o silêncio e a invisibilidade que perdurou por muito tempo, se tornando algo que não se pode deixar inquieto e sim construir uma história, menos bizarra, irreal e desequilibrada, dando voz e vez para as mulheres, sem qualquer impedimento de liberdade a seu respeito, que sejamos incentivadores para excluir de vez essa invisibilidade, tanto no poder, ou em qualquer lugar.<sup>89</sup>

A historiografia falhou com as mulheres, mas corrigir esse erro é sobre dar espaço para as mulheres amazonenses – as que nasceram aqui e aquelas que fizeram desse lugar sua casa – e reconhecer suas contribuições enquanto agentes ativas dos mundos da história na região amazônica – ainda que essa história ainda esteja parcialmente encoberta pelos silêncios históricos, pelas memórias mantidas em segredo e aquelas que se foram sem jamais serem ouvidas.

Mães, esposas, filhas, amantes. Seringueiras, seringalistas, regatonas e donas de barracões. Prostitutas, agricultoras, trabalhadoras. Indígenas, políticas, escritoras, e guerreiras. Líderes, seguidoras e rebeldes.

---

89 SOIHET, R. *História das Mulheres*. 1997.

As mulheres tinham – ainda tem e sempre irão possuir – em sua figura um conjunto tão extenso de atividades, guiadas na maioria das vezes pelas necessidades mais imediatas de suas famílias, outras vezes pela própria necessidade de sobrevivência, por suas próprias ambições e desejos. Figuras multifacetadas e repletas de histórias.

Estavam em todos os lugares, assim como ainda estão, e suas atividades são tão importantes quanto qualquer uma registrada por homens. É essencial que suas histórias continuem a conquistar espaço entre as páginas da história, rompendo a barreira dos silêncios dolorosos que assombram suas conversas, lutas, dores e amores e permitindo que suas vozes finalmente bradem através do papel, não mais simplesmente ecoem entre as muitas vozes masculinas que já detêm há tanto tempo o microfone.

- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, P. (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CHAVES, F. N.; CÉSAR, M. R. A. O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia Brasileira. *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 138 – 156, jan./jun. 2019.
- LAGE, M. M. L. *Mulher e seringal: um olhar sobre as mulheres nos seringais do amazonas (1880-1920)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História. Manaus, 2010.
- PERROT, M. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Seleção de textos e introdução Maria Stella Martins Bresciani, 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- RENASCER*. Novela de Benedito Ruy Barbosa. Escrita por Benedito Ruy Barbosa e Bruno Luperi. Direção de Pedro Peregrino. Rio de Janeiro, 21h, 22 de janeiro de 2024.
- SOIHET, R. História das Mulheres. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Dominios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- WOLFF, C S. *Mulheres da floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.



## **Profissões para mulheres em Manaus no início do século XX: mudanças nos papéis sociais de gênero e reações expressas em periódicos locais**

*Bárbara Harianna Brito de Cabral*

### **Considerações iniciais**

No início do século XX na Amazônia, o contexto da expansão da economia de exportação da borracha contribuiu para mudanças nos papéis de gênero caracterizadas pela inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado, visto que “esta impunha características e demandas novas à região e em especial às cidades da borracha, Belém e Manaus.” (Pinheiro, 2015, p. 281). É neste momento que o trabalho remunerado e fixo em Manaus deixa de ser algo exclusivamente masculino e que surge a possibilidade de instrução formal para mulheres. Estes foram fatores de extrema relevância para modificar o perfil das mulheres na Amazônia, de forma que a possibilidade delas exercerem profissões que não eram adequadas ao seu gênero aumenta e proporcionalmente as reações e temores em relação a esta possibilidade passam a ser expressas (Pinheiro, 2015).

Essa instrução formal as qualificará para um mercado de trabalho que se expandia e se diversificava. Para além do contexto de desenvolvimento econômico da cidade de Manaus,

essas oportunidades profissionais para as mulheres surgem também dentro de um contexto de maior acesso à educação. Além da educação primária que as alfabetiza e da educação secundária, algumas mulheres tiveram oportunidade ainda de ingressar no ensino superior nesse período. O ensino profissional também lhes proporcionou uma instrução especializada para determinadas profissões, um ponto interessante para as discussões a serem desenvolvidas na presente pesquisa (Campos, 2010; Pinheiro, 2015).

Essas possibilidades de mulheres possuírem profissões (trabalhos baseados em instrução especializada) fez com que discursos apontando-as como concorrentes dos homens começassem a despontar. Tais posicionamentos, principalmente quando vindos de pessoas públicas<sup>90</sup>, contribuíram para reforçar dentro da sociedade manauara a oposição ao trabalho das mulheres fora do espaço doméstico. Apesar de tais manifestações, este era um debate que dividia opiniões, pois havia a presença de um contradiscurso vindo principalmente das feministas (Campos, 2010).

Investigar histórias de mulheres que viveram em uma época que os papéis de gênero eram impostos de forma muito mais violenta e sem brechas para questionamentos é compartilhar do que sente Perrot (1994) quando afirma que escrever uma história das mulheres é algo novo, revelador e transformador, pois a esta escrita se vincula a concepção de que as mulheres tem uma história, sendo, portanto, agentes

---

90 Exemplo disto é o discurso do deputado Carlos Penafiel, em 1918, trazido por Campos (2010) para exemplificar tais manifestações. Na ocasião, o deputado atribui o trabalho feminino (no caso, aquele realizado fora do espaço doméstico) à uma escravização das mulheres porque representaria o fim da família. O deputado argumenta também por que o espaço da mulher é o lar e afirma que qualquer incursão feminina em outros tipos de trabalho teria como resultado um mal estar social e que os contratantes só tinham interesse nesse tipo de mão de obra por serem mais convenientes a eles, pois poderiam lhes pagar menos. (Campos, 2010).

históricos que possuem historicidade relativa às ações cotidianas. Como afirma a autora, escrever uma história das mulheres significa levá-la a sério, superar o “problema das fontes”<sup>91</sup> e criticar a estrutura de um relato apresentado como universal, não no sentido de mostrar os vazios e elos ausentes, mas para sugerir outras possibilidades de leitura (Perrot, 1994).

Escrever a história das mulheres é justamente sair do silêncio a que a historiografia as confinou, é questionar os motivos e consequências de por muito tempo os relatos historiográficos terem ignorado a participação das mulheres nos acontecimentos históricos. Isso se atribui ao fato de que por muito tempo a historiografia se ateu ao relato do que acontecia no espaço público, espaço que as mulheres passaram a ocupar muito recentemente (Perrot, 1994).

Diante disto, o objetivo aqui será analisar reações nos jornais locais a essas mudanças nos papéis sociais de gênero, sob a perspectiva das profissões. Pretendemos investigar quais profissões eram consideradas adequadas para uma mulher em Manaus no início do século XX e como isso variava de acordo com questões de classe e raça. Isso será feito investigando os discursos produzidos nesse período em relação aos papéis de gênero, o que é importante para confirmar hipóteses dos estudos de gênero, de que experiências hegemônicas são tidas como naturais mas que todo papel social é fruto de construções históricas.

As principais fontes para as reflexões a serem desenvolvidas aqui serão conteúdos de jornais e revistas que circularam na cidade de Manaus entre 1890 e 1930. A importância desses periódicos como fonte se dá devido à diversidade dos veículos

---

91 A historiadora Michelle Perrot (2005) afirma que um silêncio paira sobre as mulheres na historiografia e um dos motivos se deve ao fato de poucas terem deixado vestígios escritos ou materiais. A autora afirma que as próprias mulheres certamente destruíram quaisquer vestígios que possam ter sido produzidos por julgá-los sem importância (Perrot, 2005).

existentes, e as diversas abordagens que produziram sobre temas comuns, que quebraram a visão que define a imprensa como propagadora de um discurso que é meramente o dos grupos dominantes. Portanto, é necessário entender a imprensa como uma prática social e como um elemento que constitui modos de viver e pensar. Isso porque mesmo quando o discurso jornalístico atende a esses interesses de grupos dominantes ele possibilita perceber por quais conflitos a sociedade em questão passava à época (Pinheiro, 2009).

Foi necessário buscar nas entrelinhas as informações desejadas e superados os obstáculos que envolvem essas fontes, os jornais se mostraram importantes para perceber as dimensões do viver social da época. A principal razão para isso é a questão quantitativa, pois o Amazonas compartilhou com as demais regiões do país o *frenesi* que marcou a introdução da imprensa no Brasil, produzindo uma grande quantidade de jornais entre as últimas décadas do século XIX e início do XX (Pinheiro, 2009).

### **Profissões para mulheres nos periódicos de Manaus do início do século XX**

No Amazonas, a presença da mulher nos jornais e revistas do início do século XX se relaciona diretamente com sua situação de submissão aos homens. Essa presença feminina só será imposta lentamente, fruto de transformações da condição feminina no mundo todo que está na raiz do feminismo contemporâneo (Pinheiro, 2009). Duas dessas transformações têm sido destacadas nesse processo: a escolarização e o acesso ao mundo do trabalho remunerado.

A análise de periódicos locais permitirá investigar quais profissões foram exercidas por mulheres no período em questão, assim como perceber o que a sociedade da Manaus do início do século XX permitia como profissão “de mulher”.

Falamos aqui de um trabalho assalariado, uma profissão. Pois as mulheres sempre trabalharam, o que passou a ser encarado como um problema para a sociedade da época foi a possibilidade das mulheres se inserirem em um trabalho remunerado, de exercer profissões e de trabalhar fora de casa. Esta reviravolta na condição feminina enfrentou a resistência dos meios populares, que precisavam de suas donas de casa (Perrot, 1998). Essa resistência foi expressa também através de publicações em periódicos, pois sendo um fenômeno novo e inquietante, a presença das mulheres na vida pública “foi alvo de intenso debate em todo o período, e a imprensa foi um dos espaços onde esse debate foi travado com maior intensidade” (Pinheiro, 2015, p. 292).

A nova condição social feminina será debatida publicamente principalmente através de discursos masculinos, que eram as vozes que predominavam no interior da imprensa amazonense no período que estamos tratando. Estes homens expressaram opiniões reticentes ou refratárias a estas mudanças nos papéis de gênero em curso. Partindo das análises já feitas por Campos (2014) e Pinheiro (2015) sobre a presença feminina na Imprensa, vamos desta vez evidenciar os debates que envolvem especificamente a questão das mulheres no mundo do trabalho remunerado. A proposta é analisar artigos publicados em periódicos do início do século XX cujos autores opinam sobre mulheres e trabalho, o que nos permitirá perceber o que a sociedade da época considerava adequado enquanto profissão para mulher.

As publicações analisadas aqui foram retiradas de jornais locais da cidade de Manaus, do início do século XX. São eles:

*Jornal do Commercio*<sup>92</sup>; *Quo Vadis*<sup>93</sup>; e *Correio do Norte*<sup>94</sup>. Como já foi dito por Michelle Perrot (2007), o silêncio documental das trajetórias das mulheres na História é uma realidade e muitas vezes o que resta é aquilo que foi escrito por seus observadores,

92 Considerado o gigante do periodismo em Manaus no início do século XX. Este, que nasceu como um jornal para tratar dos interesses comerciais da região, é analisado por Pinheiro (2015) a partir de sua ligação com os grupos dominantes da região do Amazonas. Com o tempo, esse jornal que nasceu com foco nos assuntos comerciais acaba cedendo à estratégias relacionadas à comunicação em massa, e passa a introduzir seções como “folhetins, premiações, sorteios e notícias que abordavam temas de forma dramática como a violência passional ou pessoal” (Ribeiro, 2014, p. 36), o objetivo seria expandir o número de assinaturas. Esse tipo de prática que populariza os conteúdos dos jornais para atrair um maior número de leitores, se insere num contexto de técnicas da imprensa popular que ao passar a publicar tais folhetins, colunas e notícias que tem como foco as queixas da população, acabaram registrando modos de vida que não seria registrados se o jornal se limitasse a publicar os casos daqueles grupos que dominavam seu editorial, por exemplo (Pinheiro, 2015).

93 Sobre este jornal, Gomes (2009) apresentou algumas percepções em seu relatório de pesquisa de iniciação científica que teve como tema o referido jornal. Este que se apresentava como periódico diário e um “*órgão de interesses populares*”, teve como objetivo o combate de mazelas sociais e a crítica às esferas de poder, em diversas oportunidades servindo de plataforma para denúncias de descaso do poder público com os populares ou de corrupções dentro do sistema político local. Por esse motivo foi um periódico que sofreu diversas retaliações e envolveu-se em conflitos políticos no período que ficou vigente, início da República. A historiografia local inclusive registrou esse jornal como um órgão de oposição, além de ter dimensionado a oposição e a truculência com que seus editores foram perseguidos (Gomes, 2009).

94 Sobre este outro jornal do qual retiramos trechos para análise neste capítulo, temos o que escreveu Trindade (2011) em um relatório de pesquisa de iniciação científica. Segundo a pesquisadora, o referido jornal, que também era um periódico diário, se apresentava como “Órgão do Partido Revisionista” e tal como o *Quo Vadis*, foi palco para denúncias do descaso e corrupção do poder público com as questões relativas à população. Este também é considerado um jornal de oposição aos grupos dominantes que administravam a cidade, chegando inclusive a ser fechado por três anos e tendo seus redatores perseguidos (Trindade, 2011).

em sua grande maioria homens. Nesses relatos, estes vão muitas vezes reduzi-las a estereótipos e vão generalizar o que é ser mulher, e em seus discursos prolixos perceberemos o contraste com a ausência de precisão de seus relatos (Perrot, 2007).

Apesar de apresentarem discursos muitas vezes contraditórios e pouco verossímeis, estas publicações permitem perceber que tais opiniões foram ditadas pelas experiências femininas na região, sendo resultado direto das ousadias que estavam sendo empreendidas por algumas mulheres no mundo inteiro (Pinheiro, 2015). Portanto são fontes que podem contribuir significativamente para descobrir nas entrelinhas como as mulheres dessa região e época subverteram papéis sociais através de suas atuações profissionais, se inserindo em atividades que não eram consideradas adequadas a seu gênero.

### **Reações expressas em jornais às mudanças nos papéis sociais de gênero nas profissões**

As publicações aqui analisadas podem contribuir para a compreensão social da cidade de Manaus do início do século XX no sentido de compreender as mudanças em curso nos papéis sociais de gênero e a influência dessas mudanças nas profissões. Um primeiro exemplo é a publicação de 1916 da seção 'Ecos da guerra – notas que encontramos nos jornais do sul'. Nessa seção do *Jornal do Commercio* a população amazonense era informada sobre notícias da primeira guerra mundial, que estava ocorrendo no período em questão. Na publicação em questão, temos quatro fotos de mulheres, numa montagem em duas figuras com a legenda “as duas gravuras a seguir representam mulheres inglesas desempenhando misteres masculinos. São uma médica, uma parteira, uma lavradora e uma guarda-bosque” (Jornal do Commercio, 1916, Ed. 4382). Mister é um sinônimo para profissão, e ao evidenciar que essas profissões eram “misteres masculinos”

essa publicação exemplifica como para a época as profissões eram bem delimitadas em relação ao que era considerado profissão para homens e profissão para mulheres.

Tratando das reações às mudanças nos papéis de gênero observadas nos artigos a serem analisados aqui, precisamos evidenciar que são opiniões que se relacionam profundamente com o medo do desconhecido que paira sobre os corpos femininos. Esse medo é reforçado por discursos que prenderam a mulher à uma ideia de desordem. É assim que essa “Eva eterna” que desafia a ordem de Deus e do mundo, causará diversos receios quando se torna mais visível na vida pública, pois

O corpo das mulheres, seu sexo, esse poço sem fundo, apavora. E, deste ponto de vista, as ciências naturais e biológicas, em pleno florescimento a partir do século XVIII, nada resolvem. Ancoram um pouco mais a feminilidade no sexo e as mulheres em seus corpos, encrutados pelos médicos. Estes as descrevem como doentes péripetuas, históricas, à beira da loucura, nervosas, incapazes de fazer abstração, de criar e, acima de tudo, de governar. Elas inquietam os organizadores da cidade, que vêm nas multidões onde elas estão tão presentes, o supremo perigo. (...) capazes de qualquer excesso, são as megeras e as fúrias de todas as insurreições. Teme-se, por conseguinte, a intrusão das mulheres na política, ou até sua mera influência. (...) A mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira (Perrot, 1998).

Essas representações das mulheres trazidas por Perrot mostram a origem de medos que “(...) atravessam a espessura do tempo e se enraízam num pensamento simbólico da diferença entre os sexos, cujo poder estruturante foi mostrado pelos antropólogos. Mas assumem formas variáveis conforme as

épocas, assim como a maneira de geri-las” (Perrot, 1998, p. 9). Como bem apontou Perrot (1998), nas sociedades que pensam o político essa forma de gerir a diferença entre os sexos se traduzirá numa divisão racional dos papéis, das tarefas e dos espaços sexuais.

Expressões desta divisão de papéis são perceptíveis pela visão da mulher como mãe e dona de casa que faz-se muito presente em artigos de opinião nos periódicos manauaras do início do século XX. É o caso do artigo intitulado “Mãe e espoza”, escrito pelo intelectual e escritor português Ramalho Ortigão<sup>95</sup> e publicado no *Jornal do Commercio*, em 1910:

A grande elevada e importante função da mulher nas sociedades humanas não é ser boticaria, jornalista ou ser doutora: é ser mãe, é ser esposa. Ser mãe e espoza é uma ciencia, cuja posse, como a de todas as ciencias, depende de um longo e apurado estudo. Se è difficil saber ser mãe, é mais difficil saber ser espoza. (*Jornal do Commercio*, nº2116, 20 de Fevereiro de 1910)

O autor elenca no mesmo artigo todas as qualidades que uma mulher deveria ter para desenvolver essas habilidades voltadas para a organização da casa e do casamento. Além disso também é destacado pelo autor, e que muito nos interessa na análise que propomos aqui, aquilo que as mulheres não devem ser:

E preciso que ella tenha sido, na longa extensão da palavra uma completa mulher de caza; que tenha a serenidade e a paciencia postas até a ultima prova; que tenha a suprema bondade e que reúna a cultura do espirito precisa para ser a confidente de um homem de genio; que saiba todos os segredos da hygiene e da clinica colinaria; que tenha a compreensão e o gosto das

-----  
95 Cf. Vilela (2011)

artes decorativas; que se a, enfim, superiormente constituída, que não seja medica, filósofa, nem literata, e que empregue todo o seu espirito e todo o seu coração em ser unicamente uma esposa e boa mãe (*Jornal do Commercio*, nº2116, 20 de Fevereiro de 1910).

Essa opinião de Ramalho Ortigão evidencia também uma percepção sobre os tipos de conhecimento que essas mulheres poderiam ter acesso, visto que o escritor propõe que quaisquer que fossem só poderiam justificar-se caso lhes fornecesse melhor aptidão no desempenho de suas funções previamente definidas socialmente. Sendo assim, a instrução feminina só teria o fim de prepará-las e habilitá-las para desempenhar seus verdadeiros papéis na sociedade, segundo ele: de mãe e de esposa.

As reações às mudanças nos papéis de gênero encontradas nos periódicos de Manaus estão profundamente relacionadas com essa delimitação clara de papéis sociais e esses medos diante das mudanças nos papéis de gênero que se anunciavam, pois como apontou Pinheiro (2015), tais limitações impostas às mulheres foram demonstrações do desconforto sentido por uma sociedade que se queria moderna e europeizada ao lidar com os limites da sua capacidade de assimilar certas facetas dessa modernidade.

Reflexos deste desconforto são encontrados também nos pequenos causos publicados em jornais, como este publicado no *Jornal do Commercio* em 1907, na seção “De toda a parte”, que trazia notícias de vários lugares do mundo:

Um indivíduo, cuja mulher é membro do parlamento finlandez, tentou suicidar-se em Helsingfors. Salvo a tempo e sendo interrogado sobre os motivos do seu acto declarou o suicida que a mulher estava tão ocupada com a política que não cuidava mais da casa e dos filhos.

Recebendo ella 94 ublos mensaes de subsidio só dava um quarto de rublo por dia para sustento dos filhos e do marido que está desempregado. Os medicos que o trataram attestaram a magresa extrema do pobre diabo, que não comia para não diminuir a escassa ração dos filhos (Jornal do Commercio, nº1154, 12 de Setembro de 1907).

Esta publicação com o título de “O feminismo político”, não possui assinatura de autoria e atribui à atuação da mulher na política a desgraça sobre sua casa. A culpa é atribuída à mulher que por trabalhar fora de casa não estaria cuidando mais da casa e dos filhos e, além disso, não estaria provendo o suficiente para o sustento da família, visto que o marido está desempregado. O discurso médico é utilizado como argumento para atestar o dito, mesmo que não sejam apontados nomes dos envolvidos ou quaisquer informações que permitam atestar a veracidade do acontecido.

Ainda que o caso tenha sido apontado como ocorrido na Finlândia, é interessante observar que ele tem uma razão de ser publicado, pois existe um sentimento a ser despertado nos leitores ao se depararem com esse acontecimento, mesmo que a léguas de Manaus. O medo da saída das mulheres para a vida pública está expresso nos jornais e está sendo incentivado através de histórias como essa, que servem de ameaça ao que poderia acontecer caso as mulheres continuassem se inserindo em determinados espaços, como a política.

O século XX é considerado um período em que as mulheres foram ganhando mais espaço na sociedade, isto é, na vida pública. E este acontecimento se relaciona profundamente com o advento da organização das mulheres nos movimentos de mulheres e feministas, que exigiam justamente maior participação sócio-política das mulheres e buscavam mudar ideias estabelecidas sobre desigualdade dos sexos e divisão

de papéis de gênero (Dias, 1997). Ao discutir especificamente o tema dos movimentos de mulheres, Gohn (1997) parte da noção de que as lutas das mulheres para se firmarem enquanto sujeitos históricos datam de vários séculos, mas que foi através do movimento feminista que essas lutas geraram visibilidade pública e alcançaram um caráter coletivo (Gohn, 1997).

Portanto, não é de todo equívoco a associação das ousadas femininas em adentrar determinadas profissões a uma influência do feminismo. Nos artigos publicados em periódicos analisados nesta pesquisa, é recorrente que os homens atribuísem ao feminismo essas mudanças nos papéis de gênero, como podemos observar no artigo intitulado “Feminismo”, publicado no jornal *Correio do Norte*, em 1906, sem assinatura de autoria:

Desenvolve-se de dia para dia o movimento feminista nos Estados-Unidos. Acabam de concorrer a um concurso para pilotos varias mulheres, e uma dellas chegou a tirar a carta de capitao de navio e foi immediatamente nomeada para commandar um vapor que faz a travessia de Pittsburg a Cincinnati. Em Chicago reside uma advogada que percebe de honorarios de causas que lhe sao contradas cerca de 20.000 dollars por anno. Já não falamos nas medicas, dentistas, parteiras, etc. (Correio do Norte, nº 57, 28 de Março de 1906)

Existem outros exemplos de casos ocorridos fora do estado, mas que ao serem publicados em jornal local provavelmente tinham de alguma maneira objetivo de influenciar os leitores do Amazonas. Um primeiro exemplo, no jornal *Quo Vadis*, narra episódios da luta de duas mulheres diplomadas em advocacia, que à época exigiam o direito de advogar nos tribunais<sup>96</sup>. Segundo o jornal, teria sido recusado

---

96 Quo Vadis, nº 279, 6 de fevereiro de 1904.

a Bertha Calve o direito de advogar devido a oposição de outros advogados homens, com o argumento de que isso nunca teria acontecido. Publicações como esta possibilitam perceber uma sociedade em debate em meio aos reflexos da desmasculinização de determinadas profissões. Assim também é no *Jornal do Commercio*, quando no ano de 1926 foi publicada uma nota informativa sobre as primeiras incursões de mulheres na advocacia, dessa vez falando de mulheres advogadas na América do Norte<sup>97</sup>. O que chama atenção neste texto, assim como no anterior, do jornal *Quo Vadis*, são os termos utilizados para falar destas profissionais. Enquanto o *Quo Vadis* utiliza “mulher-advogado”, o *Jornal do Commercio* também não flexiona a palavra quando fala da atuação delas, por exemplo quando cita a mulher “advogado do Middle West” ou quando fala daquelas que atuavam também como “consultores jurídicos”. São detalhes que permitem perceber que a presença de mulheres na área de advocacia, que até bem pouco tempo era considerada inadequada a seu gênero, é de novidade tamanha que até falta familiaridade da imprensa na flexão de gênero das palavras para lidar com as advogadas.

Outra demonstração dessa delimitação de gênero em relação às profissões é percebida na coluna “Notas de um teimoso”, de 1905. Essa coluna manteve-se fixa por alguns anos no *Jornal do Commercio* e era assinada por Luiz Prado:

O predomínio das saias hade chegar, fatalmente. Em todos os terrenos da actividade humana, a mulher, que o poeta chamou um demonio aperfeiçoado, ganha vantagens, produzindo no animo masculino uma basbaquice ilimitada. Já o pesado fardo de ama secca, em alguns paizes bisonhos pesa ao hombro do obediente e pacato marido; noutros, já a mulher é quem aos empregos atraz do vil metal com que garanta

-----  
97 *Jornal do Commercio*, nº 7921, 11 de Julho de 1926.

o aluguel da casa, a boia, os seus alfinetes e as calças masculinas, em quanto o homme se deixa ficar, em casa, resignado e paciente, a temperar panellas e a alvejar os cueiros da pirrallhada inquieta. Já existem mulheres medicas, advogadas, dentistas, commerciantes, artistas, pharmaceuticas, emprenzarias, etc., somente lhes faltando ser colegas de Papae Grande, isto é, presidente de Republica e collegas tambem dos sr.s Bulhões e Seabra, nossos capoeirissimos ministros da fazenda e do interior. Ah! mas os rabos de saia deram tambem agora para a peor cousa que o sól cobre: metteram-se na imprensa (Jornal do Commercio, nº 622, 19 de Dezembro de 1905).

No texto, o autor lista algumas das profissões em que as mulheres já estariam inseridas, sugerindo a ousadia nesse movimento ao afirmar que em alguns países a mulher é que está trazendo o sustento à casa e que estaria faltando apenas se tornarem presidentes da república ou ministros do interior e da fazenda. Além das profissões já citadas que seriam até então consideradas inadequadas para o gênero feminino mas que as mulheres já estavam exercendo, como médicas, advogadas, dentistas, comerciantes, farmacêuticas ou empresárias, o autor traz destaque para uma em específico que para ele seria a pior coisa em que as mulheres poderiam se meter: a Imprensa.

Para Michelle Perrot (1998) a escrita das mulheres é uma das primeiras conquistas femininas, pois mesmo suscetível de uma prática doméstica, podia lançá-las no espaço público através da publicação. Em acordo, Luciane Campos (2014) afirma que o trabalho de escrever em jornais para algumas mulheres significou a oportunidade de galgar espaços importantes de visibilidade social na esfera pública. E é justamente isso que podemos perceber neste artigo, pois se por muito tempo a escrita das mulheres era permitida por ser uma atividade que poderia ser exercida no âmbito do privado

e do oculto, quando esta passa à esfera pública - como através da Imprensa - esta passa a ser condenada (Campos, 2014). É o que se confirma na continuidade do artigo de Luiz Prado<sup>98</sup>, ao comentar sobre essa possível incursão das mulheres na imprensa:

Fiquem os srs. sabendo que esta nova inclinação do sexo delicado é peor que aquella biblica praga de gafanhotos e tanto que um jornal parisiense, luminosamente avisado, propoz que se fundasse na imprensa o <<hominismo>> para resistir ao feminismo. O jornal vae, pois, ser a confusão, o cháos, o horror, a <<debacle>>, o aniquilamento, o diabo, enfin. Ninguém se aguentará. Tremamos! (Jornal do Commercio, nº 622, 19 de Dezembro de 1905)

Para o autor, a inclinação das mulheres à imprensa é pior que uma praga bíblica e traz o exemplo de um jornal parisiense que inclusive propôs a fundação de uma prática denominada “hominismo” dentro da imprensa, para resistir ao feminismo - que é ao que ele atribui tal ousadia feminina de se lançarem na carreira de jornalistas. O autor suscita ainda o terror, ao sugerir que a presença das mulheres nesse espaço de atuação profissional causaria confusão, caos, horror, aniquilamento, etc. No mesmo artigo ele ainda desmerece os jornais que eventualmente poderiam ser produzidos por mulheres, inclusive utilizando termos para se referir a elas de forma pejorativa. O autor ainda se utiliza de artifícios para atribuir medo ao leitor diante da possibilidade de mulheres escreverem um jornal, e o faz inclusive as colocando como “inimigas do homme”. Apesar de tal resistência masculina, sabe-se que em muitos lugares

---

98 Sobre o autor da referida coluna, o que afirma Luís Balkar Pinheiro (2021) era que “Luiz do Prado” era um pseudônimo com o qual Alcides Bahia assinava suas crônicas. Este intelectual, que dedicou sua vida à imprensa amazonense, chefiou o corpo redacional do *Jornal do Commercio* (Pinheiro, 2021).

do mundo a Imprensa feminina se manifestou neste fim do século XIX e início do XX, e no Amazonas não foi diferente<sup>99</sup>.

Outro artigo de opinião, publicado em 1910 e assinado por Octavio Durval, na coluna “Traços à margem” do *Jornal do Commercio*, trouxe à tona os papéis sociais de gênero que as mulheres deveriam seguir segundo as regras vigentes na sociedade manauara do período. Novamente trazendo exemplos externos, acontecidos na Europa, o autor reafirma o lugar das mulheres no confinamento doméstico, escrevendo que:

(...) A mulher nasceu para a felicidade do lar. Querer envolver-a na política, emprestando-lhe aptidões que contrastam com o seu temperamento e com a sua indole affectiva, é loucura que se não adapta ao entendimento dos mais insensatos. Ainda hontem, corei de indignação, lendo uma noticia que nos vinha da velha Europa. M.elle Marguerite Durant, uma franzina e loira creatura que se apresenta cadidata a uma cadeira de deputado na camara franceza, quando pretendia expôr o seu programma politico, realisando uma conferencia no Theatro Fontaine, é interrompida no meio do auditorio por uma senhora que pronunciou um longo discurso, atacando com vehemencia o feminismo. Imagine v.xc.<sup>a</sup>! A loira mme durante, ao envez de estar em casa, cuidando dos *bambinos* enrodilhados em cueiros rendados, assoma á tribuna de um theatro e traça programas politicos...É ridiculo! A mulher, repito, nasceu para as supremas delicias do amôr. Isso de programmas politicos e comicios femininos... Lérias, excelentíssima. Lérias e nada mais (Jornal do Commercio, nº 2210, 29 de Maio de 1910).

Nesse caso, o autor afirma ser uma loucura querer envolver mulheres na política porque segundo o mesmo, se tratava de aptidões que não condizem com o “temperamento”

---

99 Cf. Campos, 2014; Pinheiro, 2015.

e “índole” das mulheres. O exemplo que Durval traz sobre um acontecido na câmara francesa, onde uma mulher atuava politicamente, é usado para reforçar a opinião do mesmo de que o lugar de uma mulher é em casa cuidando dos filhos, como expressa o autor de forma literal. Por fim, usa o adjetivo “lérias” para de forma pejorativa apontar o que é a atuação feminina em programas políticos e comícios, cujo significado é algo como “conversa mole”, que não leva a resultado prático etc.

É perceptível em diversas outras manifestações nos jornais o temor diante do “perigo” que o trabalho feminino representava para estes homens que temiam uma possível subversão dos papéis de gênero por parte das mulheres. Esse temor contribui para que o apoio à emancipação feminina não seja totalmente incondicional. Como mostrou Pinheiro (2015), a solução manifestada em artigos de jornais para que a emancipação feminina não se convertesse num perigo para alterar os papéis de gênero pré-estabelecidos era o controle da educação destinada às mulheres. Esse apoio às mulheres, com ressalvas, se expressa no artigo da coluna “Traços à margem”, publicado no Jornal do Commercio em 1910 e assinado pelo mesmo Octavio Durval:

A ingente preocupação da mulher, neste seculo de campanhas feministas e de atrocidades acomettidas para o cumprimento stricto dos rigores da moda, deve ser a conservação da belleza. Na mulher nós admittimos e perdoamos tudo: os excessos de *coquetterie*, as demasias da moda, o uso dos formidaveis chapéos a *Chantecler*, o abuso do *sans-dessous*, a formatura em *sciencias* juridicas e sociaes, a tendencia litteraria accentuada, a mania das litteratices mellosas e desconchavadas, a vocação jornalistica, a concurrencia accerrima feita aos homens em todas as profissões e mistéres. Deixamos que ella possa invadir clandestinamente as nossas attribuições;

que ocupe, dissimuladamente, os cargos e as posições que de direito e por justiça nos pertencem. Exigimos porém uma condição: a beleza (Jornal do Commercio, nº 2248, 7 de Julho de 1910).

O autor destes dois últimos artigos, Octavio Durval, já foi apontado por Campos (2014) como um ferrenho perseguidor da causa feminista. Neste último artigo, talvez utilizando-se de ironia, ele escreve que no século das campanhas feministas a preocupação das mulheres deveria ser a conservação da beleza. E afirma que os homens admitem diversos excessos das mesmas, na moda, na formação intelectual em ciências jurídicas e sociais, na tendência literária acentuada, na vocação jornalística ou na concorrência feita com os homens em relação às profissões. Afirma ainda que os homens deixam que elas invadam clandestinamente suas atribuições e ocupem cargos e posições que por justiça e direito lhes pertenceriam, isso tudo com uma condição: a beleza.

Este é um artigo de opinião muito interessante para incrementar nossas análises nesta pesquisa, pois expressa a partir de uma possível ironia os sentimentos de injustiça que os homens do período tiveram que lidar ao se depararem com mulheres exercendo profissões que para eles eram muito bem delimitadas como pertencentes por direito e justiça aos homens. É perceptível também como as mulheres passam a ser encaradas como concorrentes dos homens ao se inserirem nessas profissões e como são consideradas excessos quaisquer incursões intelectuais que estas se propusessem.

Outra análise interessante que pode ser feita a partir deste artigo é a que se baseia nos estudos de Naomi Wolf (1992), que discute o mito da beleza e suas diversas implicações na vida das mulheres, inclusive a partir do momento que as mulheres são aceitas no mundo do trabalho formal, ou seja, quando passam a exercer profissões. Segundo a autora, a partir de então o mito

da beleza surge para discriminá-las em sua vida profissional, e isso vai se tornando complexo com o passar das décadas de uma maneira que na atualidade Wolf acredita que um novo conceito se apresenta nesta problemática, que é o que ela chama de QBP, ou qualificação da beleza profissional, quando a beleza de uma mulher é motivo tanto de sua contratação quanto de sua demissão (Wolf, 1992).

Vamos finalizar as análises aqui propostas com o artigo “problema feminino”<sup>100</sup>, escrito por Alípio Bandeira<sup>101</sup> e publicado no *Jornal do Commercio* em 1905. No texto o autor traz uma série de argumentos para explicar o tal “problema feminino”, e ao passo que conhecemos tal problema apontado pelo autor cada vez mais nos damos conta que se trata de um problema inventado pelos próprios homens para uma mulher que eles mesmos também inventaram ao longo da História. Para Bandeira esse problema feminino é a falta de alguma coisa para que a mulher ocupe na sociedade atual o lugar a que seus atributos físicos, intelectuais e morais estão destinados. Em seguida, o autor questiona o que seria preciso fazer para colocar as mulheres nessa posição adequada à sua índole. Parece que esse é o grande esforço empreendido por estes homens do início do século XX, tentar manter as mulheres em espaços muito bem delimitados onde poderiam vigiá-las, controlá-las e delimitá-las de todas as formas.

No esforço de argumentar sobre o tal “problema feminino”, Bandeira afirma que existe na época em questão uma corrente que opina pela chamada “igualdade de direitos”. Isto é, um movimento que defende que seria preciso educar a mulher a modo de torná-la apta para exercer qualquer função,

---

100 *Jornal do Commercio*, 1905, Ed. 548.

101 Além de coronel, Alípio Bandeira também foi escritor, indigenista e inspetor do Serviço de Proteção aos Índios no Amazonas, em 1911. Cf. Casa de Oswaldo Cruz. Alípio Abdolino Pinto Bandeira. Base Arch. Disponível em: <https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/alipio-bandeira-2>.

a escolher profissão, ou “numa palavra a concorrer livremente com o homem nos cargos tanto privados como publicos.” (Jornal do Commercio, 1905, Ed. 548). Nesta citação é que Bandeira revela o verdadeiro problema, que não é feminino. Ele exprime uma preocupação constante dos homens de sua época, frente à entrada das mulheres no mundo do trabalho remunerado e na vida pública. Ou seja, um problema para os homens. Um problema masculino.

No texto o autor afirma que muitos indivíduos reagem com êxtase à ideia de ver mulheres formadas em medicina, em direito, em engenharia, e traz o exemplo de quando a primeira advogada surgiu no Rio de Janeiro e a imprensa toda lhe teceu elogios, o que para o autor foi uma invocação dos exemplos de “países mais adiantados”. Logo que escreve isso, o autor ironiza a expressão que ele mesmo utiliza, e dá entender que a imprensa carioca estava apenas reproduzindo a aceitação diante de mulheres advogadas, por exemplo, porque segundo o autor é mais fácil aceitar o que é aceito por esses outros “países mais adiantados” do que divergir de opinião. Sobre a expressão “países adiantados”, que trata com ironia, o que Bandeira diz é que para ele países adiantados são aqueles em que as indústrias se desenvolvem de forma notável, em que as artimanhas políticas não encontram embaraços e em que a literatura e as artes abarrotam bibliotecas e museus. Ele diz isso para desprezar a ideia de que a aceitação de mulheres em profissões como advocacia, medicina e engenharia seja sinônimo de ser um país adiantado. É de duvidar que Bandeira acredite que as mulheres poderiam ser proprietárias e administradoras dessas indústrias, ou que poderiam ocupar cargos políticos, ou simplesmente produzir literatura e arte. Não há dúvidas de que esse desenvolvimento que Bandeira ovaciona deveria ser obra totalmente masculina.

Para Bandeira, diante de situações como esta da primeira mulher advogada no Rio, aqueles que segundo ele

seriam os corações verdadeiramente amigos da mulher, as almas capazes de apreciar “seu domínio essencialmente afetivo”, iriam contemplar com desgosto o que para o autor é um triste espetáculo. E com todas as palavras, Bandeira diz: “a mulher advogada, a mulher medica, a mulher jornalista é uma aberração. Mais do que isso: é uma degradação.” (Jornal do Commercio, 1905, Ed. 548). Nos parágrafos finais do texto o escritor segue afirmando que por excelência a vocação das mulheres é a função materna, na qual a mulher encontra a mais plena satisfação dos seus instintos e a sociedade colhe os melhores frutos de sua grandeza moral. Por isso, é que para Bandeira, a mulher advogada, médica, jornalista ou em qualquer ocupação fora do lar doméstico é uma degradação, uma decadência e um desvio de sua “verdadeira” missão.

Nesse momento do texto, Bandeira chega a divinizar as mulheres, dizendo que são “entes” por sua própria natureza, cujo destino é um homem que lhe assegure a subsistência para que ela não tenha necessidade de trabalhar para se manter. Pode-se imaginar, mais uma vez, que em momento nenhum Bandeira deve considerar que a incursão das mulheres em determinadas profissões não tinha a ver apenas com subsídios para garantir-lhe a sobrevivência. Como vimos pelo fato de que muitas vinham de famílias abastadas, o que acontecia no caso dessas mulheres que exerciam profissões consideradas masculinas é que elas estavam ultrapassando barreiras sociais pelo direito de existir por si mesmas. Para não serem apenas mães, filhas, irmãs e criadas. Para não serem apenas musas e imitadoras. E sim para criarem por si e para si, para se expressarem de alguma forma no mundo.

## Considerações finais


Os trechos de publicações em periódicos locais selecionados para debate neste trabalho e as análises feitas a partir destes demonstram que ao se depararem com as intensas mudanças nos papéis sociais de gênero, principalmente no que se refere às profissões, os homens da região de Manaus do início do século XX demonstraram sua indignação escrevendo em jornais na tentativa de criar um contradiscurso que freasse essa mudança. Percebe-se no tom de ironia, deboche ou mesmo nas críticas diretas que determinadas profissões ainda eram consideradas inadequadas para mulheres naquele momento, por mais que se tolerasse a incursão delas no mercado de trabalho e na atuação profissional em áreas consideradas adequadas a seu gênero.

Mesmo não fazendo críticas e alusões diretas a acontecimentos específicos da cidade ou da região, visto que a maioria dos artigos trata do assunto de maneira generalizada e traz muito mais exemplos externos, de outros países ou regiões, entende-se que eles foram publicados nos jornais de manaus com objetivo de causar impacto local e portanto dizem muito sobre a sociedade do período em questão. Por fim, conclui-se que as análises aqui realizadas ajudaram a perceber que delimitar as fronteiras de gênero em relação às profissões era algo recorrente entre aqueles que temiam as mudanças que transformaram os papéis sociais e de gênero, justamente pelo potencial emancipatório da abertura às mulheres de determinadas profissões anteriormente consideradas masculinas. Emancipação esta que não foi apenas financeira, mas principalmente intelectual, no sentido de perceber que não existiam limitações intrínsecas ao biológico e que as mulheres haviam apenas sido sabotadas no desenvolvimento de suas inteligências e potencialidades.

Dentro desse contexto de transformações sociais que impactam diretamente a vida das mulheres e cujas reações foram expressas através de opiniões publicadas em jornais, a escolha por evidenciar mulheres que ousaram se especializar e atuar em profissões que eram consideradas masculinas, tem sua potencialidade, mesmo quando estamos falando de mulheres de classes abastadas. Isso porque evidenciar tais trajetórias subversivas para a época as insere num rol de mulheres que traçaram um caminho juntas a nível global e sua recusa àquilo que lhes foi imposto comprova o que disse Perrot (1998) quando afirmou que “a força de obstrução das mulheres, seu poder de recusa, individual (...) ou coletiva (...) é uma força histórica cujo alcance é difícil de avaliar” (Perrot, 1998, p. 149). Por isso aqui reafirmamos o potencial emancipatório que as profissões, enquanto saber especializado, tiveram para retirar as mulheres da penumbra em que foram mantidas por tantos séculos, que as fez acreditar por muito tempo que sua inteligência e capacidades eram limitadas.

- CAMPOS, L. M. D. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2010. \_\_\_\_\_, Na Imprensa e pela Imprensa: Representações da Mulher Amazonense. In: PINHEIRO, M. L. U. (org). *Gênero & Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014.
- DIAS, M. L. *Vivendo em família: relações de afeto e conflito*. 9. ed. São Paulo: Moderna, 1997. 69 p.
- GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GOMES, I. L. S. *Quo Vadis: A Trajetória De Um Jornal De Oposição (1902-1904)*. 2009.
- PERROT, M. *Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência*. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. *Cadernos Pagu*, v. 4, p. 9-28, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Mulheres Públicas*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- \_\_\_\_\_. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007.
- PINHEIRO, M. L. U. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)* Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC-SP, 2001
- \_\_\_\_\_. "O espelho francês na 'Paris das Selvas'", In: VIDAL, L.; LUCA, T. M. (orgs.), *Franceses no Brasil: Séculos XIX - XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 271-288.
- \_\_\_\_\_. *A Mulher na Imprensa Amazonense, 1900-1950: algumas reflexões*. In: *XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento Histórico e diálogo Social*. 2013, Natal/RN. Anais XXVII Simpósio Nacional de História, Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013, p.1-13.



- 
- \_\_\_\_\_. (org). *Gênero & Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3. ed. Manaus: EDUA, 2015.
- PINHEIRO, L. B. S. P. "Bento Aranha e a cidade da borracha: Manaus, 1905-1910", *Intelligere*, Revista de História Intelectual, nº 12, p. 16-24, 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>.
- TRINDADE, D. V. *Imprensa, Poder e Política no Jornal Correio do Norte (1906-1912)*. 2011.
- VILELA, A. L. *Imagens do estrangeiro e autoimagem na obra de Ramalho Ortigão*. Évora: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Évora, 2011.
- WOLF, N. *O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992

## **Periódicos**

Correio do Norte, 1906-1911

Jornal do Commercio, 1904-1963

Quo Vadis, 1902-1903



## **Uma crítica à História Social do Trabalho no Brasil: os indígenas nos mundos do trabalho da Amazônia Oitocentista**

*Ana Rivick Lira Bernardo*

### **Considerações iniciais**

*Cabe aos historiadores, através de uma revisão séria das abordagens vigentes [...], não apenas resgatar mais esses “esquecidos” da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa – fracassada – de erradicar os índios.*

John Manuel Monteiro

O presente artigo visa tecer uma crítica à História Social do Trabalho, que, por muito tempo, ignorou os mundos do trabalho indígena na história. Esse tipo de crítica sobre o apagamento de parcelas da sociedade brasileira dentro da História Social do Trabalho no Brasil não é tão recente. Inclusive, a crítica feita por Silvia Lara (1998) contra o apagamento da população negra (escravizada ou não) da história brasileira do trabalho, e em sequência ecoada por autores como Álvaro Pereira Nascimento (2016), são um marco nesse campo historiográfico, servindo à sua renovação até os dias atuais.

Assim, é com base nelas e nos pressupostos teórico-metodológicos da História Indígena e do Indigenismo, que preconiza a presença e protagonismo indígena na História,

que se propõe discutir como a História Social do Trabalho no Brasil ignorou as populações indígenas nesta temática, à revelia da sua relevância e pertinência.

### **As críticas à História Social do Trabalho no Brasil**

Há algumas décadas a História Social do Trabalho no Brasil começou a receber críticas a respeito de sua produção historiográfica limitada social, racial, geográfica, temporal e conceitualmente. Assim, o que se concebia como foco dessa produção era o estudo dos trabalhadores homens e brancos, no espaço das fábricas citadinas, a partir do século XX e sob a perspectiva conceitual do trabalho livre – compreendido enquanto diametralmente oposto ao trabalho escravizado.

Isso porque, explica Fontes (2019, p. 2), quando esse tema passou a ser investigado por historiadores, em fins de 1970, entres outros fatores, “uma combinação curiosa entre o marxismo ortodoxo, o funcionalismo e as teorias da modernização e da dependência compunham o paradigma dominante nos estudos sobre a trajetória dos trabalhadores no país”. Além disso, Marcel van der Linden (2013) explica que a classe trabalhadora foi pensada de maneira restrita a partir da formulação de Karl Marx em *O Capital*, que considerava como mercadoria, dentro do modo de produção capitalista, a venda da força de trabalho apenas pelo trabalhador assalariado livre. Deste modo, enfatizou-se nas ciências humanas o olhar sobre a classe operária, movimentos sindicais, urbanização e industrialização, numa perspectiva de contraposição ao “passado arcaico” e escravista do Brasil (Negro; Gomes, 2006).

Considerada um marco na crítica, a historiadora Silvia Lara, em artigo publicado em 1998, discutiu como essa historiografia excluiu as populações negras, escravizadas ou não, dessa parte da história, uma vez que estava pautada por uma teoria de “transição”/“substituição” do trabalho escravizado

pelo livre. Assim, Lara (1998, p. 26) afirma, “identificada com a história do trabalho livre (assalariado), a história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão, nela não figura o trabalhador escravo”.

Assim, para Lara, “escravidão” e “liberdade” foram pensadas, por muito tempo, como irreconciliáveis, gerando a errônea ideia de “transição” de uma forma de trabalho para outra, na virada entre os séculos XIX e XX. O ano de 1888 marcaria, nessa perspectiva, o fim oficial da escravidão, inaugurando um novo momento da formação do mercado de trabalho livre no Brasil (Lara, 1998). Tal paradigma gerou uma ruptura entre os estudos da escravidão e da história do trabalho, ocasionando, assim, para a História Social do Trabalho, a desconsideração do escravizado enquanto um trabalhador (e até sujeito histórico), e o apagamento da população negra nos mundos do trabalho do pós-abolição.

Além disso, como bem discute Nascimento (2016), mesmo com tantos anos de produção e crítica, timidamente a História Social do Trabalho avançou para a derrubada do “muro de Berlim historiográfico” entre ela e a História da Escravidão e Pós-Abolição – e poderíamos dizer que mal começou a refletir sobre o “muro de Berlim historiográfico” que existe entre ela e a História Indígena. Mais que críticas, as palavras de Nascimento denunciam a falta de análises que pensem incluindo os componentes de raça, cor e etnia dos trabalhadores, gerando uma história deturpada do Brasil e dificultando a discussão sobre o racismo enquanto um problema histórico:

Essa ausência leva-nos à reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão. Retira-nos o conhecimento de uma sociedade cuja diversidade racial era imensa, reduzindo-a à branquidade e à mestiçagem, estando a primeira

nos melhores ofícios e posições e a segunda nos limites da pobreza e da sujeição. Impede-nos, ainda, a compreensão dos males provocados pelo racismo para a sobrevivência e ascensão socioeconômica da população negra e indígena do século XIX até os dias atuais (Nascimento, 2016, p. 610).

Utilizando das críticas como base de reflexão para pensar a situação dos estudos sobre os mundos do trabalho indígena, damo-nos conta de como esse tipo de crítica mal chegou a ser formulada e/ou pouco se buscou aprofundar sobre as motivações da História Social do Trabalho não dialogar com a História Indígena, tal qual já acontece para a História Social do Trabalho e a História da Escravidão e Pós-Abolição. Com base nisso, transformo as reflexões levantadas pelos autores aqui citados, a partir da perspectiva da História Indígena, direcionando-as para pensar os indígenas nos mundos do trabalho no Brasil.

Dentro do campo de estudos da História Indígena, o apagamento dos indígenas da história do Brasil é ponto unânime de compreensão entre os pesquisadores. Esse é o primeiro fator que pode ser citado para a pouca atenção aos indígenas dentro da História Social do Trabalho. Por muito tempo a História foi uma ferramenta colonizadora, que ajudou no silenciamento desses sujeitos, corroborando com a tese pessimista do desaparecimento dos indígenas, e servindo a um projeto de nação “civilizada” (Monteiro, 2001). Assim, como pouco se tratou dos indígenas na História como um todo, também pouco se tratou em seus campos de estudos compartimentados.

Ligado a isso está a desconsideração dos indígenas enquanto agentes históricos, ou seja, enquanto seres racionais capazes de protagonizar e agenciar suas escolhas frente aos processos históricos. Assim como se deu com os africanos escravizados, os indígenas não foram vistos enquanto sujeitos

históricos relevantes para a compreensão dos processos, ou ainda, foram vistos como povos sem história, segundo as palavras de Varnhagen (Cunha, 1992; Monteiro, 2004). Deste modo, se a esses povos não cabia a racionalidade para agenciar processos, não seriam considerados em nenhum espaço, como nos mundos do trabalho. Mesmo que desde 1500 suas vivências fossem insistentemente pautadas pelas tentativas de torná-los mão de obra.

Outro fator que pode ser citado, parte do paradigma da “inconstância da alma selvagem” (Castro, 2002), de que os indígenas não serviam ao trabalho, pois eram indolentes, preguiçosos e inconstantes, por isso teriam sido substituídos por africanos escravizados na Colônia. Como observa Viveiros de Castro, a ideia de “inconstância” ameríndia foi propagada com os missionários, que sentiam dificuldades em configurar os Tupi segundo suas crenças e dogmas religiosos. Porém, tal perspectiva não se restringiu à reflexão missionária e ao tema da conversão. Ao longo da história, sob a ótica de vários pensadores do Brasil, a “inconstância” ameríndia passou a configurar uma característica estereotipada sobre os indígenas, uma falsa imagem dentro e fora da História: “o índio mal-converso que, à primeira oportunidade, manda Deus, enxada e roupas ao diabo, retornando feliz à selva” (Castro, 2002, p. 186).

Nomes como Varnhagen, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, não fugiram ao estereótipo da “inconstância da alma selvagem” para pensar a história colonial do Brasil. Assim, por diversas vezes, justificou-se a necessidade da escravidão africana pela “incapacidade” indígena de realizar os trabalhos nas *plantations*, do mesmo modo como se contrapôs a capacidade de trabalho dos africanos com a “preguiça indolente” dos indígenas (Castro, 2002), como se pode ver nas seguintes palavras de Holanda, em Raízes do Brasil.

[...] Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos (Holanda, 1995, p. 48).

Além dos pontos já citados, sobre a perspectiva da “inconstância” ameríndia e a oposição trabalho indígena/negro, o trecho de Raízes do Brasil dá a entender que os indígenas pouco trabalharam no período colonial, ou ainda, que seus trabalhos eram de menor relevância. Porém, as pesquisas atuais não corroboram com essa visão, como poderemos ver logo mais; da Colônia à República, a mão de obra indígena foi disputada com violência e persistência.

Por fim, recuperando a crítica sobre a dicotomização da liberdade e da escravidão, reitero-as, acrescentando a compreensão de que esta forma de ver os mundos do trabalho também não abriu possibilidades para os estudos sobre o trabalho indígena, uma vez que estes sujeitos viveram por muitos séculos numa condição dúbia entre liberdade e escravidão. Pela legislação colonial, os indígenas só poderiam ser escravizados nos contextos específicos de “guerra justa”, – ou seja, quando eram considerados inimigos da Coroa – e de “resgate”, passando a ser legalmente livres desde o período pombalino, com a Lei de Liberdade de 6 de junho de 1755 (Cunha, 1992).

Porém, a realidade era mais complexa, a liberdade concedida aos indígenas era cheia de poréns: escravização ilegal, tutela e trabalho compulsório não deixaram de ser constantes em suas vidas. Dessa forma, mesmo que fossem livres, era uma liberdade pautada, principalmente, pelo trabalho

e controle. Portanto, para compreender as experiências de trabalho indígena na história, é preciso estar atento à diversidade e complexidade dos sujeitos e de seus processos. Parafraseando Negro e Gomes (2006, p. 223), não é preciso inventar nada novo, basta atravessar as fronteiras criadas.

Deste modo, concorda-se com Nascimento (2016), quando este diz que o historiador deve ir além das compreensões das experiências europeias sobre mundos do trabalho, industrialização, movimento operário etc., pois a história do Brasil tem elementos e processos outros.

Mantemo-nos eurocêntricos, partindo dos paradigmas de implantação da industrialização e do capitalismo na Europa, para trabalharmos o movimento operário e o surgimento da classe aqui, quando a realidade de países que experimentaram a escravidão moderna ou viveram dentro de hierarquias raciais, étnicas e de gênero complexas exigia e exige muito mais *reflexões a partir de diálogos interseccionais* que aqueles imaginados enquanto essencialmente brancos e europeus (Nascimento, 2016, p. 615, grifo nosso).

Lara (1998, p. 38) também advoga por diálogos interseccionais para superar os apagamentos dos sujeitos da História do Trabalho, a partir de “análises cruzadas de relações raciais, étnicas e de classe”, pois, segunda ela, – e aqui concordamos com tal proposta –, este é um dos caminhos para repensar as abordagens e paradigmas, propor novas questões e fontes, e reler as fontes clássicas com novos olhares, mais atentos e plurais.

## **A (re)construção: a importância do tema do trabalho indígena**

Depois da crítica, faz-se importante pensar um caminho de (re)construção, e este pode começar a ser feito a partir da reflexão sobre a pertinência de se pensar o trabalho indígena e os indígenas nos mundos do trabalho. Os autores das críticas citadas, além de diversos outros do campo da História do Trabalho, reconhecem a necessidade dessa ampliação e inclusão dos sujeitos antes ignorados. Fontes (2019) afirma que apesar dos avanços no campo, debates sobre raça e gênero continuam muito aquém do que deveriam ser, somado às lacunas geográficas e cronológicas, por exemplo.

Por fim, a historiografia do trabalho tem tido dificuldade em incorporar suas análises, descobertas e debates na narrativa geral sobre a história brasileira. De uma maneira geral, as visões sobre o lugar e o papel dos trabalhadores na trajetória da nação ainda são bastante tradicionais e conservadoras (Fontes, 2019, p. 6).

As palavras do autor ainda trazem o problema da incorporação da produção da História do Trabalho na história do Brasil, já que ela ainda não conseguiu dar conta da diversidade dos trabalhadores do país. Lara faz o mesmo diagnóstico negativo ao dizer que os “milhares de trabalhadores que, durante séculos, tocaram a produção e geraram a riqueza no Brasil ficam ocultos, desaparecendo num piscar de olhos” (Lara, 1998, p. 26). É nessa enorme lacuna que vemos a oportunidade do diálogo entre a História Social do Trabalho e a História Indígena como um caminho de intersecção frutífero.

João Pacheco de Oliveira, em relação ao papel dos indígenas na história, já havia chamado atenção para a necessidade de sua reescrita, reexaminando criticamente os apagamentos, os papéis estigmatizantes e as representações

distorcidas dos indígenas. Reforçando suas palavras, é urgente que a História, de maneira geral e em todos os seus campos, recoloque “os indígenas como agentes efetivos na construção do Brasil” (Oliveira, 2016, p. 8).

A pertinência do diálogo entre os campos se faz, principalmente, pela enorme presença dos indígenas, em diversas temporalidades e modos, nos mundos do trabalho do Brasil. Inclusive, sendo a primeira mão de obra explorada pelos colonizadores e grande foco de disputas desde a Colônia, ou seja, fatos basilares e incontornáveis dos processos históricos que constituíram a sociedade atual. Nesse sentido, Oliveira afirma,

A escravidão indígena, que precede a importação de escravos africanos, revela-se como fundamental para o estabelecimento dessa colônia de exploração portuguesa na América Meridional, associando íntima e inexoravelmente a produção de riquezas ao genocídio, à expropriação territorial, à destruição dos recursos ambientais, a modalidades variadas de coerção ao trabalho (escravidão temporária, patronagem e tutela) (Oliveira, 2016, p. 16).

A História Indígena avançou muito em estudos nessa temática, principalmente pensando o trabalho indígena na Colônia e no Império. Diversos pesquisadores desse campo passaram a restabelecer o lugar central dos indígenas nos processos históricos, perpassando suas análises em torno do tema do trabalho, visto que este é um fato constante das relações estabelecidas entre colonizadores e indígenas na América e se relaciona diretamente com as condições de liberdade desses sujeitos. Deste modo, liberdade e, por consequência, mão de obra indígena são um par de análise frequente do campo de estudos, principalmente por conta e através da profusão de leis, medidas e práticas em torno dessas questões.

Nesse sentido, podemos ressaltar como as políticas indigenistas, – entendidas enquanto políticas pensadas e postas em prática pelo Estado para lidar com os indígenas (Cunha, 1992) –, desde a colonização, viabilizaram o uso da mão de obra indígena e, além disso, conformaram práticas e costumes escravistas mesmo quando a lei não mais permitia, reforçando o que Chalhoub denomina de “precariedade da experiência de liberdade” das populações não brancas (Chalhoub, 2012).

Retomando os processos históricos do Brasil desde o período colonial, a fim de evidenciar a pertinência de se pensar o trabalho indígena na história, deve-se ter em mente que esta mão de obra foi um dos eixos sustentadores da colonização portuguesa na América, ou seja, como afirma Melo (2012, p. 32), foi “uma chave importante de produção e reprodução da sociedade colonial”. Não apenas as riquezas dependeram da exploração da mão de obra indígena, como a própria sobrevivência dos colonos, pois aqueles desempenharam funções variadas nas atividades econômicas e de subsistência: pesca, produção e extração de alimentos, entre muitas outras.

Para isso, houve uma intensa tentativa de controle das populações indígenas, por parte de colonos e missionários, através de meios legais ou não. Assim, além das práticas ilegais de apresamento, como faziam os bandeirantes, e das práticas legais das guerras justas e dos resgates, as missões religiosas também captaram enorme contingente de mão de obra indígena através dos descimentos para a “conversão, catequese e civilização” em seus aldeamentos.

Além disso, através das legislações coloniais que se direcionam à questão indígena, podemos ver como a “repartição” e/ou utilização dos indígenas como mão de obra estava constantemente em pauta nessa sociedade. Com o Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686), por exemplo, assegurou-se aos missionários o controle temporal e espiritual dos indígenas; uma repartição meio a

meio da força de trabalho indígena com os colonos, não mais de terça parte; tempos de serviços prestados entre 4 e 6 meses e necessidade de pagamento pelos serviços indígenas (Mello, 2009). Já a partir do período pombalino (1750-1777), os missionários foram retirados do controle sobre os indígenas, que passaram a ter seu trabalho regulado pelo Diretor de Índios, mesmo que estivessem a partir desse momento na condição jurídica de livre. Sobre isso, Gomes e Mello (2021) pontuam como liberdade e controle do trabalho indígena não estavam em contradição no Diretório, pois a liberdade tutelada pelos colonos, fazia parte do projeto de tornar os indígenas trabalhadores à serviço da colonização, sem maiores interferências.

A Carta Régia de 12 de maio de 1798 traz ainda outra mudança referente à mão de obra indígena, pois instituiu o fim do Diretório e estabeleceu a ideia de “autogoverno” dos indígenas das vilas, ou melhor, um processo de “individualização”, como aponta Melo (2007). Nesse sentido, não mais como um coletivo de vila tutelado por um diretor, que negociaria os trabalhos com os colonos, os indígenas passariam a negociar suas jornadas diretamente com os particulares. Além disso, também se estabelecia como forma de mobilização de mão de obra a formação de Corpos de Milícias e o Corpo Efetivo de Índios.

Este elemento de mobilização e imobilização do trabalho compulsório indígena perdurou por muito mais tempo. Nesse sentido, no Império (século XIX), outras legislações buscaram garantir este tipo de trabalho. O Corpo de Trabalhadores, de 1838, e o Regulamento Acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios, de 1845, formalizaram, respectivamente, a arregimentação de mão de obra e controle dos indígenas, negros e “tapuios” que não tinham comprovação de propriedade e serviço regular (Maciel, 2015); e a volta das missões (com algumas modificações administrativas) como espaços de

controle das populações indígenas para o trabalho, catequese e “civilização”. Sem contar a política de alistamento forçada para compor as tropas do Império (Costa, 2022).

Ainda nos primeiros anos da República as perspectivas sobre os indígenas de liberdade tutelada, “civilização” e possibilidade de mão de obra útil não se perderam. Os anos iniciais do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (1910) as colocavam como objetivo do Estado, fato que se traduz pelo próprio nome do órgão.

Nesse breve panorama, em que se destacou apenas as principais referências legislativas sobre os usos de mão de obra indígena na História do Brasil, é possível ter dimensão da longa duração da exploração desses sujeitos, que perpassou séculos de processos históricos. Inversamente proporcional a sua relevância, constata-se a pouca atenção desses temas fora dos trabalhos de História Indígena. A partir disso, apontaremos alguns aspectos que podem ser pensados na construção do diálogo com a História do Trabalho, para que de fato se reconheça os indígenas enquanto “trabalhadores e produtores de riquezas” (Oliveira, 2016, p. 24).

Marcel van der Linden (2013), em seu esforço de ampliar o conceito de classe trabalhadora, já disse que a realidade apresenta uma multiplicidade de formas de mercantilização da mão de obra, não existindo apenas um tipo de trabalhador. Nesse sentido, para a construção do diálogo entre História do Trabalho e História Indígena é imperativo que se aprofunde os estudos sobre as relações de trabalho compulsório e de escravidão indígena, pois estas apresentam características próprias e trarão outras nuances e reflexões às experiências dos indígenas nos mundos do trabalho.

O trabalho compulsório indígena, muito menos refletido dentre as relações de trabalho no Brasil, apresentou inúmeras formas, de acordo com os períodos, legislações e espacialidades. Na realidade amazônica, por exemplo, a coerção de indígenas ao

trabalho, além de ser realizada pelas leis citadas anteriormente, também se sucedeu nas áreas extrativistas através da servidão por dívidas (Leal, 2021). Nesse sentido, faz-se importante compreender a respeito dos mecanismos de coerção ao trabalho, que estão para além da legislação posta, e as interpretações dos sujeitos coagidos que vivenciaram essas experiências.

Outro aspecto de análise que se mostra necessário e ainda pouco desenvolvido é a presença indígena nos mundos do trabalho. Dentro da História Indígena, com maior frequência se encontram estudos sobre o uso da mão de obra indígena, porém, isso não deve ser confundido com o tema anterior, uma vez que possibilitam duas formas diferenciadas de análise, que podem se complementar. Falar do uso da mão de obra indígena, implicitamente, significa falar dos anseios do Estado e dos particulares pela exploração do trabalho. Já falar dos indígenas nos mundos do trabalho possibilita evidenciar a perspectiva indígena das relações e experiências, ou seja, dar ênfase à agência desses sujeitos no contexto de trabalho.

Por fim, é fundamental que dentro dessas relações de trabalho se discuta a racialidade e o racismo contra as populações indígenas e negras, pois foram fatores centrais que as estruturaram, estabelecendo tipos de relações diferenciadas, violências, coerções, (não) acessos, sociabilidades, hierarquizações e resistências. Deste modo, poderemos ter maior compreensão das classificações e enquadramentos das populações não brancas, que, sistematicamente tiveram a raça como fator de discriminação, sendo relegados, majoritariamente e violentamente, ao trabalho escravo e compulsório.

## **Os indígenas nos mundos do trabalho da Amazônia Oitocentista**

Linebaugh e Rediker (2008), em “A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário”, trazem no segundo capítulo uma análise de como os processos violentos de expropriação, colonização e exploração a partir do XVII desencadearam a formação de variados tipos de trabalhadores, além de novos tipos e escalas de cooperação e resistência entre eles. Neste capítulo, eles destacam principalmente as figuras dos “rachadores de lenha e tiradores de água” como trabalhadores esquecidos na história, mas fundamentais aos processos que permitiram o desenvolvimento do capitalismo, pois realizaram as atividades básicas de expropriação e transformação para uma nova ordem.

Ainda segundo os autores, essa “grande massa amorfa” de trabalhadores, mobilizada e imobilizada através de mecanismos de terror e violência, não deixava de preocupar aos expropriadores, pois os espaços de opressão também se tornaram meios de formação e cooperação de classe. Assim, é dentro da metáfora da mitologia de Hércules, que Linebaugh e Rediker evidenciam como os expropriadores/colonizadores se viam na imagem heroica de Hércules – símbolo do poder e da ordem –, em contraposição à “massa amorfa dos trabalhadores” que representavam a desordem e a resistência, sendo, portanto, a “Hidra de muitas cabeças”.

Partindo dessa reflexão, é possível traçar um paralelo com os trabalhadores indígenas, que por séculos foram os “rachadores de lenha e tiradores de água” na e da história do Brasil. Desde o período colonial já exerciam atividades variadas e fundamentais para o funcionamento econômico e social. Assim, neste tópico, focaremos nesses trabalhadores indígenas da Amazônia oitocentista, que, como os rachadores

de lenhas e os tiradores de água de outras épocas e lugares, foram ignorados dos processos históricos daquele momento.

Como dito em tópico anterior, diversos foram os meios legais e ilegais de explorar a mão de obra indígena na Amazônia do século XIX. A região nesse período foi marcada, econômica e socialmente, pelas transformações ocasionadas pela lógica de produção e reprodução do capital, que passou a tentar controlar mais energicamente as florestas, os recursos, seus habitantes e modos de vida, secundados também pelo pensamento cientificista da época. As populações locais, majoritariamente indígenas, logo sentiram os impactos dessas transformações, inserindo-se e sendo inseridas nesses processos.

Retomando a discussão do trabalho compulsório indígena, acionados através do Corpo de Trabalhadores e pelo Regulamento das Missões, esses sujeitos desempenhavam trabalhos em lavouras, obras públicas, extrativismo, transporte de pessoas e mercadorias, navegação, derrubada de árvore para obtenção de madeira, serviços domésticos aos particulares e muitas outras funções. Essa mão de obra a serviço do Estado é bem mais relatada pela documentação, que, por exemplo, cita o emprego, em 1855, de “treze feitores, 1 pedreiro, 1 oleiro, 19 índios e 6 africanos livres, que vão se aperfeiçoando nos ofícios de pedreiro, carpina e oleiro, [sendo] os únicos trabalhadores atualmente reunidos na capital” do Amazonas (Amazonas, 1855, p. 22).

No trecho acima, é interessante notar a relação das classificações raciais e a coerção ao trabalho; pelas condições legais, esses sujeitos não tinham prerrogativas de servidão, mas todo o aparato escravista, hierárquico e racista criou mecanismos de enquadramento dessas populações nos mundos do trabalho. Assim, ainda que livres, sob a justificativa de cumprimento do trabalho útil ao Império, indígenas e africanos livres eram constantemente coagidos, monitorados e tinham sua mobilidade restringida pelo Estado (Melo, 2021).

A partir da chave analítica da racialização que se compreende os limites da cidadania de uma população marcada por traços raciais considerados inferiores e indesejados à “civilização”, tornando-os sujeitos que não eram considerados

livres o suficiente para firmar seus contratos e não podiam se ausentar de seus respectivos locais de trabalho sem risco de punição. Salários irrisórios, autonomia comprometida e castigos físicos são elementos em comum a estas pessoas. Em todos estes casos, estamos diante de sujeitos sociais que, por indefinição de sua condição jurídica, foram tornados vulneráveis e, por conta disso, o exercício de suas liberdades foi marcado pela precariedade (Melo, 2021, p. 32).

Ainda sobre o enquadramento dos indígenas nos mundos do trabalho, o fator étnico também era observado como forma de classificar a propensão ao trabalho, o “grau de civilidade” ou “selvageria”. Deste modo, é possível ver na fala do presidente de província do Amazonas de 1854, Herculano Ferreira Penna, a distinção que faz entre os Mura e outras etnias vindas do Alto Rio Negro, que eram consideradas mais propensas ao trabalho.

Um mestre de obras, 8 pedreiros, 3 carpinteiros, 2 oleiros, 2 aprendizes de ferreiro, e 41 trabalhadores sem ofício compõem o pessoal de que atualmente disponho, incluídos 1 sentenciado, e 6 africanos livres [...]. **Quase todos os trabalhadores são índios do alto Rio Negro**, que recebendo pontualmente os seus jornais no fim de cada semana, e conhecendo que não falto à promessa de dispensá-los em certo prazo, tem se prestado ao serviço de melhor vontade do que d’antes, **e mostrado hábitos mui diversos dos de certas tribos, como por exemplo a dos Mura, cuja propensão para a fuga será difícil de corrigir** (Amazonas, 1854 p. 13-14, grifo nosso).

Os indígenas não eram apenas empregados nas cidades, exerciam uma função importante no contexto amazônico: a navegação fluvial. Nos relatos de viajantes e relatórios de exploração de território, documentos resultantes de viagens exploratórias, é possível observar com mais detalhes esse tipo de trabalho e as relações que dele se resultaram. Nessas viagens, os indígenas encaminhados para esse trabalho exerciam inúmeras funções. Paião (2016, p. 107) destaca que pela experiência histórica que os indígenas tinham com a navegação, acabavam exercendo trabalhos como o de “remar, abrir picadas, carregar, pilotar, cozinhar, caçar, pescar e até servir de intérprete”. Além disso, serviam como práticos, que a partir de suas experiências e conhecimentos já conheciam as rotas por onde as embarcações poderiam passar, adquirindo, portanto, papel central para o funcionamento das viagens pela Amazônia.

A viagem de expedição de João Rodrigues de Medeiros, em 1852, ao rio Abacaxis, contou com doze indígenas para os trabalhos gerais, dois práticos indígenas, sendo um deles o ajudante do Principal da aldeia da vila do rio Abacaxis (Amazonas, 1853). No mesmo ano, Serafim Salgado contou com mais doze trabalhadores indígenas e o Tuxaua Mamuritê como guia para sua expedição ao rio Purus (Amazonas, 1853). Tais contratações não se faziam com tanta facilidade e exigiam muita negociação entre as partes, assim, por diversas vezes se realizavam por meio de ameaças violentas para que o trabalho de navegação fosse realizado. Isto porque, aponta Paião (2016, p. 114), “esse recrutamento de ‘mão-de-obra’ resultava em invasões violentas de cotidiano, modificando todo um campo social de relações vivenciado por aquelas populações”. Os engenheiros Keller, por exemplo, não conseguindo nenhuma tripulação indígena em Manaus, para a expedição ao rio Madeira em fins de 1868, contatou um comerciante brasileiro que vivia na Bolívia para que conseguissem 7 indígenas (Keller; Keller, 1870), pondo em evidência a enorme dimensão e complexidade dos

mundos do trabalho amazônico, que não via limites fronteiriços para a exploração do trabalho indígena.

Para finalizar o tópico, o relato de viagem do francês Paul Marcoy, que atravessou a Amazônia peruana e brasileira entre 1846 e 1847, ajuda-nos a vislumbrar as relações entre indígenas e seus empregadores nos mundos do trabalho amazônico, pois ele também tinha como tripulação de sua viagem os trabalhadores indígenas. Ao chegar no furo do Aru, no rio Purus, Marcoy queria que a tripulação subisse esse canal, remando contra a correnteza das águas. O viajante diz que até então os trabalhadores “havia atendido quase passivamente os [seus] desejos”, salvo alguns momentos que faziam “carrancas” para suas ordens de atravessar em linha reta rios sinuosos (Marcoy, 2006, p. 149). Daí já se depreende as tensões existentes nessa relação de trabalho compulsório, em que os indígenas constantemente expressavam seu descontentamento e falta de vontade em realizar tarefa tão desgastante a eles.

O ponto alto do relato é quando Marcoy expõe as violências praticadas contra os trabalhadores indígenas de sua própria tripulação. Assim, ele diz:

De repente, eles perderam a paciência; o timoneiro atirou ao chão o seu remo, foi à deriva. Confesso que naquele momento fui tomado pela cólera. **Levantei-me, agarrei o remo com as duas mãos e, como Hércules prestes a executar Caco, dei a impressão de querer quebrá-lo na cabeça dura do meu timoneiro.** O homem soltou um grito de pavor, retraiu-se e, juntando as mãos, suplicou-me que o poupasse. Então não só atendi a sua prece, como lhe devolvi o remo, que ele imediatamente mergulhou na água. Os remadores haviam ficado pasmos diante daquele entrevero; eu os deixei ainda mais atemorizados declarando-lhes que ao chegar à Barra do Rio Negro iria dar queixa às autoridades do seu motim para que fossem

imediatamente convocados a servir na briosa corporação da polícia militar (Marcoy, 2006, p. 150, grifo nosso).

Vários elementos se depreendem a partir do trecho, mas aqui se busca ressaltar, principalmente, o choque entre duas concepções de mundos do trabalho, que, como pontua Monteiro (1994, p. 9), “a dimensão e o significado do trabalho indígena não se limitavam à mera lógica comercial”, e quando se chocava contra esta lógica produtiva, os trabalhadores indígenas buscavam seus meios de resistência a ela, seja pelas fugas, negações, sabotagens, motins e até mortes. A violência também se faz imperativa no relato, não apenas pelo ato físico de ameaçar o timoneiro com o remo, mas a própria chantagem do alistamento militar como mecanismo de forçar os indígenas ao trabalho, põe em evidência as práticas coercitivas daquela sociedade altamente hierarquizada, escravagista e violenta com as populações não brancas.

Marcoy não tinha cargo público e nenhuma prerrogativa de poder estatal para destinar os indígenas ao alistamento, mas sua posição racial de branco e de “homem da boa sociedade”, no contexto do século XIX, o colocava na condição de definidor das liberdades daqueles que a tinham com muita precariedade. Assim, na situação de confronto com o timoneiro, Marcoy ocupa seu lugar de Hércules, que poria fim aos monstros desordeiros, sejam eles hidras, Caco ou trabalhadores indígenas, tal qual Linebaugh e Rediker (2008) apontam nos discursos dos exploradores ingleses do século XVII.

Desde o começo da expansão colonial inglesa, na alvorada do século XVII, até a industrialização metropolitana do início do século XIX, governantes usaram o mito de Hércules da Hidra para descrever a dificuldade de impor a ordem em sistemas de trabalho cada vez mais globais, apontando aleatoriamente plebeus

esbulhados, delinquentes deportados, serviços contratados, extremistas religiosos, piratas, operários urbanos, soldados, marinheiros e escravos africanos como as cabeças numerosas e sempre cambiáveis do monstro (Linebaugh; Rediker, 2008, p. 11-12).


## **Considerações finais**

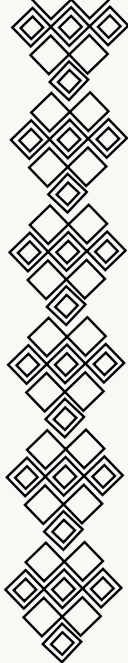
Diante das críticas à História Social do Trabalho no Brasil aqui colocadas, da compreensão da pertinência de se tratar não apenas os usos da mão de obra indígena, mas também as agências indígenas nos mundos do trabalho, e dos caminhos possíveis de diálogo interseccional com a História Indígena, conclui-se que seus avanços se fazem imprescindíveis, afinal, os processos históricos de constituição do Brasil não se sucederam sem a presença indígena, portanto, é papel do historiador dar conta deles, com criticidade e responsabilidade.

Parafrazeando Lara (1998, p. 38), resgatar as múltiplas experiências de negros e indígenas, seja no trabalho escravo, livre ou compulsório, inserindo-as nas discussões de História Social do Trabalho, em diálogo com a História da Escravidão e História Indígena, permitirá dar outros contornos à História do Brasil, pondo em evidência o que por muitos anos se tentou apagar.

- AMAZONAS. *Exposição feita ao exm<sup>o</sup> 1<sup>o</sup> vice-presidente da provincia do Amazonas [...]*. Cidade da Barra: Typographia de Manoel da Silva Ramos, 1855.
- AMAZONAS. *Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas [...]*. Barra do Rio Negro: Typographia de M. S. Ramos, 1853.
- AMAZONAS. *Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas [...]*. Barra do Rio Negro: Typographia de M. S. Ramos, 1854.
- CASTRO, E. V. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: CASTRO, E. V. de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p. 181-264.
- CHALHOUB, S. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COSTA, J. S. L. P. *Liberdade fraturada: as redes de coerção e o cotidiano da exploração na Província do Amazonas (Brasil, século XIX)*. 2022. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2022.
- CUNHA, M. C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.
- DORNELLES, S. S. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 87-108, 2018.
- FONTES, P. História e mundos do trabalho no Brasil: desenvolvimento, paradoxos e desafios. *Revista Ars Histórica*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 01-07, jul./dez. 2019.
- GOMES, R. S.; MELLO, M. E. A. S. “Sua Majestade é servida?” O processo de construção da Lei de Liberdade dos índios do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). *Saeculum*, João Pessoa, v. 26, n. 44, p. 473-487, 2021.
- HOLANDA, S. B. *Raizes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KELLER, J.; KELLER, F. *Exploracion del rio Madera [...]*. La Paz: Imprenta de la Union Americana, 1870.
- LARA, S. H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Proj. História*. São Paulo, n. 16, p. 25-38, 1998.

- LEAL, D. A. Mundos do trabalho nos seringais do rio Madeira (1870-1920). In: FERREIRA, A. S.; MACIEL, E. *História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2021. p. 467-489.
- LINDEN, M. van der. Quem são os trabalhadores? In: LINDEN, M. van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013. p. 27-48.
- LINEBAUGH, P.; REDIKER, M. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- MACIEL, B. *História inter cruzadas: projetos, ações e práticas indígenas e indigenistas na Província do Amazonas (1850-1889)*. 2015. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.
- MARCOY, P. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.
- MELLO, M. E. A. S. O Regimento das Missões: poder e negociações na Amazônia portuguesa. *Clio*, Recife, v. 27, n. 1, p. 46-75, 2009.
- MELO, P. A. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.
- MELO, P. A. Fronteiras da liberdade: tutela indígena no Diretório e na Carta Régia de 1798. In: *Seminário Tutela: de instituto jurídico a forma de poder*, 2007, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: LACED, 2007. p. 1-22.
- MELO, P. A. Hierarquizando cidadãos livres: algumas experiências de africanos e índios na Amazônia oitocentista. In: BELTRÃO, J. F.; LACERDA, P. (org). *Violências versus resistências: desigualdades de longa duração na Amazônia brasileira*. Brasília: edições ABA, 2021. p. 19-40.
- MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, J. M. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (org). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. São Paulo: Global; Brasília: MEC, 2004. p. 221-229.

- 
- MONTEIRO, J. M. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. Tese (Concurso de Livre Docência na Área de Etnologia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001.
- NASCIMENTO, Á. P. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.
- NEGRO, A. L.; GOMES, F. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.
- OLIVEIRA, J. P. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- PAIÃO, C. G. S. *Para além das chaminés: memória, trabalho e cidade – a navegação a vapor no Amazonas (1850-1900)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.



## **Sobre os autores**

### **Evelyn Marcele Campos Ramos**

Mestre Pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Amazonas - PPGH

### **Robert Alves Pinho**

Mestrando no Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão - PPGHIS

### **Ana Rivick Lira Bernardo**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: anarivick@gmail.com

### **Bárbara Harianna Brito de Cabral**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM). Professora da rede estadual de educação do Amazonas (SEDUC/AM)

### **Daniela Gato Aguilera**

Mestra em Antropologia Social pelo Programa de pós-graduação em Antropologia Social - PPGASS/UFAM

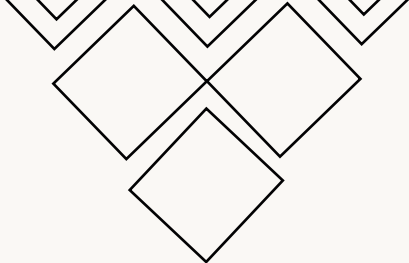
### **Tamily Frota Pantoja**

Graduada e mestra em História pela Universidade Federal do Amazonas. Professora na Secretaria Estadual de Educação e Desporto do Amazonas

**Yanka Gabriely Cavalcante Monteiro**

Mestranda em História pela Universidade Federal do Amazonas, PPGH





**título** História do Amazonas:  
cultura, economia e sociedade

**organizadores** Evelyn Marcele Campos Ramos  
Robert Alves Pinho

**tipografias** Helvetica  
Magister

**número de páginas** 165



para conhecer mais da **editora UEA** e de nossas  
publicações, acesse o qr code abaixo



ueaeditora

